



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO
SOCIAL**

SALVADOR

SETEMBRO DE 2022



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

REITOR

Prof. Dr. Paulo Cezar Miguez de Oliveira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Penildon Silva Filho

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira

SUPERINTENDENTE ACADÊMICA

Prof^ª. Dra. Karina Moreira Menezes

DIRETOR DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. João Martins Tude

VICE-DIRETOR DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. André Luís Nascimento dos Santos

COMISSÃO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

Prof^ª. Dra. Ana Rita Silva Sacramento
Prof. Dr. André Luís Nascimento dos Santos
Profa. Dra. Bárbara Maria Dultra Pereira
Prof^ª. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro
Profa. Dra. Luiza Reis Teixeira
Prof^ª. Dra. Maria Carolina Santos de Souza
Prof^ª. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos
Prof^ª. Dra. Renata Alvarez Rossi
Prof^ª. Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCS – Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CA - Conceitualização Abstrata

CGU – Controladoria Geral da União

CIAGS – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social

EA - Experimentação Ativa

EAUFBA – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo

EBAPE Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

EC - Experiência Concreta

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

LAPEI - Laboratório de Práticas de Ensino e Aprendizagem Inovadoras

MAA - Metodologias Ativas de Aprendizagem

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NPGE - Núcleo de Pós-Graduação em Administração da EAUFB

AO – Orientação Acadêmica

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OR - Observação Reflexiva

PGE – Procuradoria Geral do Estado

REUNI – Reforma Universitária (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)

SAEB - Secretaria da Administração do Estado da Bahia



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul



LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Possibilidades e Potencialidades do uso de Metodologia Ativas de Aprendizagem

Quadro 02 – Dimensões, enfoques e fundamentos

Quadro 3 – Componentes Curriculares por semestre, dimensão, carga horária e creditação.

Quadro 4 – Síntese dos Objetivos da Formação Teórico-Prática e das Competências a serem desenvolvidas no Estágio em Administração Pública e Gestão Social

Quadro 05 - Corpo docente do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social - EAUFBA



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A concepção de currículo de APGS

Figura 2 - As Dimensões de conhecimentos e competências do Currículo do Bacharelado de APGS



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 08 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO | 12 |
| 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (ES) | 13 |
| 4. BASE LEGAL | 17 |
| 5. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO | 20 |
| 5.1 Justificativas | 21 |
| 5.2 Pressupostos Teóricos | 23 |
| 5.3 Objetivos do Curso | 28 |
| 5.4 Perfil do Egresso, conhecimentos, competências e habilidades | 28 |
| 5.5 Metodologia de Ensino e Aprendizagem | 33 |
| 5.6 Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem | 36 |
| 6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO | 38 |
| 6.1 Proposta de Formação | 38 |
| 6.2 Matriz Curricular | 40 |
| 6.3 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório | 48 |
| 6.4 Curricularização da Extensão | 53 |
| 6.5 Atividades Complementares – AC | 61 |
| 6.6 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC | 62 |
| 7. RELAÇÃO COM A PESQUISA E A PÓS GRADUAÇÃO | 68 |
| 8. INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA | 74 |
| 9. CORPO DOCENTE ATUANTE NO CURSO | 77 |
| 10. SISTEMATIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PPC | 79 |
| 11. ORIENTAÇÃO ACADÊMICA | 81 |
| 12. RECURSOS MATERIAIS EXISTENTES | 84 |
| 13. REFERÊNCIAS | 87 |
| 14. EMENTÁRIO | 91 |
| 15. APÊNDICES | 132 |



1. APRESENTAÇÃO

O presente documento é fruto do esforço coletivo de toda a comunidade acadêmica da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EAUFBA com o objetivo de atualizar e reformar os currículos de graduação da Escola. Nesse sentido, a construção deste Projeto Político Pedagógico é a consolidação de uma série de diálogos havidos ao longo dos últimos cinco anos desde quando iniciamos as discussões sobre o possível perfil e matriz curricular para um novo Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social.

Matrizes curriculares são construções e desenhos de futuro. Devem se orientar, de um lado, pelas necessidades e demandas sociais, refletindo os anseios da sociedade na qual estamos inseridos, e por outro, pela natureza e estrutura da área do curso, que será implementado pelos professores, a partir da proposta de conhecimentos, de saberes, hegemônicos e alternativos, que se traduzem em atividades e componentes curriculares com caráter disciplinar, inter e transdisciplinar, bem como práticas as mais diversas.

Uma série de incursões foi realizada com vistas a chegarmos a uma formulação de currículo mais próxima das expectativas dos múltiplos sujeitos sociais que integram e dialogam com a Universidade e que esperam dela a formação de quadros, de sujeitos sociais, de cidadãos. Foi, justamente, a partir de *escutas* que construímos um diagnóstico e proposta de curso voltados aos clamores do cotidiano, mas também, do mundo em crise, pandêmico e pós pandêmico, que problematiza e coloca, a partir de múltiplas perspectivas, complexas demandas para gestão da *res publica*, objeto dos campos da Administração Pública e da Gestão Social.

Nesse cenário, a proposta de um curso de BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL é mais que um retorno às construções curriculares da Escola de Administração da UFBA, representando um compromisso institucional para com a manutenção e revitalização das instituições e organizações públicas e coletivas – do conjunto da sociedade, constituída por sujeitos sociais de diferentes matizes política e ideológica. Nesses termos, foi construída coletivamente uma série de *escutas*, tanto de instituições governamentais, associações e organizações sociais, bem como de professores, alunos, egressos e técnicos de Administração Pública e Gestão Social da Escola, a seguir apresentadas:



a. Escutas de organizações associativas

As escutas de organizações associativas foram realizadas em uma série de eventos empreendidos na EAUFBA, entre 2016 e 2018, bem como em eventos nos quais professores e pesquisadores da Escola participaram. Entre eles, destacamos as atividades extensionistas que aproximaram a escola de organizações de defesa dos direitos humanos, justiça e cidadania, organizações de luta pela moradia, de organizações empreendedorismo negro e de terreiros de candomblé, de organizações de direitos da população em situação de rua, de pessoas com deficiência, dentre outros, o que nos auxiliou na identificação de demandas e produção de um currículo transversalizado em termos da abordagem de questões como raça, gênero, classe social e direitos humanos. Destacamos também atividades como aquelas que envolveram a plataforma Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), realizados em Brasília pela Secretaria Social da Presidência da República, que auxiliou a iniciativa de transversalização da temática ambiental neste PPP, no sentido da promoção da educação ambiental.

b. Escuta de gestores governamentais

Em relação aos atores governamentais, entre 2016 e 2018, do mesmo modo, foram realizadas escutas na EAUFBA a fim de diagnosticar tendências e expectativas dos referidos atores em relação ao perfil de egressos. Ademais, pesquisadores da Escola também realizaram entrevistas junto a gestores egressos da UFBA com atuação no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), na Casa Civil e na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), bem como a atores governamentais participantes da comissão criada pela Escola de Governo do Estado da Bahia, a partir da Procuradoria Geral do Estado. Foram escutadas as representações das seguintes secretarias estaduais, vinculadas ao Governo do Estado da Bahia: Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTI), Secretaria de Administração (SAEB), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria de Turismo (SETUR) e a Secretaria de Cultura (SECULT). Também foram escutadas representações das prefeituras de Salvador (capital do Estado) e de Lauro de Freitas (localizada na região metropolitana de Salvador) atuantes nas seguintes pastas: Casa Civil, secretarias de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Administração, Promoção Social e Inovação.



c. Escuta do corpo docente da EAUFB

Entre 2017 e 2020 foram realizadas reuniões entre os professores da Escola com atuação nos campos da Administração Pública e da Gestão Social, com o objetivo de aprofundar o debate sobre o processo formativo do administrador e gestor voltado para os referidos campos do conhecimento. Tais professores forneceram contribuições consistentes, alguns com perspectivas teóricas convergentes e tantos outros com perspectivas teórico-conceituais bastante diversificadas cuja valorização contribui, decisivamente, para o enriquecimento da formação do discente e também para estimular a constituição de um corpo docente efetivamente coletivo e engajado com o curso. Estamos falando da valorização de múltiplas referências teórico-epistemológicas gestadas nos distintos campos de saberes que envolvem perspectivas sociopolíticas das organizações, ética e democracia, participação e controle social para as políticas públicas, economia solidária, diversidades que envolvem questões de raça e etnia, gênero, classe social e demais marcadores sociais, direitos humanos, sustentabilidade e gestão ambiental, administração política, comportamento humano, comunicação, metodologias de pesquisa socialmente implicadas, além de conhecimentos produzidos nas áreas mais aplicadas do campo da administração pública e gestão social.

Nesses termos, a escuta dos professores da Escola com atuação nos campos da Administração Pública e da Gestão Social resultou na afirmação da necessidade de termos um curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social capaz de acolher diferentes perspectivas tanto nos seus fundamentos, quanto na sua excelência, na capacidade de formar gestores para o exercício da administração e da gestão da *res publica*.

d. Escuta de estudantes e egressos da EAUFB

Entre 2016 e 2019, a EAUFB também realizou escutas junto aos seus estudantes e egressos, a fim de compreender a percepção desses sujeitos sociais no que concerne a presença ou ausência da Universidade nas suas respectivas construções acadêmicas, intelectuais e práticas. Esse foi um exercício concentrado que contribuiu, decisivamente, para o nosso diagnóstico sobre a demanda de criação do curso, bem como no que concerne a construção do perfil do administrador público e gestor social que devemos considerar no processo de



formulação de uma proposta curricular. O corpo de discentes e egressos da UFBA é marcado pela diversidade de classe social, de raça e etnia e de gênero, de modo que o resultado desse trabalho de escuta revela também olhares a partir de diferenciadas perspectivas socioeconômicas e identitárias. Nesse aspecto, cumpre ressaltar que em nossa Escola sempre tivemos notáveis iniciativas estudantis voltadas à organização de questões raciais, como o Coletivo Denegrir, LGBTQIAP+, como o Coletivo do Vale, além dos diretórios acadêmicos, da Empresa Júnior e a AIESEC (plataforma de projeção internacional de lideranças). Desse modo, a escuta dos estudantes e egressos da Escola reforçou a relevância da incorporação – sobretudo por meio da curricularização – de temáticas como raça e etnia, gênero, classe social, direitos humanos, liderança comprometida com a sustentabilidade e a paz mundial, capazes de estimular a auto-organização estudantil e a articulação entre teoria e prática no sentido da inovação no campo da administração e gestão.

Em síntese, as escutas realizadas com organizações associativas, professores, estudantes, agentes governamentais, nos mostrou que são muitas as demandas e desafios para a formação de administradores públicos e gestões sociais. Em particular, estamos falando da demanda por profissionais capazes de atuar de forma competente, criativa, socialmente implicada em um contexto marcado, ora pela precarização dos trabalhadores, ora pela criação de novas profissões, a partir dos aparatos trazidos pela inovação tecnológica e organizacional.

Nesse processo, percebemos que é preciso considerar o cenário de crises estruturais pelas quais passam o Brasil e o mundo, com desafios de toda a ordem para o administrador público e para o gestor social, com mudanças do ponto de vista organizacional e na reconfiguração de poderes, em todas as esferas e escalas: local, territorial, regional, nacional e internacional. Nesse contexto, deve ser levado em conta a necessidade de aprofundar a reflexão e produzir conhecimento sobre a complexa relação entre estado, sociedade e mercado, particularmente as novas políticas e marcos regulatórios, sobre complexas configurações interorganizacionais, as mudanças tecnológicas e, especialmente, aos desafios éticos e dos desafios postos ao pleno exercício da cidadania. Em se tratando de um curso ministrado pela UFBA, instituição localizada em uma cidade e em um estado que são profundamente marcados por processos de exclusão étnico raciais, de classe e de gênero é fundamental que a diversidade de formação do nosso corpo de professores e de nossos discentes se traduza em diversidade quanto a abordagens da administração e da gestão das mais distintas formas de organização da vida coletiva.



Decorrido os anos de 2020 e 2021, a criação deste Bacharelado ganha ainda mais relevo e urgência a partir dos desafios impostos pela pandemia do COVID19 para a administração pública e gestão social. Também como consequência desse processo, a experiência do ensino remoto mediado por ferramentas síncronas e assíncronas, vivenciado nos últimos semestres pelo conjunto das universidades brasileiras e pela UFBA com o Semestre Letivo Suplementar de 2020 e 2021.1 nos colocou diante do desafio de atualizarmos a nossa relação com a cibercultura e com diversas metodologias de ensino e aprendizagem, adequadas à uma sociedade complexa e em permanente mudança. É, portanto, nesse contexto de mundo pandêmico e pós-pandêmico que está posto o desafio assumido pela EAUFBFA de propor, por meio desse Projeto Político Pedagógico, a criação do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social. Este documento está composto, além dessa apresentação, por seções que tratarão dos seguintes temas: identificação do curso, base legal, princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico, matriz e componentes curriculares do curso, relação com extensão, relação com a pesquisa e pós graduação, internacionalização, orientação acadêmica, estágio supervisionado, recursos materiais e corpo docente da Escola, além dos regulamentos de Estágio Supervisionado, de Orientação Acadêmica e de Trabalho de Conclusão do Curso.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso: Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social

Ato autorizativo: Aprovado pelo Conselho Acadêmico de Ensino (CAE) em 23/11/2022 (Processo n. 23066.001379/2022-20). Parecer nº 355/2022

Ato Legal de Reconhecimento: **Portaria n., de dd/mm/ano.**

Ano de início de funcionamento: 2023.2

Grau acadêmico/titulação conferida: Bacharel

Carga horária total do curso: 3.060 horas



Duração do curso: 4,5 anos (tempo regular) / 6 anos (tempo médio) / 7 anos (tempo máximo).

Turno de Oferta: noturno

Forma de Ingresso: Dois ingressos anuais (semestralmente) de 40 estudantes por meio do SISU;

Modalidade: Presencial

Regime acadêmico: Misto (regime seriado semestral com sistema de créditos, com matrícula por disciplina, com a adoção de pré-requisitos de forma simplificada).

Local de funcionamento: Escola de Administração da UFBA – Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n – Vale do Canela. Salvador/Bahia

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)

A Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - EAUFBA foi o primeiro centro dedicado ao campo da Administração no âmbito do Norte e Nordeste do país. Criada em 1959, pelo Reitor Edgar Santos, a EAUFBA completou o seu 62º aniversário em setembro de 2021. No início da terceira década do século XXI, a EAUFBA continua sendo uma das principais Escolas de Administração do país. Além do reconhecimento pela sua produção de pesquisas acadêmicas relevantes no âmbito nacional e internacional, essa Escola se destaca na formação de profissionais qualificados para os quadros do Estado, instituições privadas e terceiro setor, não somente da Bahia, mas de todo o país.

A contribuição social da EAUFBA ultrapassa as fronteiras da Universidade. Por meio do desenvolvimento teórico e prático no campo da Administração, essa instituição ao longo de mais de seis décadas de existência, participou ativamente das mudanças e melhorias nas formulações teóricas e práticas na Bahia e no Brasil, principalmente no campo da administração pública. No âmbito da graduação, a EAUFBA abrigou, ao longo de sua trajetória, os cursos de Bacharelado em Administração de Empresas, Bacharelado em Administração Pública, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Secretariado Executivo e Tecnológico em



Gestão Pública e Gestão Social. Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, esta Escola vem ofertando cursos de mestrado e doutorado acadêmicos em Administração, além de mestrados profissionais nas áreas de Administração, Desenvolvimento e Gestão Social e Segurança Pública.

Os esforços compartilhados dos programas de pós-graduação da EAUFBA tiveram como legado a formação e o aperfeiçoamento de quadros das mais diversas instituições públicas, privadas e sociais relevantes do país, além da formação de docentes e pesquisadores que atuam com excelência em Instituições de Ensino Superior no Brasil e em outros países. No que concerne ao diálogo e às interações com a sociedade, a EAUFBA sempre manteve uma rica agenda de extensão universitária. A sua trajetória tem sido sempre pautada pela criação de projetos de extensão e cursos de perfil *lato sensu*, capazes de impactar socialmente o seu entorno, produzindo benefícios mútuos para a universidade e sociedade por meio da integração de saberes e fortalecimento dos diálogos.

A oferta de cursos de especialização *lato sensu* nas mais diversas áreas da gestão, estabeleceu uma tradição nos processos de formação e aperfeiçoamentos de quadros locais e regionais em diversas áreas, à exemplo da gestão hospitalar, da gestão em segurança pública e da gestão social, dentre tantos outros cursos de especialização que foram ministrados por esta Escola. Esses cursos, para além de qualificarem profissionais para o mercado, estado e sociedade, estimulam a formação de uma comunidade do conhecimento, algo que, com o tempo, tornou a EAUFBA uma grande produtora e difusora epistêmica nos diversos campos em que atua.

Ademais, destacamos e também os diversos programas e projetos de extensão e pesquisa relevantes que impactaram a gestão de instituições tais como a Polícia Militar, a Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, o SEBRAE, a Junta Comercial do Estado da Bahia, bem como, experiências exitosas junto às Comunidades Tradicionais de Terreiros, os Movimentos Sociais de Moradia e de Inclusão Social dos portadores de deficiência e práticas de cuidado, o Movimento da Economia Solidária, o Movimento dos Sem Tem Teto, dentre tantas outras no contexto local e regional. No âmbito nacional, ações de capacitação de relevância social foram desenvolvidas em parceria com instituições como bancos públicos e mistos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e ministérios (Ministério da Cultura, Ministério da Saúde etc.). Ademais, uma série de projetos de produção de conhecimento nas áreas de Administração e de Gestão foi desenvolvida em



parceria com empresas estatais como a Petrobras e alguns ministérios, tais como os da Cultura, da Educação e da Saúde.

Nesse contexto, a EAUFBA se destaca como uma unidade da Universidade Federal da Bahia que oferece ensino, pesquisa e extensão de qualidade, atributos que se viabilizam, fundamentalmente, pelo seu corpo docente de excelência e pela adoção de uma perspectiva ampla em termos de formação, que alia competência teórica, formação técnica e consciência crítica. Ao longo de sua história, dirigentes, professores, técnicos, terceirizados e estudantes construíram uma unidade de ensino acadêmica e socialmente respeitada. A perspectiva de estruturar seus cursos a partir de marcos teóricos e práticos consistentes, adequando-os às características e demandas contemporâneas, vai ao encontro do compromisso da EAUFBA de permanecer como instituição proeminente e socialmente relevante, não só no momento atual, mas para as gerações e sociedade futuras.

Na EAUFBA a tradição da formação em Administração Pública foi iniciada em 1959 com a matriz curricular da Universidade do Sul da Califórnia, como uma das ações da chamada Aliança para o Progresso, acordo de cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil. O currículo era orientado a formação de gestores para atuação em governos e se estruturava em torno do modelo de desenvolvimentismo proposto à época, momento em que se estimulava a criação e o fortalecimento de instituições públicas, tais como a Petrobras, os bancos de desenvolvimento e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), onde se criou a carreira de técnicos de Administração, com concursos públicos e treinamentos para funcionários públicos.

Nesse cenário, a EAUBA foi um dos quatro polos do ensino de Administração Pública e Administração de Empresas, juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e a Fundação Getúlio Vargas - FGV, através da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE, no Rio de Janeiro, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, em São Paulo.

Pensada para formar quadros e fortalecer as redes de desenvolvimento local e regional, a EAUFBA constituiu-se, ao longo do tempo, em um polo de formação relevante. Não sem razão, nos anos 60 e 70, a EAUFBA assessorou as reformas administrativas nos estados do norte e nordeste brasileiro, um exercício de modernização do Estado para os novos desafios que se impunham à economia desenvolvimentista da época.

Na década de 1990, em meio aos processos de estagnação da economia e o fortalecimento das retóricas de falência do estado, o Curso de Administração Pública foi



descontinuado na EAUFBA, sendo então seus conteúdos fundidos ao Curso de Administração de Empresas, se constituindo, assim, um curso de Administração Geral. O mesmo fenômeno também ocorreu com a Pós-Graduação *stricto sensu* da EAUFBA na mesma época quando o então mestrado e doutorado em Administração Pública do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da EAUFBA - NPGA nos anos 90 deixam de ter essa orientação e se tornam, assim como a graduação, mais generalistas, um formato que vige até os dias de hoje.

Nos anos 2000, passa a se consolidar na EAUFBA o campo da Gestão Social, um campo interdisciplinar com profundas interações com o campo da Administração Pública. Se a Administração Pública parte de leituras e interpretações da *res publica* a partir do Estado, o campo de Gestão Social, por sua vez, amplia esse campo de reflexão, colocando a sociedade e seus sujeitos sociais como portadores de protagonismo no que concerne à produção do conhecimento e da ação, sendo dada uma maior ênfase no bem comum, tendo o território como elemento estruturante e transversal à pesquisa, extensão e a formação do discente.

A partir da ação do seu Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) a EAUFBA implanta a Graduação Tecnológica em Gestão Pública, uma realização que só foi possível no contexto de expansão universitária proporcionada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (instituído por meio do Decreto nº6096, de 24 de abril de 2007). A integração ao REUNI possibilitou a admissão de dez novos professores com perfil voltado para a gestão pública e social, um movimento que à época renovou e atualizou os quadros da Escola.

O CIAGS, também à época, integrou projeto da FINEP/ CNPQ / MCTI que objetivava criar dez centros de referência em gestão, um movimento que à época foi financiada com recursos do FUNDO VERDE AMARELO. Nesse movimento, professores bolsistas desse programa, de modo coletivo e compartilhado, construíram o currículo dessa nova graduação tecnológica proposta pela EAUFBA no âmbito do REUNI. Esse currículo teve como objetivo a formação para a gestão do desenvolvimento territorial, com uma área de convergência entre Estado e Sociedade.

A relevância e inovação dessa proposta acadêmica foram prontamente reconhecidas pela sociedade, fazendo com que a procura pelo curso, na primeira seleção no âmbito do REUNI, tenha sido a mais alta da UFBA. As duas primeiras turmas, integradas ao Programa de Desenvolvimento em Gestão Social – PDGS, foram espaços de inovações no ensino, trazendo



elementos novos, a exemplo da Residência Social¹. Esse roteiro formativo, para além de disciplinas fundamentais de recorte crítico, continha também disciplinas aplicadas com vistas à formação prática dos seus estudantes.

Essa experiência do campo da Gestão Social, após vários processos avaliativos, precisou passar por modificações e, após mais de dez anos de atividades, a congregação da EAUFBFA decidiu reestruturar o curso Tecnológico em Gestão Pública. Essa iniciativa se associa, hoje, ao processo de reformulação dos Cursos de Administração e de Secretariado Executivo. Deste modo, a partir de uma série de diálogos institucionais, buscamos recuperar a tradição, o conhecimento e experiências acumulados nos campos da Administração Pública e da Gestão Social – o que nos conduz à ampliação do que tradicionalmente se qualificou como sendo o “campo de pública”. Assim, o presente Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social pretende orientar a formação de administradores e gestores que lidam com a *res pública*, com o bem comum, com interesses sociais e interesses difusos da natureza. Por fim, este Projeto Político Pedagógico apresenta à comunidade acadêmica e à sociedade uma proposta de formação que articula campos de saberes e epistemes, que se propõe a refletir temas e questões estruturantes, emergentes e conjunturais e, sobretudo, articular saberes e fazeres.

4. BASE LEGAL

O Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social tem como base legal a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Lei de Diretrizes e Bases) e a Resolução MEC/CNE/CES nº. 1, de 13/01/2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a graduação em Administração Pública onde se lê, em seu artigo 1º, parágrafo único:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas (BRASIL, 2014).

¹ Residência social é uma prática formativa no qual os estudantes são estimulados a buscarem vivências sociais no cotidiano de organizações, a fim de que, no curso do intercâmbio, o estudante troque saberes e reflita sobre sua trajetória profissional e acadêmica. A Residência social é uma tecnologia social patentada pela FINEP.



Como marco legal, nos referenciamos também a Nota Técnica nº 136/2016/CGLNRS/DPR/SERES da Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) do MEC, na qual fica explicitada a compreensão de que as DCNs de Administração Pública se aplicam a todos os cursos de graduação com as nomenclaturas de Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social, Ciências do Estado e congêneres. Ademais, é preciso registrar que a Portaria nº 234/2016 da CAPES incluiu o termo “Administração Pública” à nomenclatura da área de avaliação 27, passando tal área a ser denominada por “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”.

Se aplica a esse bacharelado a Portaria MEC nº 03/2015, que passou a estabelecer, a partir de 2016, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, específico para estudantes e egressos de Administração Pública.

Este Projeto Pedagógico também se reporta à Lei Federal no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, especificamente em relação ao tema do estágio de estudantes, nos referenciamos na Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que regulamenta a prática de estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório. Em relação ao conteúdo que versa sobre a extensão universitária, este Projeto Pedagógico baseia-se na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Para além do atendimento à previsão legal, a produção desse Projeto Pedagógico considerou como oportunas e relevantes as orientações que constam nas seguintes Resoluções produzidas no âmbito do Conselho Nacional de Educação:

- Resolução CNE/CP nº1, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de



deficiência ou com mobilidade reduzida, e Decreto Federal nº 5.396 de 2 de dezembro de 2004, que trata da obrigatoriedade de garantir acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como da inclusão de conteúdos referentes a ajudas técnicas (produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida) no ensino de graduação.

Finalmente, consideramos também as Resoluções Normativas do CFA (Conselho Federal de Administração) nº 505/2017 e nº 507/2017 que passaram a reconhecer o registro profissional de egressos dos cursos de Administração Pública, bem como, os cursos conexos, tais como Gestão Pública (Bacharelado e Tecnológico) e Gestão de Políticas Públicas.

Ainda como base legal, este Projeto Pedagógico se estrutura tendo em vista as seguintes Resoluções produzidas no âmbito da Universidade Federal da Bahia:

- Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Estatuto e Regimento Geral da UFBA, de 2 de julho de 2010;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022;
- Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* aprovado pelo Conselho Acadêmico de Ensino por meio da Resolução CAE nº 01/2015;
- Resolução CAE nº 03/19 que dispõe sobre o ordenamento administrativo dos processos acadêmicos de criação de cursos de graduação, e alterações aprovadas por meio da Resolução nº 04, de 23 de setembro de 2020;
- Resolução nº 03/99 da Câmara de Ensino de Graduação, que regulamenta os Cursos de Graduação no turno noturno;
- Resolução nº 02/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (UFBA), que estabelece definições, princípios, modalidades, critérios e padrões para organização dos cursos de graduação da UFBA.
- Resolução nº 02/2009 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (UFBA), que estabelece a padronização dos módulos dos componentes curriculares dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia.



- Resolução nº 01/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFBA, que regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação;
- Resolução nº 02/2012 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFBA, que estabelece o Regulamento de Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- Resolução nº 07/2017 do Conselho Acadêmico de Ensino (UFBA), que regulamenta as atividades de monitoria no âmbito dos cursos de graduação.
- Resolução nº 02/2022 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (UFBA), que regulamenta a curricularização da Extensão Universitária nos dos cursos de Graduação da UFBA.

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social foi concebido para compor o conjunto dos cursos de graduação oferecidos pela Escola de Administração que comporta ainda os cursos de Bacharelado em Administração e Bacharelado em Secretariado Executivo. Desse modo, o presente Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social foi concebido no contexto de um movimento de compartilhamento de conhecimentos, o que se reflete e expressa na construção de um eixo comum e transversal de componentes curriculares que envolverá os referidos cursos.

No âmbito dos seus componentes curriculares e suas trilhas formativas, a concepção do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social privilegia a curricularização de elementos fundantes da universidade, como o ensino, a extensão e a pesquisa. Esse esforço de articulação deve resultar em processos sólidos de integração entre a graduação e a pós-graduação, permeado por práticas de internacionalização, intercâmbios interinstitucionais e interorganizacionais, estágios, monitorias e orientação acadêmica, com bons e benfazejos frutos em termos da formação dos nossos discentes. Questões de gênero, raça/etnia, classe social e o desenvolvimento do pensamento crítico e comprometido com a construção de alternativas às desigualdades produzidas em função destes e outros marcadores sociais, bem como à problemática ambiental também são princípios norteadores deste Projeto Político Pedagógico.



Além disso, este curso afirma seu compromisso com os esforços produzidos pela UFBA em favor do fortalecimento da inclusão por meio da formação de uma cultura de inclusão e produção de iniciativas que colaborem para ampliar a acessibilidade física, de mobilidade e de comunicação para pessoas com deficiência na Universidade.

No âmbito dos seus elos formativos, o Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social propõe a utilização de metodologias de ensino-aprendizagens ativas, capazes de estimular a cooperação, autonomia, reflexão crítica e participação entre estudantes e docentes no processo de construção do conhecimento ao longo do seu aprendizado e formação.

O curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social se estrutura a partir de linhas de formação específicas e articuladas, quais sejam:

1. Gestão Social e gestão de Políticas Públicas;
2. Democracia, participação e controle social;
3. Gênero, raça e etnia, classe, direitos humanos e outros marcadores sociais;
4. Trabalho e Economia Solidária;
5. Gestão, Organizações e Instituições públicas;
6. Tecnologias Sociais, Inovação e Empreendedorismo;
7. Sustentabilidade e Gestão socioambiental;
8. Administração Política;
9. Desenvolvimento territorial e em múltiplas escalas.

A fim de se consolidar saberes, o Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social prevê ao longo do curso a existência de atividades aplicadas na sociedade e que integram diferentes disciplinas de um mesmo semestre.

5.1 JUSTIFICATIVAS

A criação do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social se justifica, em primeiro lugar, pelo contexto social, político e econômico vivenciado pelo país ao longo do século XX e nessas primeiras duas décadas do século XXI. Muitas são as gramáticas do autoritarismo que depreciam a plenitude da democracia em nosso país, o que recorrentemente



precariza os modos de vida da população sendo necessário a formação de quadros tanto para o Estado, como para organizações da sociedade, de um modo geral, que tenham a *res publica*, o bem-estar coletivo e os interesses públicos, comuns e difusos como um valor a ser perseguido. Nesse sentido, um bacharelado em Administração Pública e Gestão Social se impõem como necessário para que enfrentemos, no curso do tempo, as gramáticas das desigualdades sociais, da exclusão, da discriminação, da pobreza, do racismo, da fome, da corrupção, dos péssimos indicadores sociais, ambientais, educacionais, de saúde e de acessibilidades no país. Essa é uma relevância que se coloca para a cidade do Salvador (cidade profundamente desigual, excludente e racista), para a Bahia, para o Nordeste e, de modo geral, para o Brasil.

Em segundo lugar, a criação do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social se justifica pelo peso e importância que tem o estado e as organizações da sociedade civil na resolução dos problemas públicos. Nesses termos, um curso que consiga unir a racionalidade de estado e as práticas da sociedade civil e dos movimentos sociais possibilitará o fortalecimento de pactos sociais extremamente fragilizados no Brasil dos últimos anos. A referência a tais sujeitos sociais não significa desconhecer conflitos e assimetrias entre os interesses os mais distintos que conformam a vida social, mas reforçar a perspectiva de contribuir com a construção de modelos e projetos de sociedade que coloquem em primeiro plano a dimensão propriamente pública e coletiva da vida social.

Além disso a criação do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social se justifica pelo compromisso da Universidade Pública e, particularmente, da Universidade Federal da Bahia para a formação de excelência de gestores públicos e sociais, capacitados a refletir e agir de modo técnico, ético, teoricamente referenciado e engajado para com a coisa pública e o bem comum. Cumpre ressaltar, no entanto, a existência de uma lacuna na formação de Administradores Públicos e Gestores Sociais no país e na Bahia, sobretudo se considerarmos a existência de cursos que abordam os campos do conhecimento da Administração Pública e da Gestão Social de forma articulada – de maneira geral, temos no país, além de um curso de Administração Pública e Gestão Social (Universidade Federal do Cariri/Ceará) cursos que formam o chamado “Campo de Públicas” que envolvem formações (bacharelado e tecnológico) em Administração Pública, Administração Pública e Social, Ciências Sociais – Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Pública e Social, Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, Políticas Públicas, além de outros cursos que se articulam em torno do campo. Na Bahia, segundo levantamento feito a partir dos dados



divulgados pelo Ministério da Educação² sobre o SISU de 2022.1, foram ofertadas 107 vagas em IES Federais nos seguintes cursos: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública ofertado pela Universidade do Recôncavo Baiano (município de Cachoeira), o curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social ofertado pela Universidade do Sul da Bahia (no município de Porto Seguro, extremo sul do Estado) e o Bacharelado em Políticas Públicas, ofertado pela mesma instituição (no campus localizado no município de Itabuna). Esse número é inferior a estados nordestinos como o Ceará, cuja oferta de vagas nesse semestre nos cursos mencionados em IES públicas foi de 127 vagas, ou Paraíba que ofertou 150 vagas ofertadas e Rio Grande do Norte, com oferta de 200 vagas. Nesse sentido, podemos também afirmar que há um amplo movimento de constituição de cursos no campo da Administração Pública e Gestão Social, com destaque para IES da região, sendo que a Escola de Administração da UFBA, com sua tradição nos estudos da área, tem sido lugar de formação de grande parte do corpo docente que integra estas iniciativas. A criação do bacharelado em Administração Pública e Gestão Social da EAUFBA, portanto, justifica-se como parte de um processo que envolve as IES públicas de todo o país no sentido da formação de pesquisa, extensão e ensino voltados para o campo das organizações públicas, organizações da sociedade civil e fundações privadas de responsabilidade social que demanda produção de conhecimento e formação de profissionais qualificados.

5.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A criação de um bacharelado em Administração Pública e Gestão Social na EAUFBA vem ao encontro da tradição da Escola no ensino, pesquisa e extensão nos campos da Administração Pública e da Gestão Social. Como já colocado, desde longas datas esses campos são contemplados pela EAUFBA ao longo de sua trajetória, um movimento epistêmico que forjou e ainda forja a formação de quadros para a sociedade e suas organizações estatais e não estatais.

Nesses termos, a criação do curso de Administração Pública e de Gestão Social na EAUFBA contempla a necessidade social e política-institucional de formar administradores e

² <https://sisu.mec.gov.br/#/vagas>



gestores da *res pública*. Essa iniciativa ganha especial relevância no atual contexto social, econômico e político, particularmente no que diz respeito aos retrocessos que vem vivenciando o país no que concerne à constituição da sua esfera pública e que garanta a plena participação dos sujeitos sociais nos passos da nossa jovem democracia. Tais retrocessos marcam um momento de ampliação das desigualdades sociais, de aumento da pobreza, de acirramento de práticas racistas e discriminatórias, de precarização do trabalho e restrição ao acesso à infraestrutura e aos serviços de consumo coletivo, além dos processos de desconstrução e negação de práticas democráticas e de direitos sociais até então consolidados.

Por essa razão, destacamos, principalmente, a necessidade de assegurar, com a criação deste curso, a formação básica, consistente, qualificada e crítica dos nossos discentes, com o fito de aprofundar a reflexão, a pesquisa e a extensão no que diz respeito à dimensão pública e coletiva da vida social e organizacional. Enfrentamos, permanentemente, o desafio de prover uma formação que contemple elementos estruturais como também conjunturais do profissional da administração pública e da gestão social.

Este Projeto Político Pedagógico reconhece a Administração Pública e a Gestão Social como campos específicos do conhecimento, que se diferenciam, inclusive, da Administração de Empresas, em particular, pelos seus objetos, objetivos, métodos e fundamentos. Assim, esses campos caracterizam-se como “uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e as interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia” (PIRES et al, 2014, p. 112).

O reconhecimento da peculiaridade desses campos de saberes e de práticas coloca o desafio de repensar alguns dos seus pressupostos. Este Projeto Político Pedagógico se orienta por uma concepção ampliada da vida pública e social, dos interesses coletivos e difusos, das suas várias formas de manifestação e de constituição, de organizações e instituições como o Estado e entes privados e coletivos com finalidades públicas, coletivas e sociais. De forma substantiva, consideramos que *o elemento estruturante do presente curso é o bem comum* em suas múltiplas formas de constituição, organização e manifestação.

Trata-se, então, de superar uma compreensão da Administração Pública, fundamentada em uma abordagem funcional e jurídica (especialmente do Direito Administrativo), que tem como foco central competências técnicas fundadas em uma racionalidade instrumental da administração. Nesse exato sentido, procuramos valorizar abordagens formativas



fundamentadas em uma racionalidade crítica, reflexiva, que considera que a ação de administrar, de gerir, dos distintos sujeitos sociais, pode e deve estar voltada a dimensão coletiva da vida social e não apenas à maximização de resultados e interesses particulares e privados. É nesta perspectiva, como lembra Guerreiro Ramos (Santo Amaro da Purificação, 1915-1982), que buscaremos enfrentar “os perigos da massificação e da robotização da conduta humana, e que se indaga sob que condições pode o saber tornar-se um modo de preservação da liberdade (...)” (RAMOS, 1983, p.40).

De forma adicional, buscamos ampliar o conceito de Administração e Gestão Social referindo-os não apenas a setores, segmentos específicos ou a indivíduos. No atual cenário de individualização e privatização da vida temos a tarefa precípua de recuperar, reinventar o próprio conceito de social, de sociedade. A recusa do sentido social e coletivo da vida e a afirmação da dimensão individual da existência precisam ser discutidas em seus pressupostos. A tese consagrada por concepções em voga, de que a *“sociedade” não existe, de que, efetivamente, o que existem são os homens, as mulheres e as famílias*, por exemplo, precisa ser discutida em seus pressupostos teóricos, epistemológicos e ontológicos. Essa compreensão reduzida da sociedade desconstrói o significado coletivo de toda e qualquer forma de organização da vida social, torna obsoleto o próprio conceito de sociedade e, conseqüentemente, o debate em torno das suas várias formas de organização. Formulações desse tipo precisam ser desnaturalizadas e debatidas em um curso de Administração Pública e Gestão Social.

Este projeto político pedagógico coloca para a EAUFBA a tarefa de estimular o debate crítico sobre as distintas perspectivas – as que afirmam a dimensão individualizada e individualizante da vida, da sociedade e das suas múltiplas formas de organização, como também, as que têm como pressuposto a existência de uma dimensão do *comum*, da *res publica*, de um lugar constitutivo da *polis* e, como tal, definidor da sociabilidade. Orienta-nos aqui a formulação aristotélica do caráter político da vida coletiva, ou seja, o homem é um *Ser Social* e, em sendo assim, um *Ser Político*: “nenhum poder basta-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou é um bruto” (ARISTÓTELES, 2006, p.7).

No campo geral da Administração, a centralidade da busca por soluções para problemas práticos nos remete, ainda, a uma longa tradição em torno do *“the one best way”*, tradição prescritiva e gerencial, no sentido que orienta a investigação à modulação de sistemas,



processos ou produtos que facilitem a ação dos sujeitos que garantem a reprodução do ambiente organizacional. No entanto, falar em organizações – sobretudo das organizações públicas e sociais - pressupõe reconhecê-las como repletas de contradições e cujos conflitos nem sempre podem ser equacionados pela via meramente técnica e operacional. Nestes termos, o ambiente de ensino e aprendizagem do curso de Administração Pública e Gestão Social privilegiará a articulação de saberes teóricos e práticos socialmente contextualizados com ênfase no confronto de ideias, no encontro das raízes e fundamentos da experiência.

Trata-se, portanto, de estimular a implementação de processos formativos, de um ambiente de reflexão e de pesquisa sobre as distintas formas de compreender as organizações públicas e sociais, as distintas formas de estruturação da sociedade – de refletir, de forma crítica, sobre o caráter prático e teórico da vida organizacional. Nesse exato sentido, procuramos ainda fugir de formulações aligeiradas, dualistas, que situam em campos distintos o público e o social, da mesma forma que procuramos criar um ambiente formativo que permita compreender as múltiplas e complexas relações entre ciência, conhecimento e interesse, entre administração, gestão e ideologia.

Complementarmente, este projeto político pedagógico estimula a discussão sobre as várias concepções de estado e de suas relações com o mercado, o mundo do trabalho e a sociedade, particularmente com a sociedade civil. Estimula ainda o debate sobre formas mais ou menos hegemônicas e autônomas de gestão e de autogestão, o que significa discutir os significados político-institucionais dos vários modelos de gestão, seus respectivos projetos políticos e de sociedade. É nesse âmbito que são abordados aspectos instrumentais e operacionais da administração pública e da gestão social.

A formação em Administração Pública e Gestão Social demanda discussão sobre a participação e controle social como elementos estruturantes para a democratização das organizações, assim como sobre a compreensão da indissociabilidade das dimensões social, política e econômica da organização social. Tal dimensão carrega, de forma intrínseca, a necessidade de discussão sobre a natureza dos conflitos ambientais e sociais que envolvem tanto aspectos relacionados à diversidade cultural e identitária que caracteriza a formação da sociedade brasileira, mas também os distintos (e divergentes) interesses entre grupos e classes sociais. O presente PPP abre-se, então, para os campos de debate e de formação relativos às organizações públicas e sociais, às políticas públicas, aos direitos sociais em seus vários matizes, à economia social solidária, à dimensão política da administração e da gestão, como



também para a reflexão crítica radical sobre os pressupostos que fundamentam e estruturam a sociedade e as organizações no mundo atual e do Brasil, em particular.

Nesse sentido, este PPP reconhece o desafio de reflexão sobre relações profundamente desiguais e hierarquizadas, marcadas pelo legado de uma formação econômica, cultural, política e social fundada na unidade entre o latifúndio e a escravização, que caracterizam e estruturam as organizações brasileiras. No entanto, como sinaliza Lilia Schwarcz (2019), as formas de opressão e as desigualdades não podem ser atribuídas apenas ao passado, precisamente porque são recriadas cotidianamente e, nesse sentido, consideramos que as organizações públicas e sociais são espaços privilegiados de reflexão e produção de formas inovadoras, no sentido da construção da equidade e da democracia.

Essa proposta formativa e reflexiva deve levar em conta, ainda, a necessária compreensão das dimensões local, regional e global dos processos determinantes da administração. Situamo-nos, também, em campo multidisciplinar, que se alimenta do conhecimento produzido nas ciências sociais, particularmente nas Ciências Políticas, Sociologia, além da Administração, Direito e Economia.

Fundamentalmente, devemos ir ao encontro das múltiplas referências teórico-epistemológicas gestadas nos distintos campos do saber, da vida e de vivência coletivas, de saberes constituídos em campos de conhecimento não institucionalizados, que determinam, conformam e modelam a vida social e organizacional. Além das referências teóricas e epistemológicas clássicas e institucionalizadas, das epistemologias do Norte e do Sul, procuraremos estabelecer uma relação dialógica entre os saberes produzidos na Universidade e fora dos seus muros, de modo a qualificar a formação acadêmica do nosso discente. Isso requer o redesenho político-pedagógico de concepções e práticas de ensino e, substancialmente, demanda o reconhecimento do estatuto teórico e epistemológico dos distintos saberes socialmente constituídos. Trata-se, aqui, de falar de conhecimento e de poder. Dos processos de instituição e constituição de paradigmas, da construção da *verdade* ou de *verdades* – segundo os mais variados interesses e pontos de vistas do que *podem* e *devem ser* a administração pública e a gestão social.

Nesse sentido, cabe ressaltar as contribuições que a Escola de Administração da UFBA tem trazido para esse debate, ressaltando especialmente as pesquisas teórico-metodológicas desenvolvidas sobre Desenvolvimento Socioterritorial, Gestão Social, Economia Solidária, *Accountability* e Governo Eletrônico, Burocracia, Inovação Social e Rede de Inovação,



Parcerias Público Privadas, Administração Política, Regulação, Segurança Pública, Gestão da Saúde, Qualidade do Ambiente Urbano, Cidades, Conflito Socioambiental e Meio Ambiente, dentre outros.

5.3 OBJETIVOS DO CURSO

O Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social da EAUFB tem como objetivo geral propiciar ao discente uma formação superior que lhe permita, a partir da compreensão da realidade na qual se encontra inserido, atuar profissionalmente em um campo formado por instituições de diferentes naturezas e portes, notadamente as públicas e sociais, com atuação em segmentos e territórios diversos, como um gestor competente e ético, capaz de articular a reflexão e o pensamento crítico a técnicas e ferramentas pertinentes a cada um dos contextos vivenciados em sua prática profissional.

De forma específica, o curso tem como objetivo formar gestores(as) que evidenciem a capacidade de:

- Analisar de forma crítica as transformações no âmbito da sociedade e do mundo, bem como seus reflexos no campo das organizações, da gestão e do trabalho.
- Criar, compartilhar e liderar práticas de gestão em organizações públicas e sociais.
- Projetar e conduzir processos organizacionais relevantes, efetivos, reflexivos, contextualizados, coerentes e transformadores.

5.4 PERFIL DO EGRESSO, CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.

O egresso do curso de Administração Pública e Gestão Social da EAUFB deve ter um perfil crítico, ético e humanista, consciente da realidade em que está inserido, com amplos e profundos conhecimentos teóricos e técnicos, com competências fundamentais para a atuação cidadã e profissional na gestão de organizações públicas dos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), organismos internacionais, organizações da sociedade civil e de desenvolvimento sócio territorial. O perfil do egresso do curso de Administração Pública e Gestão Social da EAUFB é composto por cinco dimensões de conhecimento e competências interpenetradas e



não hierarquizadas, que envolvem os conteúdos de formação (básicos e de formação profissional) previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a graduação em Administração Pública, e que orientaram a elaboração da matriz curricular deste curso. São elas:

5.4.1 Dimensão - Produção e disseminação de conhecimentos e inovações

O egresso de Administração Pública e Social da ECUFBA não estará limitado à aplicação de conhecimentos apreendidos, mas também será capaz de produzir e disseminar conhecimentos e inovações que contribuam com os diferentes processos da administração pública e social. Nos componentes que integram essa dimensão será discutido o pensamento decolonial e as epistemologias do Sul como alternativas às principais correntes epistemológicas nas ciências sociais, que serão abordadas na perspectiva de seus atuais desdobramentos nas ciências administrativas. Tal produção de conhecimentos e inovações se dá por meio de métodos científicos estruturados, baseados em estratégias tanto quantitativas como qualitativas. No que concerne aos saberes tradicionais, esperamos que os egressos tenham a sensibilidade e responsabilidade social e política de compreender as potencialidades e possibilidades de diálogo junto aos saberes oriundos das práticas sociais tradicionais, práticas essas consolidadas pelo tempo e pela experiência. A dimensão – Produção e Disseminação de Conhecimento e Inovações envolverá componentes curriculares que abordam o seguinte tema:

- **Desafios teórico-metodológicos do processo de produção do conhecimento**, o que envolve, a mobilização de aportes teóricos e conceituais do campo da filosofia, das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas na discussão sobre as possibilidades e limites do conhecimento científico, e também a introdução ao processo da pesquisa científica e a métodos de desenvolvimento do trabalho científico.

5.4.2 Dimensão – Compreensão Teórica e Crítica

O egresso terá sido estimulado ao longo do curso a desenvolver a reflexão teórica e a análise crítica da organização, da gestão, as relações sociais, o estado, a sociedade e o mercado, o trabalho profissional, sua ética e responsabilidade social. Nesse sentido, esperamos que o



egresso esteja apto a compreensão da complexidade que envolve o campo da administração pública e gestão social considerando os fundamentos e questões políticas, econômicas, históricas e sociais. Esperamos também que o egresso esteja apto a compreensão do seu impacto na atuação nas organizações considerando questões socioambientais e questões relativas aos direitos humanos, à diversidade de gênero, raça e etnia e de classe social, além de demais marcadores sociais, visando atuação ética, responsável e autônoma. Além disso, esperamos também que o egresso seja capaz de compreender marcos teóricos e epistemológicos, de realizar a problematização da produção de conhecimentos e saberes em Administração Pública e Gestão Social, compreendendo-a como um processo político e ideológico. Assim, esperamos que o egresso conheça e tenha capacidade de discernir os modos e modelos de administração e gestão hegemônicos e alternativos. A dimensão – Compreensão Teórico Crítica envolverá componentes curriculares que abordam os seguintes temas:

- **Fundamentos da Administração Pública e Gestão Social**, que mobiliza conteúdos dos campos da sociologia e da ciência política, além de conteúdos sobre fundamentos do pensamento dos estudos organizacionais e da gestão;
- **Estado, economia e sociedade civil**, que envolve a discussão sobre democracia, controle social, participação, movimentos sociais e que mobiliza o conceito de administração política;
- **Teorias da Administração Pública**, que envolve teoria e análise de políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento territorial e poder local, mas também considerando as escalas regional, nacional e internacional.
- **Teorias das Organizações e da Gestão**, que envolve a discussão sobre temas estruturantes como a relação entre gestão, poder e política, além de problemas e desafios que afligem as sociedades contemporâneas como as desigualdades de gênero, raça e etnia, de classe social e outros marcadores sociais, violações de direitos humanos e a problemática ambiental.

5.4.3 Dimensão - Técnico-Instrumental

O egresso do curso terá sido estimulado ao desenvolvimento de conhecimentos instrumentais, teoricamente referenciados, associados a diferentes áreas da gestão e



organização públicas e sociais. Por meio dos componentes curriculares que envolvem a dimensão técnico instrumental, esperamos produzir o ensino e aprendizagem de conhecimentos de forma holística e crítica, para além de uma abordagem prescritiva e articulada com os componentes teórico-críticos, respeitando e estimulando as diversas formas de organização das questões públicas e sociais. Também, espera-se que os egressos dominem esses conhecimentos tanto em seus conteúdos (o saber “o que”) como em suas aplicações (o saber “como”), evidenciando uma clara relação entre teoria e prática. A dimensão Técnico Instrumental envolverá componentes curriculares que abordam os seguintes temas:

- **Planejamento e Finanças públicas**, que envolve conteúdos do campo da matemática, da contabilidade e do direito como subsídio para o desenvolvimento de competências para a gestão tributária, para a gestão o orçamento público, auditoria bem como gestão logística e do patrimônio público;
- **Tecnologias da Informação**, que envolve um olhar sistêmico e dinâmico às organizações públicas e sociais articulando tecnologia, sistema de informação e comunicação favorecendo o planejamento e monitoramento das políticas, a gestão e o bom desempenho organizacional.
- **Políticas Públicas**, que mobiliza as questões relacionadas à planejamento finanças, tecnologias no sentido da gestão e implementação de políticas finalísticas nas áreas sociais, de serviços públicos, de riscos, imprevistos.
- **Competências**, que envolve saberes produzidos no campo da abordagem comportamental, da comunicação, da mediação de conflitos no sentido de estimular práticas de cooperação, liderança, trabalho em equipe e capacidade de relacionamento interpessoal, empreendedorismo, diplomacia, criatividade e inovação.

5.4.4 Dimensão – Compreensão Contextual

O egresso do curso terá vivenciado uma formação que o permita compreender e atuar em contextos local, regional, nacional e internacional considerando a dinâmica conjuntural com seus cenários, atores, conflitos, relações de forças e as articulações que influenciam a formação da vida social, política, cultural e econômica. Assim, o egresso poderá produzir um exame crítico a respeito do mundo e avaliar a sua forma de inserção no mundo, traduzindo esse



conhecimento para a sua atuação profissional e cidadã. A dimensão Técnico Instrumental envolverá componentes curriculares que abordam os seguintes temas:

- **Valores e fundamentos éticos** que orientam a formação profissional e cidadã de forma crítica, holística, autônoma, cooperativa e integrada;
- **Distintas territorialidades** com os seus diferentes sujeitos, interesses e questões econômicos, sociais, políticas e culturais, que produzem diferentes formas de organizações como grupos econômicos, igrejas, movimentos sociais, organizações não governamentais, partidos políticos.
- **Diversidades e desigualdades** que envolvem as questões de gênero, raça e etnia, de classe social e outros marcadores sociais, violações de direitos humanos e a problemática ambiental.

5.4.5 Dimensão Extensão e Experiência

O egresso do curso terá experimentado a efetiva articulação entre teoria e prática de forma contextualizada e compartilhada com a sociedade e com estudantes de outras áreas do conhecimento que integram a universidade, por meio do desenvolvimento de atividades de natureza extensionista que serão integradas ao currículo na forma de Atividades Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), Programas, Projetos, Cursos e Oficinas, Eventos, Residência Social, Prestação de Serviços, Laboratórios e do estímulo a identificação de componentes curriculares optativos de natureza extensionista que considere adequados ao seu interesse formativo e profissional, com apoio da Orientação Acadêmica. O Estágio Obrigatório e as Atividades Complementares também integram a dimensão Extensão e Experiência uma vez que se constituem em iniciativas que visam o desenvolvimento da capacidade de produção de reflexões e transformações sociais por meio da produção de conhecimentos e práticas integradas e implicadas que mobilize vivências, colaboração, o olhar crítico dos estudantes. A dimensão Extensão e Experiência envolverá componentes curriculares que abordam os seguintes temas:

- **Desenvolvimento de projetos, planos, programas públicos e sociais**, o que envolve o desenvolvimento de metodologias participativas, coordenação e intersetorialidade,



mobilização de recursos e o trabalho em parceria entre diferentes organizações (ONGs, fundações, organizações de economia solidária, governos etc.).

- **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**, o que envolve a reflexão crítica sobre instrumentos de gestão, mecanismos de participação e controle social e a discussão de experiências brasileiras em variadas escalas considerando, ainda, a interseccionalidade de gênero, raça, classe social e outras desigualdades.
- **Estágio Curricular**, o que envolve discussão sobre a necessária articulação entre teoria e prática no processo de formação profissional do estudante.

5.5 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A abordagem pedagógica do curso de Administração Pública e Gestão Social está fundamentada na Aprendizagem Significativa, uma abordagem de ensino e aprendizagem que prioriza a contextualização das situações didáticas apresentadas para o estudante, assim como a promoção da experimentação, através de práticas, visitas técnicas, entrevistas com especialistas, execução de trabalhos colaborativos entre instituições e a escola, iniciação e pesquisa científica, Atividades Curricular em Comunidade e Sociedade - ACCS e trabalhos extensão universitária.

A partir da Aprendizagem Significativa, noção central da teoria de aprendizagem de David Ausubel (1982), os docentes devem ser estimulados a acolher saberes consolidados, insurgentes, cotidianos da sociedade, dos estudantes e a mediar processos de ensino-aprendizagem. Esse é o caminho para que os conteúdos teóricos apresentados possam estabelecer relações entre saberes, apoiando a produção de novos conhecimentos, os quais configuram e reconfiguram o ato de aprender.

Os componentes curriculares devem, na medida do possível, proporcionar situações didáticas que objetivem: a. Estimular a criatividade, a curiosidade e o desenvolvimento de habilidades e competências demandadas pelo ato de pesquisar; b. Incentivar a busca de interpretações contextualizadas dos conteúdos e temas abordados; c. Estabelecer conexões com outros componentes estudados no próprio curso de Administração Pública e Gestão Social; d. Promover a colaboração e o compartilhamento do conhecimento e de saberes vivenciados por estudantes e docentes.



Como dispositivo de dinamização do currículo, orienta-se o **uso intensivo de metodologias ativas (participativas e colaborativas) de ensino e aprendizagem**. As metodologias ativas potencializam o ato de ensinar e aprender e trazem consigo diversos benefícios, como o exercício da autonomia por parte do estudante, a realização de trabalhos em equipe, estimulando a colaboração, a integração entre teoria e prática, o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e a possibilidade da personalização da aprendizagem e avaliação processual, a auto avaliação e a avaliação por pares.

A Aprendizagem Vivencial, teoria apresentada por Kolb (1984), é uma metodologia estruturante para o curso, reconhecendo que a aprendizagem consiste em um processo pelo qual o conhecimento é criado por meio da transformação da experiência. Nesse sentido, quando viável, os docentes devem ser incentivados a propor situações didáticas planejadas com base nas quatro fases relacionadas com o conhecer e com o descobrir, dispostas em um ciclo flexível e dinâmico, como configurado por Kolb. Essas fases são: a Experiência Concreta (EC), a Observação Reflexiva (OR), a Conceitualização Abstrata (CA) e a Experimentação Ativa (EA).

A EC associa-se ao agir que ocorre quando o estudante adquire novas experiências concretas, observando e experimentando as situações apresentadas. Já a OR ocorre quando o estudante reflete sobre o que e como desenvolveu a atividade proposta. Por sua vez, a CA acontece quando o estudante, de forma lógica e sistemática, utiliza teorias, hipóteses e raciocínio lógico, a fim de conceitualizar e explicar situações. Por fim, a EA é o momento em que os estudantes aplicam teorias para subsidiar atividades de planejamento, tomada de decisões, resolução de problemas e, ainda, quando necessário, experimentam situações de mudança.

Do ponto de vista mais operacional, orientamos que os docentes, quando plausível, adotem outras metodologias ativas de aprendizagem (conforme as possibilidades exemplificadas no Quadro 1), a fim de envolver os estudantes na análise, síntese e avaliação de problemas (desde os simples até os mais complexos) relacionados a administração pública e gestão social, de modo a integrar a teoria à prática e apoiar a realização de ações interdisciplinares. Aliado a essas, sugerimos a promoção das seguintes ações: seminários, trabalhos em pequenos grupos, relato crítico de experiência, socialização, mesas-redondas, plenárias, exposições dialogadas, debates temáticos, oficinas, leitura comentada, apresentação de filmes, interpretações musicais, dramatizações, dinâmicas lúdico-pedagógicas, portfólio, diários, avaliação oral, elaboração de mapas conceituais, entre outros.



Quadro 1 – Possibilidades e Potencialidades do uso de Metodologia Ativas de Aprendizagem

| POSSIBILIDADES | POTENCIALIDADES |
|---|---|
| Aprendizagem Baseada em Projetos/ em Problema (PBL) | Metodologia de ensino e aprendizagem através da qual os alunos são confrontados com problemas contextualizados e motivados a buscar soluções significativas, geralmente em grupos de trabalho. A PBL permite desenvolver o pensamento crítico dos alunos. |
| Aprendizagem Colaborativa e Significativa (Exemplos: Pedagogia crítica; Dinâmicas de grupo; Discussão ou Debate; trabalhos em grupo) | Nessa abordagem, o professor deixa de ser um perito para ser um consultor, um facilitador, e os estudantes participam mais e questionam as teorias apresentadas. Tem a finalidade de mediar a construção de conhecimento mais rico pelos alunos, a partir da sua partilha, negociação e trabalho com outros colegas de mesmo grupo. Destaca-se aqui também os Trabalhos em Grupo com Monitoria (consiste na participação de monitores para mediar e cooperar com grupos de trabalho na resolução de algum problema ou compreensão de determinado conteúdo). |
| Estudo de Caso (variantes: estudo de caso em tempo real /estudos de casos hipertextuais) | Esta prática pode provocar uma análise criteriosa dos fatos descritos, estimular a exploração de possíveis soluções, estimular a percepção de que não existe uma única solução para determinado problema, incentivar o debate, destacar múltiplas ideias e maneiras de percepção dos discentes, e ainda direcionar a discussão para um caso prático. Por outro lado, refere-se ao passado, se for um caso real e a uma ficção, se ele tiver sido elaborado para a atividade. Pode ser ainda do tipo: Caso em Tempo Real (no momento mesmo em que ele está acontecendo) ou Hipertextual (envolve as TIC na criação de um estudo de caso ou no diagnóstico de casos elaborados por outros). |
| Atividades de simulação adotando Softwares de Simulação ou Realidade Virtual | Adoção de softwares de simulação ou de ambientes de realidade virtual, visando contribuir para o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, através do uso de metáforas capazes de aproximar a situação didática da realidade do estudante. |
| Método Peer Instruction | Busca-se tirar o foco do momento da aprendizagem da “transferência de informação”, fazendo com que o aluno busque informações primárias direto da fonte, por meio da leitura, para que depois responda um conjunto de questões apresentadas pelo professor. No encontro presencial em aula, os alunos discutem as respostas com seus pares, prática individualmente a resolução de exercícios e novamente debate com seus pares. O professor então foca no debate das questões que apresentaram mais dúvidas. |
| Atividades de Dramatização/ Role-Playing | Apropriação de práticas da cena teatral, a fim de explorar competências. Experimentada e replicada em diversas instituições de ensino essa prática tem apresentado resultados bastante positivos, pois observa-se que a mesma estimula a criatividade, imaginação e a integração entre diversas linguagens. |
| Aula Invertida (Flipped Classroom) | Os alunos estudam o assunto em casa e depois encontra os colegas e professor em sala para esclarecer dúvidas, discutir sobre o que aprendeu e realizar exercícios. É considerada uma inversão completa do método tradicional de ensino onde o aluno vai à escola para assistir a aula e em casa faz as suas atividades. |

Fonte: SOUZA, 2020.

Adicionalmente, devemos estimular a adoção de diversos suportes informacionais (impresso, áudio, digital, visual, hipertextual, dentre outros) e estratégias de apresentação dos conteúdos didáticos (síncrona, assíncrona, sequencial, não-linear, animada, individualizada,



coletiva) visando, inclusive, ampliar a acessibilidade dos conteúdos e oferecer outras possibilidades de interação, interatividade e colaboração entre estudantes e docentes.

Como forma de colaborar semestralmente com a reflexão sobre o uso dessas metodologias ativas de aprendizagem (MAA) propomos a incorporação do componente optativo denominado **Laboratório de Práticas de Ensino e Aprendizagem Inovadoras (LAPEI)**. Integrado ao Núcleo de Tecnologias Educacionais (NUTE)³, o LAPEI busca mobilizar os estudantes para a reflexão e desenvolvimento de práticas de ensino, bem como buscar por tecnologias de ensino inovadoras para todas as áreas temáticas dos cursos ofertados pela Escola de Administração. Dentre as principais ações do LAPEI está a inserção, no projeto político pedagógico da instituição, da MAA como abordagem pedagógica norteadora dos cursos oferecidos pela escola, além da atualização do banco de boas práticas de ensino⁴ constituído pelo NUTE.

5.6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em conformidade com o Regulamento de Ensino de Graduação da UFBA, para a constituição do sistema de avaliação de ensino-aprendizagem do curso, optou-se pela noção da avaliação emancipatória, partindo da premissa que a avaliação é subsidiária da aprendizagem e ocorre durante todo o processo. Dessa forma, procura-se privilegiar a avaliação processual e formacional, mobilizar os docentes a estarem continuamente acompanhando e analisando, individualmente e coletivamente, as aprendizagens dos estudantes e apresentando feedbacks que possibilitem a reconstrução e aprimoramento dos seus saberes.

Além dessa compreensão, a partir da motivação docente para a inserção de dispositivos avaliativos diversificados, busca-se aqui reafirmar a abordagem político-pedagógica da Aprendizagem Significativa, na medida em que é estimulada a promoção de situações avaliativas, que demandam a reflexão crítica e que estejam contextualizadas no cotidiano estudantil.

³ O NUTE tem como objetivo principal a divulgação e a mobilização dos docentes para o uso de práticas inovadoras de ensino em Administração

⁴ O banco de boas práticas de ensino consiste em um formulário web, no qual os docentes da Escola podem compartilhar e comentar experiências de ensino.



Por conseguinte, através da realização da avaliação processual e formacional, considerando a autoavaliação e a avaliação entre pares, pretende-se mobilizar o desenvolvimento da autonomia e de autorias por parte dos discentes. Com esse propósito, estudos de caso, seminários, projetos colaborativos, visitas técnicas, simulações, exploração de desafios, dentre outros, são alguns dos dispositivos indicados como possibilidades avaliativas para os discentes.

Destarte, a avaliação processual e formacional busca considerar não apenas o produto, mas o processo das aprendizagens e para isso os docentes são estimulados a utilizar estratégias de acompanhamento pedagógico no processo, fomentando a construção de relações dialogadas com os discentes; a contextualização das atividades propostas; e a valorização e o compartilhamento, por meio da mediação da aprendizagem, no que concerne aos saberes prévios de cada estudante. Ademais, estimula-se aqui a adoção de dispositivos tecnológicos que possibilitem registrar a itinerância do estudante ao longo da realização de determinada atividade, incluindo aqui a memória das dificuldades encontradas, das interações estabelecidas com colegas e docentes e ainda, experiências vividas. Nesse caso, o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) serão importantes dispositivos para registro e gestão de aprendizagens pelos docentes, com enfoque na análise quantitativa, especialmente qualitativa.

Destaca-se, ainda, a importância dos estudantes e professores realizarem a autoavaliação continuamente, considerando suas expectativas, dilemas, desafios e possibilidades de superação. Para isso, sugere-se que cada docente elabore/crie seus dispositivos e estratégias de condução das seções de autoavaliação, assim como exercite a escuta sensível e o diálogo. Adicionalmente, orienta-se fortemente a proposição da avaliação por pares, como possibilidade para a promoção de mudanças comportamentais e posturas mais ativas dos estudantes, incentivando o desenvolvimento da autonomia e da autoria, ampliação do comprometimento crítico e reflexivo com a formação emancipacionista universitária.

Importante sinalizar ser responsabilidade do docente estabelecer e organizar previamente, em parceria com os seus estudantes, as rubricas de avaliação, tendo como um dos principais objetivos apoiar a aprendizagem formacional e a efetividade da aprendizagem a partir da adoção das metodologias participativas, colaborativas e interativas.

Por fim, afirmamos que o sistema de avaliação do curso é transversalizado pelo paradigma da educação online, com a finalidade de promover a aprendizagem significativa e formacional em rede. Sobretudo porque, ao considerar os princípios norteadores do curso,



reconhecemos os ganhos relacionados ao desenvolvimento da autoria, compartilhamento, conectividade e colaboração como parte do processo de ensino-aprendizagem capaz de contribuir com a formação de um gestor competente e ético, apto a articular a reflexão e o pensamento crítico a técnicas e dispositivos pertinentes a cada um dos contextos vivenciados em sua prática profissional.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

6.1 PROPOSTA DE FORMAÇÃO

A proposta de formação aqui apresentada neste Projeto Político Pedagógico tem como premissas a ampliação da concepção de currículo, abarcando não apenas os tradicionais conteúdos teóricos e práticas no formato de disciplinas, mas também atividades de pesquisa, extensão, monitoria, orientação acadêmica, atividades complementares, estágios curriculares e não curriculares, integração com a pós-graduação, internacionalização e mobilidade acadêmica e a produção do trabalho de conclusão de curso numa concepção ampliada.

Figura 1: A concepção de currículo de APGS



Fonte: elaboração própria



Além disso, a organização dos componentes curriculares foi estruturada a partir de cinco dimensões interpenetradas e não hierarquizadas, em consonância com o perfil do egresso que se deseja aqui formar, como pode-se ver em detalhe no do item 5.4 deste PPPC.

Figura 2: As Dimensões de conhecimento e competências do Currículo do Bacharelado de APGS

| |
|--|
| <p>DIMENSÃO - PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS E INOVAÇÕES Desafios teórico-metodológicos do processo de produção do conhecimento. As principais correntes epistemológicas nas ciências sociais e seus desdobramentos nas ciências administrativas. O pensamento decolonial e as epistemologias do sul. Métodos científicos estruturados. Diálogo junto aos saberes oriundos das práticas sociais tradicionais, consolidadas pelo tempo e pela experiência.</p> |
| <p>DIMENSÃO – COMPREENSÃO TEÓRICA E CRÍTICA Reflexão teórica e a análise crítica da organização, da gestão, as relações sociais, o estado, a sociedade e o mercado, o trabalho profissional, sua ética e responsabilidade social. Os fundamentos e dimensões políticas, econômicas, históricas e sociais. As questões socioambientais e questões relativas aos direitos humanos, à diversidade de gênero, raça e etnia e de classe social, além de demais marcadores sociais. Modos e modelos de administração e gestão hegemônicos e alternativos.</p> |
| <p>DIMENSÃO - TÉCNICO-INSTRUMENTAL Conhecimentos instrumentais, teoricamente referenciados, associados a diferentes áreas da gestão e organização públicas e sociais como Planejamento e Finanças públicas, Tecnologias da Informação, Políticas Públicas, Competências. Conteúdos (o saber “o que”) e suas aplicações (o saber “como”).</p> |
| <p>DIMENSÃO – COMPREENSÃO CONTEXTUAL Dinâmica conjuntural nos contextos local, regional, nacional e internacional. Cenários, atores, conflitos, relações de forças. Exame crítico a respeito do mundo e das formas de inserção no mundo. Valores e fundamentos éticos. Distintas territorialidades.</p> |
| <p>DIMENSÃO EXTENSÃO E EXPERIÊNCIA Articulação entre teoria e prática de forma contextualizada e compartilhada com a sociedade e com estudantes de outras áreas do conhecimento. Atividades de natureza extensionista integradas ao currículo. Atividades Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS). Componentes curriculares optativos. Introdução a diagnósticos socioterritoriais. Desenvolvimento de perfil gestor público e social. Desenvolvimento de projetos, planos, programas públicos e sociais.</p> |

Fonte: elaboração própria

Quadro 02 – Dimensões, enfoques e fundamentos

| DIMENSÃO | ENFOQUE | FUNDAMENTOS |
|----------|----------------------------------|--|
| A | Compreensão metodológica | <ul style="list-style-type: none">• Metodologia de pesquisa científica• Produção e difusão do conhecimento e de inovações• Epistemologia do conhecimento científico |
| B | Compreensão teórico-crítica | <ul style="list-style-type: none">• Teorias das organizações e da gestão• Teorias do Estado, sociedade e trabalho• Análise crítica, social, ética e socioambiental |
| C | Compreensão contextual | <ul style="list-style-type: none">• Contextos local, regional, nacional e internacional.• Cenários, atores, conflitos e relações de forças.• Ética e relações internacionais |
| D | Compreensão técnico-instrumental | <ul style="list-style-type: none">• Dispositivos de gestão• Dispositivos de organização• Dispositivos de capacitação e formação |
| E | Extensão e experiência | <ul style="list-style-type: none">• Práticas de gestão• Experiências de projetos, planos, programas públicos e sociais• Atividades Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS) |

Fonte: elaboração própria



Ainda sobre o desenho curricular e sobre sua proposta de formação, é interessante destacar que a construção deste PPP ocorre no contexto de reformulação dos atuais currículos dos outros dois cursos de graduação da EAUFB (Administração e Secretariado Executivo) de modo que estas três iniciativas, que partiram de projetos independentes, evoluíram para uma proposta integrada alcançando a condição de interdependência. Nesse sentido, o Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social é uma construção que comporta convergências e intersecções com os demais cursos de graduação da EAUFB, mas, sobretudo, singularidades que lhe conferem identidade.

Em 2019, foi construído um desenho que integrava, de forma transversal, os três cursos da Escola, com um Núcleo Básico de competências comuns ao Administrador de Empresas, Administrador Público, Gestor Social e Secretário Executivo, com transversalidades interdisciplinares particularmente dos conhecimentos considerados como básicos. Esta formação básica foi enriquecida, consolidada e dirigida a partir da escolha de três itinerários formativos (Empresas, Pública e Social e Secretariado), orientados pelos conhecimentos e competências específicas. Em cada curso, propõe-se um **Eixo de Extensão e Experiência**, com disciplinas e práticas que possibilitem desenvolver capacitações para a formulação de políticas e ações no campo organizacional, gerir instituições, regular e avaliar processos de gestão. Esse desenho curricular fundamenta a proposta de reforma curricular dos três cursos, sendo as seguintes as questões estruturantes do Projetos Político Pedagógicos do Bacharelado de Administração Pública e Gestão Social:

- Qual é o perfil do Administrador Público e do Gestor Social que a sociedade contemporânea requer?
- O que deve ser ensinado e aprendido? Quem são os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem?
- Quais os desafios teóricos, epistemológicos e éticos colocados para o ensino e aprendizagem da Administração Pública e da Gestão Social? Como ensinar? Como avaliar?

6.2 MATRIZ CURRICULAR



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

| DIMENSÕES | 1 SEMESTRE | CH | 2 SEMESTRE | CH | 3 SEMESTRE | CH | 4 SEMESTRE | CH | 5 SEMESTRE | CH | 6 SEMESTRE | CH | 7 SEMESTRE | CH | 8 SEMESTRE | CH | 9 SEMESTRE | CH | TOTAL CH | |
|--|---|------------|---|------------|--|------------|--|------------|--|------------|--|-----------|--|----------|--|----------|---|-----|-------------|-------------|
| PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS E INOVAÇÕES | | | Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica (60h) | 60 | | | Métodos Qualitativos aplicados à gestão (30h) | 30 | Métodos Quantitativos aplicados à gestão (30h) | 30 | | | | | Elaboração de Projeto de TCC (30h) | 30 | Trabalho de Conclusão de Curso (30h) | 30 | 180 | |
| TEÓRICO-CRÍTICO | Elementos de Ciências Sociais Aplicadas (60h) | 60 | Estado, Economia e Sociedade (60h) | 60 | Democracia, Sistemas de Controle e Participação Social (60h) | 60 | Sociedade Civil, organizações, movimentos sociais e participação (60h) | 60 | | | | | Problemática ambiental, política e gestão do meio ambiente (60h) | 60 | | | Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (60h) | 60 | 1050 | |
| | Fundamentos da Administração Pública e Gestão Social (60h) | 60 | Teorias da Administração Pública (60h) | 60 | | | | | | | | | Optativa (30h) | 30 | Administração Política (30h) | 30 | C Livre (60h) | 60 | | |
| | História do pensamento dos estudos organizacionais e gestão (60h) | 60 | ECOB42 Teoria Macroeconômica I-A (60h) | 60 | Abordagens contemporâneas de organização e gestão I (60h) | 60 | Abordagens contemporâneas de organização e gestão II (60h) | 60 | Desenvolvimento Territorial e Poderes Locais (60h) | 60 | Teoria e Análise de Políticas Públicas (60h) | 60 | Optativa (30h) | 30 | Optativa (30h) | 30 | Optativa (30h) | 30 | | |
| COMPREENSÃO CONTEXTUAL | Ética, Sociedade e Universidade (30h) | 30 | Diversidades e desigualdades (30h) | 30 | | | | | | | Optativas (30h) | 30 | | | | | Contextos Social, Político e Econômico Mundial e Brasileiro (60h) | 60 | 150 | |
| COMPETÊNCIAS E TÉCNICO-INSTRUMENTAL | MAT019 Elementos de Matemática (90h) | 60 | | | MAT F59 - Estatística Básica para Humanidades (60h) | 60 | MAT B11 Matemática Financeira (60h) | 60 | Gestão Tributária (30h) | 30 | Finanças Públicas (60h) | 60 | Planejamento e Orçamento Público (60h) | 60 | FCC050 Contabilidade Governamental (60h) | 60 | Negociação e Mediação de Conflitos (30h) | 30 | 1080 | |
| | | | | | DR A84 Direito Constitucional (60h) | 60 | DIR031 Direito Administrativo (60h) | 60 | Comunicação nas Organizações (60h) | 60 | Gestão de Serviços Públicos (60h) | 60 | Gestão e Implementação de Políticas Públicas (60h) | 60 | Logística, suprimentos e patrimônio no setor público (30h) | 30 | | | | |
| | | | | | | | Gestão da Informação | 30 | Gestão de Tecnologias da Informação e da Comunicação (60h) | 60 | Administração de Sistema de Informação (60h) | 60 | | | Optativa (30h) | 30 | | | | |
| | | | | | | | Comportamento Humano no Trabalho (60h) | 60 | | | Gestão de Pessoas no Setor Público (60h) | 60 | | | Optativa (30h) | 30 | | | | |
| EXTENSÃO E EXPERIÊNCIA | ACCS 1 (30) | 30 | ACCS 2 (30) | 30 | ACCS 3 (60) | 60 | Extensão | 60 | Extensão | 60 | Estágio Curricular Obrigatório (135h) | 30 105 | Laboratório Programas e Projetos (30h) | 15 15 | Laboratório de Avaliação de Políticas Públicas (60) | 30 30 | Atividades Complementares (100h) | 105 | 600 | |
| | | | | | | | | | | | | | Extensão | 30 | | | | | | |
| Total CH/semestre | | 300 | | 300 | | 300 | | 360 | | 360 | | | 405 | | 360 | | 300 | | 375 | 3060 |
| Detalhamento da Carga Horária Semestral | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Componentes Obrigatórios | 270 | | 270 | | 240 | | 300 | | 300 | | 270 | | 255 | | 180 | | 180 | | 2265 | |
| Componentes Extensão (obrigatórios) | | | | | | | | | | | | | 15 | | 30 | | | | 45 | |
| Componentes Extensão Optativos | 30 | | 30 | | 60 | | 60 | | 60 | | | | 30 | | | | | | 270 | |
| Componentes Optativos | | | | | | | | | | | 30 | | 60 | | 90 | | 30 | | 210 | |
| Componentes Livres | | | | | | | | | | | | | | | | | 60 | | 60 | |
| Estágio Curricular | | | | | | | | | | | 105 | | | | | | | | 105 | |
| Atividades complementares | | | | | | | | | | | | | | | | | 105 | | 105 | |
| Total de Carga Horária obrigatórios (componentes obrigatórios + Componentes Extensão (obrigatórios) + Estágio Curricular) | | | | | | | | | | | | | | | | | | 79% | 2415 | |
| Total de Carga Horária Optativas: Componentes Extensão Optativos + Componentes Optativos | | | | | | | | | | | | | | | | | | 16% | 480 | |
| Total de Carga Horária Componentes Livres | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2% | 60 | |
| Total de Carga Horária de Atividades Complementares | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3% | 105 | |
| Total de Carga Horária de Extensão (este total está incluído nas demais modalidades. Apenas registra-se aqui o percentual de 10% em relação ao total de CH do curso) | | | | | | | | | | | | | | | | | | 10% | 315 | |



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

A Matriz Curricular acima apresentada encontra-se detalhada nos seguintes quadros:

Quadro 3 – Componentes Curriculares por semestre, dimensão, carga horária e creditação

| Sem | Componente Curricular | Modalidade | Código | Requisito | CH | | | | | Natureza |
|-----|---|------------|------------------|---|----|---|-----|-----|-----|----------|
| | | | | | T | P | T/P | Ext | Est | |
| 1 | Elementos de Ciências Sociais Aplicadas | Disciplina | Novo | s/ requisito | 60 | | | | | OB |
| 1 | Fundamentos da Administração Pública e Gestão Social | Disciplina | Novo | s/ requisito | 60 | | | | | OB |
| 1 | História do pensamento dos estudos organizacionais e gestão | Disciplina | Novo | s/ requisito | 60 | | | | | OB |
| 1 | Ética, Sociedade e Universidade | Disciplina | Novo | s/ requisito | 30 | | | | | OB |
| 1 | Elementos de Matemática | Disciplina | existente MAT019 | s/ requisito | | | 60 | | | OB |
| 1 | Integralização de ACCS 1 | Atividade | Novo | s/ requisito | | | | 30 | | OB |
| 2 | Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica | Disciplina | Novo | s/requisito | 60 | | | | | OB |
| 2 | Estado, Economia e Sociedade | Disciplina | Novo | Elementos de Ciências Sociais Aplicadas | 60 | | | | | OB |
| 2 | Teorias da Administração Pública | Disciplina | Novo | Fundamentos da Administração Pública e Gestão Social | 60 | | | | | OB |
| 2 | Teoria Macroeconômica | Disciplina | Existente ECOB42 | História do pensamento dos estudos organizacionais e gestão | 60 | | | | | OB |
| 2 | Diversidades e Desigualdades | Disciplina | Novo | Ética, Sociedade e Universidade | 30 | | | | | OB |
| 2 | Integralização de ACCS 2 | Atividade | Novo | s/ requisito | | | | 30 | | OB |
| 3 | Democracia, Sistemas de Controle e Participação Social | Disciplina | Novo | Estado, Economia e Sociedade | 60 | | | | | OB |
| 3 | Abordagens contemporâneas de organização e gestão I | Disciplina | Novo | História do pensamento dos estudos organizacionais e gestão | 60 | | | | | OB |



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

| | | | | | | | | | | |
|---|---|------------|----------------------|--|----|--|----|----|--|----|
| 3 | Estatística Básica para Humanidades | Disciplina | Existente MATF59 | MAT019 – Elementos de Matemática | | | 60 | | | OB |
| 3 | Direito Constitucional | Disciplina | Existente DIRA84 | Teorias da Administração Pública | 60 | | | | | OB |
| 3 | Integralização de ACCS 3 | Atividade | Novo | s/ requisito | | | | 60 | | OB |
| 4 | Métodos Qualitativos Aplicados à Gestão | Disciplina | Novo | Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica | 30 | | | | | OB |
| 4 | Sociedade Civil, Organizações, Movimentos Sociais e Participação | Disciplina | Novo | Democracia, Sistemas de Controle e Participação Social | 60 | | | | | OB |
| 4 | Abordagens contemporâneas de organização e gestão II | Disciplina | Novo | Abordagens contemporâneas de organização e gestão I | 60 | | | | | OB |
| 4 | Matemática Financeira | Disciplina | Existente MAT 191 | MAT019 – Elementos de Matemática / Estatística Básica para Humanidades | | | 60 | | | OB |
| 4 | Direito Administrativo | Disciplina | Existente DIRO31 | DIRA84 – Direito Constitucional | 60 | | | | | OB |
| 4 | Gestão da Informação | Disciplina | Novo | Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica | 60 | | | | | OB |
| 4 | Integralização de atividades de extensão | Atividade | | | | | | 60 | | -- |
| 5 | Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão | Disciplina | Novo | Métodos Qualitativos | 30 | | | | | OB |
| 5 | Desenvolvimento Territorial e Poderes Locais | Disciplina | Novo | Sociedade Civil, organizações, movimentos sociais e participação | 60 | | | | | OB |
| 5 | Gestão Tributária | Disciplina | Novo | DIR031 – Direito Administrativo | 30 | | | | | OB |
| 5 | Comunicação nas Organizações | Disciplina | Novo | Gestão da Informação | 60 | | | | | |
| 5 | Gestão de Tecnologias da Informação e da Comunicação | Disciplina | Novo | Gestão da Informação | 60 | | | | | OB |
| 5 | Comportamento Humano no Trabalho | Disciplina | Novo | Diversidades e Desigualdades | 60 | | | | | OB |
| 5 | Integralização de atividades de extensão | Atividade | | | | | | 60 | | -- |
| 6 | Teoria e Análise de Políticas Públicas | Disciplina | Novo | Desenvolvimento Territorial e Poderes Locais | 60 | | | | | OB |



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

| | | | | | | | | | | |
|---|--|--------------------------------------|------------------|---|----|----|--|----|-----|----|
| 6 | Optativa 1: Dimensão C – Compreensão contextual | | | | 30 | | | | | OP |
| 6 | Finanças Públicas | Disciplina | Novo | Gestão Tributária | 60 | | | | | OB |
| 6 | Gestão dos Serviços Públicos | Disciplina | Novo | s/requisito | 60 | | | | | OB |
| 6 | Administração de Sistema de Informação | Disciplina | Novo | Tecnologias da Informação e da Comunicação para a Gestão | 60 | | | | | OB |
| 6 | Estágio Curricular Obrigatório | Estágio | Novo | | | | | | 30 | OB |
| 6 | Integralização de atividades de estágio | | | | | | | | 105 | -- |
| 7 | Problemática Ambiental, Política e Gestão do Meio Ambiente | Disciplina | Novo | Teoria e Análise de Políticas Públicas | 60 | | | | | OB |
| 7 | Optativa 1: Dimensão B – Compreensão teórico-crítica | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| 7 | Optativa 2: Dimensão B – Compreensão teórico-crítica | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| 7 | Planejamento e Orçamento Público | Disciplina | Novo | Finanças Públicas | 60 | | | | | OB |
| 7 | Gestão e Implantação de Políticas Sociais | Disciplina | Novo | Gestão de Serviços Públicos | 60 | | | | | OB |
| 7 | Gestão de Pessoas no Setor Público | Disciplina | Novo | Comportamento Humano no Trabalho | 60 | | | | | OB |
| 7 | Laboratório de Programas e Projetos - extensão | Atividade | Novo | s/requisito | | 15 | | 15 | | OB |
| 7 | Integralização de atividades de extensão | Atividade | | | | | | 30 | | -- |
| 8 | Elaboração de Projeto de TCC | Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) | Novo | Métodos Quantitativos aplicados à gestão / Métodos Quantitativos aplicados à gestão | | 30 | | | | OB |
| 8 | Administração Política | Disciplina | Novo | Teoria e Análise de Políticas Públicas | 30 | | | | | OB |
| 8 | Optativa 3: Dimensão B – Compreensão teórico-crítica | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| 8 | Contabilidade Governamental | Disciplina | Existente FCC050 | Planejamento e Orçamento Público | 60 | | | | | OB |



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

| | | | | | | | | | | |
|---|--|--------------------------------------|------|--|-----|----|----|----|--|-------|
| 8 | Logística, Suprimentos e Patrimônio no Setor Público | Disciplina | Novo | Estatística Básica para Humanidades | 30 | | | | | OB |
| 8 | Optativa 1: Dimensão D – Compreensão técnico-instrumental | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| 8 | Optativa 2: Dimensão D – Compreensão técnico-instrumental | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| 8 | Laboratório de Avaliação de Políticas Públicas - práticas | Atividade | Novo | Gestão e Implementação de Políticas Públicas | | 30 | | 30 | | OB |
| 9 | Trabalho de Conclusão de Curso | Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) | Novo | Elaboração de Projeto de TCC | | 30 | | | | OB |
| 9 | Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental | Disciplina | Novo | Problemática ambiental, política e gestão do meio ambiente | 60 | | | | | OB |
| 9 | Integralização de componente curricular livre | Disciplina | Novo | s/requisito | 60 | | | | | Livre |
| 9 | Optativa 4: Dimensão B – Compreensão teórico-crítica | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| 9 | Contexto Social, Político e Econômico Mundial e Brasileiro | Disciplina | Novo | Diversidades e Desigualdades | 60 | | | | | OB |
| 9 | Negociação e Mediação de Conflitos | Disciplina | Novo | Comunicação | 30 | | | | | OB |
| 9 | Integralização de atividades complementares | Atividades | | | 105 | | | | | -- |
| | Criatividade, Gestão e Organizações | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| | Estado e Governança Eletrônica | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| | Gestão das Cidades | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| | Tópicos Especiais em Teorias da Administração Pública e Gestão Social I | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| | Tópicos Especiais em Teorias da Administração Pública e Gestão Social II | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| | Estudos Conjunturais em Administração | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

| | | | | | | | | | |
|--|------------|------------------|--|----|----|----|----|--|----|
| Tópicos Especiais em Contextos da Administração Pública e Gestão Social I | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Tópicos Especiais em Contextos da Administração Pública e Gestão Social II | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Gestão de Riscos, Imprevistos e Catástrofes | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| Auditoria e Controle | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| Inteligência Analítica | Disciplina | Novo | | | | 60 | | | OP |
| Indústrias Criativas | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Gestão de cidades e territórios criativos | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| TIC e Sociedade | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Tópicos em TIC I | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Tópicos em TIC II | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Tópicos em TIC III | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Políticas Públicas para Mulheres | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| Políticas Públicas de Ordenamento Fundiário | Disciplina | Novo | | 30 | | | | | OP |
| Tópicos Especiais em Práticas da Administração Pública e Gestão Social I | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| Tópicos Especiais em Práticas da Administração Pública e Gestão Social II | Disciplina | Novo | | | | 30 | | | OP |
| ACCS - Lugares de Memória do povo negro | Atividade | Existente ADMH48 | | | 30 | | | | OP |
| ACCS - Apoio e Fomento ao Ecosistema de Negócios de Impacto Socioambiental em Salvador | Atividade | Existente ADMK24 | | 30 | 30 | | | | OP |
| ACCS - Políticas Públicas de Cuidados para as Diversidades | Atividade | Existente ADMJ86 | | | 30 | | 30 | | OP |
| LIBRAS I- Língua Brasileira de Sinais Nível I | Disciplina | Existente LETE48 | | 30 | 30 | | | | OP |



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

| | | | | | | | | | | |
|--|---|------------|------------------|--|--|-----|--|--|--|----|
| | LETB36 – Língua Espanhola em Nível Básico | Disciplina | Existente LETB36 | | | 102 | | | | OP |
| | Laboratório de Práticas de Ensino e Aprendizagem Inovadoras (LAPEI) | Disciplina | Novo | | | 30 | | | | OP |
| | Laboratório de Mobilização de Recursos | Disciplina | Novo | | | 30 | | | | OP |

Fonte: elaboração própria



6.3 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

As mudanças pelas quais tem passado as relações sociais de produção no capitalismo contemporâneo, especialmente no que se refere às profundas e complexas transformações que tem sido imposta às inter-relações entre Sociedade-Estado-Mercado, têm impactado diretamente nas formas de inserção do estudante de ensino superior no mundo do trabalho. Essa dinâmica tem demandado das instituições de ensino, dos discentes e das organizações elevada capacidade de adequação para inovar na formação acadêmica e profissional dos universitários. Na área da Administração, particularmente nos campos da administração pública e da gestão social, esses dilemas se revelam ainda mais intrincados devido às competências e responsabilidades singulares que esse perfil profissional precisa desenvolver na formação.

Atento a esse contexto de transformação social e organizacional, este projeto pedagógico assume o compromisso de oferecer aos estudantes do curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social da UFBA condições acadêmico-pedagógicas que avalizem possibilidades reais e potenciais de inserção profissional. Esse comprometimento visa proporcionar ao educando condições plenas de aperfeiçoamento pessoal, sociocultural, acadêmico e profissional por meio de sua integração ao mundo do trabalho, de modo a fomentar o desenvolvimento do espírito crítico do discente em relação ao exercício da profissão.

Conforme disposto no Capítulo I, Art. 1º, § 2º da **Lei de Estágio** (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), as atividades de estágio “[...] visam ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”. Considerando as definições destacadas acima, entende-se por estágio as atividades de aprendizagem profissional dirigidas para a formação prática, espaço onde o estudante terá possibilidades de participar de situações reais vinculadas ao universo do trabalho.

Por se tratar de uma formação que se qualifica pelo compromisso precípua que o egresso assumirá de administrar e gerir organizações responsáveis pela qualidade da vida coletiva, a formação profissional em administração pública e gestão social impõe investir no desenvolvimento de conteúdos teóricos, contextuais, técnicos e práticos, de forma indissociada, encaminhadas para capacitá-lo a promover transformações administrativas, organizacionais e sociais. Esse reconhecimento implica considerar que esse futuro profissional assume papel político, social e técnico na qualidade de gestor público e social. Considerando os aspectos contextuais, epistêmicos, teóricos



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

e acadêmico-pedagógicos destacados, a UFBA, ciente de essencial responsabilidade de orientar e acompanhar as atividades educativas, assume o compromisso de oferecer uma formação prática também integralizada tanto pelas atividades de **estágio curricular obrigatório** como pelas atividades de **estágio curricular não-obrigatório**, conforme dispõe a Lei de Estágio (Capítulo I, Art. 2º).

Para o atendimento desses desafios e obrigações merece destacar a relevante tradição que a EAUFBA tem de oferecer ao estudante de graduação, há mais de 20 (vinte) anos, suporte institucional, organizacional e administrativo, a partir da criação, em 1993, do Núcleo de Apoio Acadêmico e Profissional dos Estudantes (NAAPE). Este Núcleo foi instituído para estruturar melhor as ações de apoio ao estudante da Escola revelando, portanto, ter antecipado preocupações educativas que só foram formalmente regulamentadas a partir de 2008, mediante a promulgação da nova Lei de Estágio. Esse compromisso revela que a Escola de Administração reconhece a importância da preparação prática como resultado de uma formação acadêmica integral dos seus estudantes. O desafio que se coloca na atualidade é de reestruturar o NAAPE, articulando suas ações às atividades de orientação acadêmica, assim como integralizar sua atuação aos demais núcleos existentes nesta unidade de ensino com o objetivo de oferecer mais qualidade à formação em Administração Pública e Gestão Social.

Avaliando o enquadramento acadêmico-pedagógico e regulamentar que amparam as atividades de estágio como ação educativa, sustentada em experiências e vivências que contribuam para a formação acadêmica integral do estudante, as práticas de **Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório** que integralizam este curso estão fundamentadas nos princípios, diretrizes e competências estabelecidas neste Projeto Pedagógico. Conforme sintetizado a seguir, os **princípios gerais** orientadores das práticas de estágio do curso de bacharelado em Administração Pública e Gestão Social são os seguintes:

- Reconhecimento da natureza das práticas de **estágio curricular obrigatório e não-obrigatório** como atividades dirigidas para propiciar vivências em ambientes profissionais que contribuam para preparar o estudante para uma inserção qualificada no mundo do trabalho;
- Necessidade de articulação entre os aspectos teóricos, contextuais e práticos da formação em Administração Pública e Gestão Social; e



- Integração das práticas de **estágio curricular obrigatório** e **não-obrigatório** com o percurso formativo integralizado pelos componentes curriculares do curso, em conformidade com as condições dispostas na Lei de Estágio.

A articulação entre linhas de formação do curso e as competências a serem desenvolvidas nas práticas de Estágio Não-obrigatório e Estágio Obrigatório estão resumidas no quadro abaixo, sem que esse esforço descritivo esgote outras capacidades que os estudantes precisam desenvolver para acompanhar a dinâmica atual e futura das organizações públicas e sociais:

Quadro 04 – Síntese dos Objetivos da Formação Teórico- Prática e das Competências a serem desenvolvidas no Estágio em Administração Pública e Gestão Social

| MODALIDADE | OBJETIVOS DA FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA | COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO |
|--------------------------------|---|--|
| ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO | <ul style="list-style-type: none">• Contribuir na formação do estudante para sua preparação elementar para o exercício das atividades profissionais, apresentando a concepção acadêmico-pedagógica do curso e as regulamentações legais que fundamentem as práticas de estágio;• Preparar o estudante para sua ambientação ao mundo do trabalho mediante o desenvolvimento da capacidade cognitiva, ética e comportamental para sua inserção no mundo do trabalho.• Orientar o estudante para iniciar suas práticas de formação profissional, a partir do 2º semestre, como ambiente que o auxiliará na assimilação progressiva entre teoria, técnica e prática.• Desenvolver o senso crítico e proporcionar ao estudante a oportunidade de vivenciar situações de conflitos e problemas reais para complementar sua formação prática, a partir da consolidação dos conhecimentos teóricos, contextuais e técnicos;• Aproximar o discente de atividades próprias da profissão do administrador público e gestor social para que se familiarize com as funções que poderá desempenhar;• Possibilitar ao estudante observar a qualidade de ensino que está recebendo, a partir dos desafios e dificuldades que irá enfrentar no mundo do trabalho. | <ul style="list-style-type: none">✓ Domínio ético profissional e social;✓ Domínio aspectos institucionais e legais relativos ao estágio;✓ Domínio sobre aspectos estruturais, contextuais e ambientais relativos ao mundo do trabalho;✓ Visão sistêmica e específica das áreas de atuação profissional do administrador público e gestor social;✓ Entendimento geral dos papéis político, social e técnico a serem desempenhados pelo administrador público e gestor social durante sua formação;✓ Estabelecimento de contato direto com os agentes de intermediação de estágio e organizações públicas, privadas e sociais com potencial para a realização de estágio;✓ Preparação para iniciação de experiências profissionais básicas nas áreas de administração pública e gestão social. |



| | | |
|----------------------------|---|--|
| ESTÁGIO OBRIGATÓRIO | <ul style="list-style-type: none">• Preparar o estudante para o desenvolvimento da capacidade de criar soluções para processos e procedimentos nas áreas de administração pública e social;• Ampliar os conhecimentos acerca da natureza dos processos e políticas próprios da gestão organizacional no em organizações públicas e sociais;• Apurar a capacidade de decisão do estudante por meio do uso de técnicas adequadas de pesquisa, análise e avaliação de processos administrativos;• Possibilitar ao estudante observar a qualidade de ensino que está recebendo, a partir dos desafios e dificuldades que irá enfrentar no mundo do trabalho. | <ul style="list-style-type: none">✓ Visão integrada da cultura e funcionamento das organizações públicas, privadas e/ou sociais nas quais irá estagiar e/ou já atua como profissional;✓ Visão integrada das inter-relações complexas que condicionam as dinâmicas entre sociedade-Estado-Mercado e influenciam a realidade do mundo do trabalho;✓ Visão dos desafios e possibilidades de inserção do administrador público e gestor social no mundo do trabalho. |
|----------------------------|---|--|

FONTE: Elaboração própria com base no Projeto Pedagógico do Curso.

Conforme dispõe a Lei de Estágio, no seu Capítulo I, Art. 2º, § 2º, o “**estágio não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória [do curso]”. A referida legislação ressalta, ainda, que como ato educativo, esta atividade exige orientação de um professor orientador que contará com o apoio infra estrutural e logístico da instituição de ensino para o acompanhamento pleno dessas práticas. Para o cumprimento das determinações introduzidas pela referida Lei, no que dispõe o Capítulo I, Art. 3º, § 1º relativo às condições infra estruturais e logísticas para a orientação da formação profissional, assim como o disposto no Capítulo II, Art. 7º alusiva à obrigatoriedade de indicação de **professor-orientador** que assumirá a responsabilidade por guiar e acompanhar esse percurso formativo, as atividades de **estágio não-obrigatório** serão articuladas ao conjunto de obrigações de acompanhamento que devem conformar a política de **Orientação Acadêmica (OA)** da EAUFB.

Sobre os aspectos acadêmicos-pedagógicos que fundamentam os ciclos/percursos formativos do curso e as disposições legais, o **estágio não-obrigatório** deve agregar elementos fundamentais à formação profissional do estudante, com obrigatoriedade, nesse caso, de ser remunerado. Sobre esse aspecto, considera-se essencial diferenciar o compromisso da Universidade em estabelecer requisitos claros que distingam os limites entre as atividades de estágio e as relações de trabalho precarizado, situação que tem sido recorrente na gestão acadêmica do estágio. Esse entendimento visa tanto proteger o educando, por meio da definição das áreas de atuação para a prática de estágio, em correspondência com seu nível de formação e acompanhamento integral do seu desenvolvimento, como resguarda a instituição de ensino e o professor orientador de quaisquer responsabilizações nos casos em que esses limites não sejam acatados.



Considerando os aspectos acadêmico-pedagógicos e as disposições legais destacados neste documento e também em conformidade com os **requisitos gerais** que guiam as atividades de estágio, ficam estabelecidas algumas seguintes premissas orientadoras:

- a) No **1º semestre** o estudante será preparado sobre os aspectos legais da **Lei de Estágio** e sobre as competências básicas, estruturantes e aplicadas que irá desenvolver durante todo o percurso formativo por meio de atividades que serão realizadas pelo NAAPE em conjunto com o Colegiado do Curso;
- b) O estudante só estará apto a iniciar as atividades de estágio obrigatório a partir do **6º semestre** e de estágio não-obrigatório, a partir do **2º semestre letivo**;
- c) O Colegiado do Curso deverá designar o Professor Orientador que será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades de estágio dos estudantes sobre sua orientação, (estabelecendo, inclusive, o número máximo de estudantes que serão acompanhados por cada professor orientador);
- d) Caberá ao Professor Orientador, de acordo com o que dispõe a Lei de Estágio (Capítulo II, Art. 7º), responder por todas as atividades que implicam ações de acompanhamento do estudante, com destaque para algumas principais como: assinar os Termos de Compromissos (celebrados entre o estudante, a instituição de ensino e a instituição concedente); observar a adequação dos respectivos Planos de Trabalho (que integram os Termos); observar o cumprimento pleno das condições do estágio, reorientando o estagiário para outro local, em casos de descumprimento das condições previstas por lei; acompanhamento da produção e validação dos Relatórios de Estágio (a serem entregues semestralmente ao NAAPE para encaminhamento a PROGRAD); avaliar regularmente o estudante durante as práticas; entre outras atividades dispostas na referida lei, conforme conteúdos básicos e instrumentos definidos no Regulamento de Estágio;
- e) O estudante deverá ser estimulado pelo professor orientador a produzir, no final de cada experiência de estágio, “Memorial Profissional” contendo a sistematização dos percursos e resultados das aprendizagens alcançadas na formação prática (em articulação com as competências teóricas, contextuais e técnicas), assim como indicando as ações futuras que poderão ajudá-lo no planejamento de sua carreira;



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

- f) As atividades preparatórias continuadas dos estudantes para as práticas de **estágio não-obrigatório** poderão ser articuladas com conteúdos e/ou atividades planejadas por disciplinas obrigatórias e/ou optativas e integralizar, também, as atividades do NAAPE e das Atividades Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS).

Finalmente, as atividades de orientação e supervisão do **Estágio Não-Obrigatório** e do **Estágio Obrigatório**, serão reguladas pelo Regulamento de Estágio que acompanha este Projeto Pedagógico, respeitadas a legislação nacional vigente de estágio (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelados. CNE. RESOLUÇÃO Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, a Resolução nº 03, de 13 de novembro de 2019, do CAE-UFBA e o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social.

6.4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão, pilar que, juntamente com o ensino e a pesquisa, integra o tripé que caracteriza as atividades desenvolvidas no âmbito da universidade pública, traz consigo o atributo de transpor os muros da universidade e colocá-la em interação contínua com a sociedade. Nesses termos, compete à atividade extensionista a construção de caminhos em prol do compartilhamento de saberes, da articulação e desenvolvimento de metodologias e tecnologias capazes de induzir transformações sociais, ao tempo em que contribui para produção de novos conhecimentos e a formação teórico-prática-vivencial e o olhar crítico dos estudantes.

A UFBA tem uma rica tradição extensionista, o que pode ser visto na sua trajetória institucional. Não sem razão, programas como o UFBA EM CAMPO, que nos legaram as Atividades Curriculares em Comunidade e em Sociedade (ACCS), são registros da pluralidade e da riqueza dessa relação construída entre a UFBA e a sociedade baiana, algo que pode ser observado na rica literatura produzida, bem como na memória afetiva de professores, egressos e comunidades interlocutoras (SERPA, 2018).

A EAUFBFA, ao longo dos seus mais de sessenta anos, juntamente com o ensino e a pesquisa, desenvolveu rica tradição extensionista, sobretudo no campo da Administração Pública e da Gestão



Social, algo que nos acompanha desde o nascedouro dessa Escola. A EAUFBA, ainda quando sediada no bairro de Nazaré, nos anos 1960, já realizava o ensino de extensão para funcionários públicos, lideranças políticas e o empresariado, uma prática que a acompanha até os dias de hoje.

Nos últimos 20 anos, uma série de ações, programas e projetos com recorte extensionista tem sido gestada na Escola, tanto a partir de grupos institucionalizados, a exemplo do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES), da Agência de Inovação Social, da Substantiva – Empresa Júnior de Gestão Pública e Social, como provenientes de agendas de extensão e pesquisa desenvolvidas por professores e estudantes, a partir de editais públicos ou parcerias privadas, sem necessariamente estarem adstritas a grupos institucionalizados.

Ademais, vale ressaltar que a EAUFBA conta com o Núcleo de Extensão em Administração (NEA), que busca a sistematização e dinamização da sua relação com a sociedade, desenvolvendo um número significativo de atividades de extensão com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, em âmbito regional e nacional (EAUFBA, 2020).

As referidas iniciativas no campo da extensão já realizadas pela EAUFBA compõem um repertório de práticas que devem ser estimuladas, enriquecidas e retroalimentadas por este projeto político pedagógico. Esse é ambiente profícuo para inovações nos processos formativos, o que fundamenta a iniciativa de curricularização da extensão – um elemento potencializador da expansão das redes de cooperação entre Universidade e Sociedade. Assim, trata-se de estimular as múltiplas parcerias voltadas à integração do curso com órgãos públicos em diferentes níveis de governo, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e organizações de cooperação internacional.

Do ponto de vista teórico e epistemológico, este projeto político pedagógico se orienta a partir de diálogos críticos estabelecidos com autores e cosmovisões acerca do que se entende por extensão e práticas extensionistas. Partindo dessas orientações teóricas e epistemológicas, as atividades de extensão têm como premissa:

- a) a formação de administradores públicos e gestores sociais deve articular o tripé ensino-pesquisa-extensão, de modo a reforçar o desenvolvimento do *ethos* republicano e democrático, por meio de processos dialógicos de aprendizagem e de intervenção humanística, política e instrumental. A formação é aqui entendida como “um conjunto de condições e mediações para que as aprendizagens socialmente legitimadas se realizem”, e



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

ainda, que seja compreendida como “um fenômeno que se configura numa experiência profunda e ampliada do *Ser* humano que aprende interativamente, de forma significativa, imerso numa cultura, numa sociedade, através das suas diversas e intencionadas mediações” (MACEDO, 2010, p.21);

- b) a Universidade e a sociedade, com as suas diversidades inerentes, encontram na extensão um canal aberto para o exercício do aprofundamento do diálogo intercultural e estimular a relação não hierárquica entre saberes, sejam os já estabelecidos, sejam os saberes emergentes e insurgentes, com todas as suas inter e transdisciplinaridades, de modo a estimular a produção de conhecimento engajado, implicado e emancipador. Como afirma José Jorge de Carvalho (2004, p.20) é preciso lembrar que “a Extensão é uma área particularmente politizada, na medida em que essa conexão com o mundo extramuros é sempre uma escolha de relação com agentes sociais inevitavelmente posicionados no campo político.” Isso significa que a natureza da relação e a escolha dos sujeitos do diálogo, por exemplo, explicitam escolhas, preferências, o que coloca o desafio constante do debate sobre os pressupostos teóricos, epistemológicos e políticos da complexa relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) o diálogo com as ideias defendidas por Paulo Freire (1983) no que concerne ao caráter emancipatório dos saberes construídos nessas interações propostas. Não se trata de uma forma de transmissão de conteúdos e técnicas vistas de modo superior, no qual a universidade deposita entregas às comunidades vistas como recipientes, objetos passivos e inferiores que possuem por vezes diferentes vivências culturais. Ao contrário, trata-se de um processo educacional voltado para construção de conhecimentos, na dimensão humana, reconhecendo os diferentes sujeitos (comunidade-estudante) enquanto produtores do que se aprende para gerar mudanças sociais, a partir de situações existenciais concretas. São processos educacionais dialógicos, participativos, problematizadores e conscientizadores, como também da construção de saberes que refletem “o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação” (FREIRE, 1983, p.36).

Desse modo, este projeto pedagógico orienta sua extensão no sentido de combater práticas mecanicistas, autoritárias, assistencialistas, mercantilistas, patrimonialistas e de apropriação e/ou invasão cultural. O princípio ético da equidade deve permear as relações entre todos os sujeitos sociais



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

envolvidos na prática extensionista, algo que envolve a Universidade, os professores, os estudantes e as comunidades interlocutoras. Preza-se, portanto, por práticas extensionistas que tenham como valor a racionalidade substantiva, a participação cidadã, a democracia, a defesa e garantia de direitos humanos, a sustentabilidade e o reconhecimento de múltiplos sujeitos respeitados em suas identidades culturais e suas reais demandas.

Por fim, compreende-se que os Administradores Públicos e Gestores Sociais devem atuar em processos de mediação dos pactos sociais construídos entre estado, sociedade, mundo do trabalho e o mercado, na identificação e diagnóstico de problemas públicos, na gestão e avaliação de políticas, programas e projetos públicos. Por essa razão, precisam ser formados para além da lógica tradicional “estudante-professor” e de processos de ensino restritos a sala de aula. Assim, a extensão possibilita a relação dialógica entre “estudante-professor-comunidade”, ampliando os espaços de aprendizagem, dentro e fora da Universidade, de modo que se possa (re)construir o processo histórico social (FORPROEX, 2012) das possibilidades de atuação nas esferas pública e social.

Para além das referências epistêmicas, do ponto de vista jurídico institucional, este projeto pedagógico, no que concerne à extensão universitária, também se reporta ao conceito elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 1987 apud FORPROEX, 2012) e que foi reafirmado e expandido nas Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução CNE/CES nº7/2018), em seu artigo terceiro, onde se lê:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, CNE/CES, 2018, p. 1).

Tal definição reforça o princípio constitucional da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207) e da finalidade da Universidade posta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Esse normativo regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024, **que estabelece que todos os cursos de graduação deverão compor no mínimo 10% do total da carga horária com atividades de extensão, compondo a matriz curricular** (Art. 4º, Resolução CNE/CES



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

nº7/2018). A concepção e prática da extensão neste Projeto Político Pedagógico está estruturada nas seguintes premissas trazidas pelas Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira:

- a) a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- b) a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo Inter profissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- c) a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- d) a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (BRASIL, CNE/CES, 2018, p. 2).

Considerando que no Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social possui carga horária total de 3.060 horas, os estudantes deverão realizar, no mínimo, **315 horas de atividades de extensão curricularizadas (10% do total da carga horária) dentre as quais, 120 horas devem ser obrigatoriamente integralizadas por meio da participação em** Atividades Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) ofertadas pela EAUFBA e por outras unidades, desde que tenham relação com as linhas de formação do curso. Além das ACCSs, a extensão curricularizada também poderá ser desenvolvida em diferentes modalidades, conforme estabelecidas na Política Nacional de Extensão (1999) e na política de Extensão da UFBA que indica as seguintes modalidades:

- a) programas - conjunto de projetos articulados de médio e longo prazo de caráter comunitário, educacional, cultural e tecnológico, devidamente registrado atuando em áreas temáticas da extensão universitária;
- b) projetos - “conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado” (UFBA, Resolução Nº 02/2012 / CAE-UFBA);



- c) cursos e oficinas - “atividades sistematizadas de caráter didático, que objetivam a disseminação de princípios, conceitos, fundamentos, métodos e tecnologias para público-alvo definido” (*ibid*);
- d) evento - “ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade” (*ibid*);
- e) atividades curriculares em comunidade e sociedade (ACCS) – são atividades de extensão em uma relação multidirecional com grupos da sociedade, criando e desenvolvendo tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação (UFBA, Resolução CONSEPE nº 01/2013). A EAUFBA, nos últimos anos, vem desenvolvendo algumas ACCS coordenadas por seus docentes nos campos da Economia Solidária, do empreendedorismo, da memória do povo negro da Bahia e a gestão do futuro, bem como, no campo das políticas públicas de assistência social e cuidado.
- f) residência social - criada e registrada no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) por Fischer (1999 apud ARAÚJO, 2012a) e implementada pelo CIAGS, sendo aplicada em todos os cursos ofertados por este (FISCHER, MELO, 2006). Atualmente, é adotada na Especialização e Mestrado Profissional de Desenvolvimento e Gestão Social, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Social, além de outros cursos. Trata-se de uma tecnologia de formação de gestores sociais que possibilita a fusão teoria-prática e diferentes tipos de conhecimento. Utilizam-se atividades prático-reflexivas e imersão do estudante (de graduação, pós-graduação ou extensão) em uma distinta realidade social, vivendo em experiências concretas de gestão social e desenvolvimento. Mescla atividades técnicas, profissionais, acadêmicas e vivenciais que a levam a “um *mix* de práticas de estágio, consultoria, intervenção e pesquisa social visando proporcionar ao estudante um espaço de interação sócio relacional e multidisciplinar com diferentes realidades práticas (organizacionais / territoriais) que lhe exigem respostas complexas, com a integração criativa de saberes” (ARAÚJO, 2012b, p. 233).
- g) prestação de serviços - “ações através das quais habilidades e conhecimentos de domínio da Universidade são disponibilizados” sob a forma de (...) consultoria, assessoria, (...), realização



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

de estudos, organização de publicação, elaboração e orientação de projetos e atividades similares” (ARAÚJO, 2012b, p.233).

- h) laboratórios de práticas em administração pública e gestão social - componentes curriculares previstos na matriz do curso que envolvem atividades extensionistas com foco no exercício de elaboração de projetos e avaliação de políticas públicas.

Todas essas modalidades deverão ser ofertadas tendo concentração em um ou mais áreas temáticas classificadas na Política Nacional de Extensão (1999): 1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos Humanos e Justiça; 4. Educação; 5. Meio Ambiente; 6. Saúde; 7. Tecnologia e Produção; 8. Trabalho. Todas as ações de extensão para serem curricularizadas deverão ser devidamente registradas na PROEX/UFBA com o apoio do NEA, estando associadas a pelo menos uma das referidas áreas temáticas.

A participação do estudante do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social deve focar na contribuição interdisciplinar que a atividade traga para as especificidades da formação em questão. Para isso, é importante que as atividades sejam desenvolvidas em contextos de organizações públicas estatais e não-estatais, territórios, interorganizações, movimentos sociais e redes de colaboração e solidariedade, institucionalizadas ou em vias de institucionalização, contanto que atestada por atores sociais idôneos e aprovada pelo colegiado do curso.

Para cumprir, no mínimo, as **315 horas de atividades de extensão curricularizadas**, o estudante deverá, ao término do curso, comprovar que esteve devidamente matriculado em componentes curriculares com essa finalidade e/ou validar a carga horária de outras atividades extras de extensão perante comprovações, seguindo regras contidas em regulamento próprio e barema a ser desenvolvido pelo Colegiado do Curso em conjunto com o NEA.

Os estudantes devem, preferencialmente, mesclar as tipologias de atividades de extensão ao longo da sua formação. Importante destacar que a carga horária atribuída para a curricularização da extensão não poderá ser contabilizada de modo duplo para Atividades Complementares ou Estágio. Considerando que se trata de um curso noturno e que os grupos e organizações parceiras das atividades geralmente funcionam em horário comercial, os estudantes devem estar cientes da carga horária prática destes componentes que poderão ocorrer em horários matutinos, vespertinos e/ou finais de semana. Para efeitos da integralização do currículo, o aluno poderá optar também por outras **ACCS** realizadas no âmbito da UFBA, desde que tenham relação com as linhas de formação do curso.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

A Orientação Acadêmica oferecida pela EAUFBA deverá apoiar os estudantes na escolha das atividades de extensão de modo que possa atingir a carga horária necessária buscando diversificar as atividades. Recomenda-se que todas as atividades tenham além de professores e estudantes, servidores técnicos-administrativos, pessoas da comunidade, gestores, lideranças, estudantes do ensino médio, beneficiários de políticas públicas etc.

Ademais, os discentes do bacharelado em Administração Pública e Gestão Social serão estimulados a participar de outras atividades de extensão ofertadas pela Escola, à exemplo das atividades propostas pelo NEA, constituindo-se na possibilidade de mais um elo de ligação entre esse novo Bacharelado e as organizações públicas e da sociedade civil.

Além das atividades de curricularização da extensão, **o Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social ofertará semestralmente disciplinas teóricas ou teórico-práticas vagas para estudantes especiais, promovendo a extensão à sociedade das ofertas formativas.** Na prática, os colegiados deverão indicar quais disciplinas e quantidade de vagas por meio de editais públicos. Os estudantes especiais serão certificados como cursos de extensão após a conclusão e aprovação na disciplina cursada.

Por fim, é importante frisar que as ações de extensão contidas neste plano político pedagógico serão implementadas de modo articulado e em confluência com a **Política de Extensão da EAUFBA**. Essa política definirá de modo mais detalhado e pormenorizado os parâmetros da política institucional, bem como o par a passo dos protocolos a serem seguidos no âmbito da instituição, no que concerne às estruturas burocráticas e decisórias da extensão na EAUFBA, quais sejam, o Colegiado, o NEA e a Congregação da EAUFBA.

O colegiado do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social deve indicar um dos seus membros como articulador de extensão do curso, o qual atuará com os demais articuladores de extensão representantes dos demais colegiados EAUFBA, e que no seu conjunto constituirão o Núcleo de Extensão em Administração (NEA).

Por fim, é importante frisar que atividade de extensão não pode ser confundida com atividade complementar. Nas atividades de extensão, como foi exposto ao longo deste tópico, existe uma clara conexão entre ensino e pesquisa, estando associadas à **Política / Projeto de Extensão**, ao passo que, as atividades complementares compreendem um rol de atividades mais amplo, a exemplo de cursos, palestras, seminários, etc. Nestes termos, o colegiado deve dirimir os casos de eventuais duplicações de atribuição de carga horária.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Este documento traz no seu bojo as orientações gerais sobre a relação à Extensão que será praticada pelo Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social. Questões mais específicas deverão ser dirimidas por regulamento a ser concebido pelo Colegiado, bem como, pelas instâncias decisórias desse colegiado que abrigará esse curso.

6.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES – AC

As Atividades Complementares têm como **objetivo** estimular o estudante a exercer a autonomia e responsabilidade, associadas à capacidade de escolha de experiências que enriqueçam sua formação acadêmica. Além disso, as Atividades Complementares devem possibilitar que o estudante identifique e participe de iniciativas conectadas com conhecimentos e vivências desenvolvidas ao longo de seu processo de socialização, valorizando-as, orientando-as metodologicamente e ampliando-as de forma inovadora e reflexiva.

As Atividades Complementares também devem permitir que os estudantes da EAUFBA vivenciem intensamente a dimensão social da Universidade Pública por um lado, por meio da integração com outras unidades de ensino e cursos ofertados pela UFBA, ampliando os horizontes de sua formação teórica e relacional e, por outro, por meio da integração com a comunidade, favorecendo a troca de saberes e o fortalecimento da prática consciente, envolvendo justiça social, democracia, solidariedade, ética, transparência e sustentabilidade.

Nesse sentido, a realização das Atividades Complementares deverá estimular o estudante à participação em atividades desenvolvidas por outras instituições de ensino e por instituições que trabalham com produção e difusão de conhecimento - em modalidades presenciais e à distância - no campo da Administração Pública e Gestão Social e em outras áreas do conhecimento.

De acordo com a Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, as Atividades Complementares “Deverão possibilitar ao estudante reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão” (BRASIL, 2014, p. 17-18).

Seguindo esta diretriz, o curso de Administração Pública e Gestão Social da EAUFBA considera diversas modalidades de Atividades Complementares a serem ofertadas pela Escola, por



outras unidades da UFBA e por outras Instituições de Ensino Superior, além de organizações fora do ambiente escolar. São consideradas Atividades Complementares:

- Atividades de Integração Formativa;
- Atividades acadêmicas e extra acadêmicas;
- Atividades de extensão (desde que não integralizadas na carga horária do curso nessa condição).

A relação das atividades previstas para integrar cada uma das modalidades foi definida visando despertar o interesse do estudante para o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências e também visando estimular a reflexividade sobre as relações no ambiente de trabalho, além de valorizar iniciativas estudantis, atividades esportivas, artísticas e culturais.

De caráter mais livre e flexível, as Atividades Complementares não devem ser confundidas com atividades de extensão, sobretudo porque, esta última, pressupõe estrita conexão entre ensino e pesquisa, ao passo que, as atividades complementares compreendem um rol mais amplo de atividades realizadas pelos estudantes, para além do que é preceituado pelos componentes curriculares. Tal distinção não impede, no entanto, que uma atividade de extensão seja integralizada à carga horária como Atividade Complementar. Neste caso, a carga horária somente poderá ser integralizada nesta modalidade, não podendo ser registrada em duplicidade, isto é, como Atividade Complementar e como atividade de Extensão. Ressalta-se que um dos membros do colegiado assumirá a função de articulador de Atividades Complementares.

O Regulamento das Atividades Complementares do curso de Administração Pública e Gestão Social da EAUFBBA que acompanha este Projeto Pedagógico determina a natureza obrigatória deste componente curricular e a carga horária mínima exigida de 105 (cento e cinco) horas, que poderá ser integralizada desde o primeiro até o último semestre letivo. O referido Regulamento também dispõe sobre procedimentos administrativos e critérios de comprovação e avaliação sobre a pertinência da integralização das atividades.

6.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade fundamental no processo de consolidação da formação do estudante de Administração Pública e Gestão Social da EAUFBA. É nesse momento que o estudante será estimulado a desenvolver a capacidade de associar seus conhecimentos teórico-práticos desenvolvidos ao longo do curso, buscando sistematizá-los no formato de um produto que consiste na análise de um determinado objeto de estudo ou propostas de intervenção, amparados por recursos teóricos e metodológicos.

A conclusão do TCC, para além de marcar um importante rito de passagem para o estudante é, também, um elemento constitutivo de uma carreira profissional que se inaugura desse Bacharel em APGS. Nestes termos, o TCC, para além da demanda de natureza escolar, figura como potencial “carta de apresentação” para o mundo do trabalho e para a continuidade da formação acadêmica, seja pela via de cursos de aperfeiçoamento, seja pela via da pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Conforme disposto no Art. 92 do Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da UFBA, de 10/12/2014, atualizado pelo Conselho de Ensino por meio da Resolução CAE nº 03/2017; e na Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração Pública; fica estabelecido nesse projeto pedagógico a obrigatoriedade do TCC. Considerando esse requisito obrigatório para a conclusão do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social, foram definidas as seguintes diretrizes gerais para o TCC:

- a) trata-se de uma atividade de caráter teórico ou teórico-prático, a ser realizada individualmente como requisito obrigatório para a conclusão do referido curso;
- b) no que concerne a sua temporalidade, é uma atividade educacional de natureza transversal a todo o curso e se consolidará como um eixo formativo responsável por preparar o estudante para desenvolver competências em produção e disseminação de conhecimentos e inovações nas áreas de APGS. Apesar da existência de componentes curriculares específicos (Elaboração de Projeto de TCC e TCC), entende-se que o tema e modalidade do TCC deve ser despertado no estudante ao longo da sua trajetória acadêmica nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, é fundamental que ao longo de todos os componentes curriculares, em especial nos Estágios, ACCS, atividades de extensão, iniciação científica, que se estimule a construção de possíveis temas para o TCC;



- c) quanto ao propósito epistêmico, almeja-se estimular a construção de conhecimentos interdisciplinares necessários ao administrador público e gestor social para a análise de temas e problemas complexos;
- d) na sua dimensão ludo-pedagógica, deverá auxiliar, assistir e amparar os estudantes nos seus processos individuais de construção e enfrentamento de objetos de estudo a partir do desenvolvimento de competências analíticas, descritivas e críticas de caráter teórico ou prático-reflexivo-propositivo, a fim de que os mesmos se sintam estimulados a produzirem produtos que contenham a sistematização e a consolidação desses objetos;
- e) no âmbito do ensino e aprendizagem, deverá apoiar e assessorar os estudantes nos processos de desenvolvimento de competências que estimulem o raciocínio lógico, crítico, analítico e criativo mediante processos econômicos, sociais, políticos e administrativos, em diferentes contextos organizacionais e socioculturais, a partir da pesquisa científica e/ou tecnológica;
- f) como atividade de formação articuladora do processo de aprendizagem, o estudante deverá receber suporte acadêmico do seu professor orientador, de modo a dar seguimento às experiências formativas e práticas desenvolvidas em todos os percursos da sua formação;
- g) na sua dimensão avaliativa, deverá examinar a produção apresentada pelo estudante, um exercício que versa no julgamento da relevância do tema enfrentado para o campo da APGS, bem como, a averiguação a partir de banca examinadora das capacidades apresentadas na produção final;
- h) os produtos finais deverão versar sobre temas de interesse da APGS e seus diálogos com outras áreas do conhecimento, em especial, as ciências sociais aplicadas, contendo no seu bojo reflexões teórico-prática-metodológicas e/ou apresentação de proposições para soluções de problemas públicos e sociais enfrentados no âmbito das organizações públicas (estatais e não-estatais) e das políticas públicas;

São objetivos do TCC no Bacharelado em APGS:

- a) desenvolver competências analíticas e críticas de caráter prático-teórico-reflexivo-aplicativo sobre um tema relevante da área da APGS e seus diálogos com outras áreas do conhecimento, em especial, as ciências sociais aplicadas;



- b) fomentar o espírito investigativo como forma de compreensão e solução de problemas no campo da APGS e suas intersecções com outros campos do conhecimento;
- c) consolidar a capacidade de desenvolvimento, de forma articulada e crítica, da reflexão teórico-prática como síntese das aprendizagens adquiridas através do conjunto de experiências educacionais recebidas ao longo da formação acadêmica e profissional;
- d) desenvolver a habilidade de redação científica e/ou elaboração de produtos tecnológicos, argumentação de ideias e apresentação oral de pesquisa fundamentais para o exercício pleno como administrador público e gestor social;
- e) permitir compreensão sistemática do conhecimento adquirido no decorrer do curso, contribuindo para uma maior reflexão sobre o conteúdo programático das disciplinas estudadas;
- f) aprofundar o estudo de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional, nacional e global;
- g) viabilizar o intercâmbio entre o curso de graduação e pós-graduação oferecidos no âmbito da Escola de Administração da UFBA;
- h) incentivar a aprendizagem pela reflexão crítica e pela prática, contribuindo para que o egresso se dedique à sua educação continuada;
- i) contribuir para o desenvolvimento de tecnologias em APGS que possam ser propostas, testadas e/ou (re)aplicadas.

Para além das disciplinas Elaboração de Projeto de TCC e TCC, integram o Eixo Formativo do TCC as seguintes disciplinas/atividades ao longo do curso: Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica, Métodos Qualitativos e Quantitativos Aplicados à Gestão. Em Elaboração de Projeto de TCC espera-se que o estudante consiga elaborar o seu projeto e escolha seu orientador. Em TCC, por sua vez, ocorrerá o desenvolvimento da pesquisa científica e/ou tecnológica em si. Em ambos haverá o processo de orientação, mediante cronograma semestral de atividades de TCC a ser definido pelo Colegiado.

Do ponto de vista dos principais atributos para que o estudante possa desenvolver competências para a realização dessa atividade de ensino de caráter prático-aplicativo, comprometida com a qualificação da sua formação profissional, o TCC poderá ser elaborado respeitando as seguintes condições fundamentais:



- a) caracterização do objeto de estudo e suas vinculações com o campo da APGS. Entende-se que as organizações públicas, estatais e não estatais, são objetos privilegiados para o campo de públicas, todavia, os interesses desse campo transcendem o mundo das organizações, podendo, inclusive, compreender outros elementos, à exemplo de indivíduos, territorialidades e conjuntas sócio políticas;
- b) definição da situação-problema da pesquisa, incluindo a apresentação de uma justificativa que fundamente a questão de pesquisa expressa nos objetivos geral e específicos;
- c) revisão do referencial teórico e especificação dos procedimentos metodológicos que irão dar suporte ao projeto de TCC de forma coerente;
- d) elaboração de sínteses explicativas em forma de apresentação de alternativas de soluções para o(s) problema(s) administrativos levantado(s) na pesquisa;
- e) do ponto de vista formal, o trabalho de TCC deve atender as condições estabelecidas pelas Normas Técnicas para elaboração de trabalhos científicos, formuladas pela ABNT e o estudante deverá consultar os documentos validados pela equipe de gestão do sistema de bibliotecas da EAUFBFA para esse fim;
- f) o TCC será concluído a partir do depósito e posterior defesa oral da produção apresentada pelo estudante perante uma banca examinadora, composta pelo orientador e por, pelo menos, mais um professor convidado, que será definida pelo professor orientador e aprovada pelo Colegiado (os critérios para a composição da banca estão definidos no Regulamento do TCC).
- g) a produção depositada pelo estudante poderá ser de natureza dissertativa, pela via de apresentação de **monografia**, **artigo científico** submetido para publicação em periódicos de relevância ou publicado em anais de evento científico de relevância para o campo interdisciplinar com acompanhamento do orientador e/ou **produção tecnológica**, todas de acordo com o prescrito no regulamento. Vale ressaltar que nos casos de produção tecnológica, para além do produto desenvolvido, o estudante deverá, também, apresentar nota técnica circunstanciada descrevendo o produto (tecnologia / recurso / ferramenta), seus argumentos teórico-metodológicos, bem como, seu roteiro analítico-descritivo. No caso dos estudantes que optarem pela entrega de artigos, o mesmo deverá provar para efeitos de conclusão, a aprovação de um artigo científico em periódicos ou anais de relevância para o campo interdisciplinar em parceria com seu orientador, fruto de pesquisa orientada.



Espera-se que a elaboração de um TCC no Bacharelado em APGS não seja apenas mais uma etapa protocolar prevista neste projeto pedagógico, mas a demonstração de conhecimentos consolidados ao longo do processo de formação, de modo que possa assumir formatos mais tradicionais ou inovadores na pesquisa científica e/ou tecnológica necessária para o desenvolvimento do Campo de Públicas.

O TCC poderá ser apresentado em diferentes formatos de acordo com o perfil do estudante e seus objetivos e vivências pessoais, do tema e objeto de estudo escolhido por este. O TCC pode ter como objeto a apresentação de análises e propostas de temas de interesse do estudante como também pode consistir na produção de metodologias e de análises de processos. São previstas como modalidades de TCC:

- a) a monografia decorrente de pesquisa científica no formato de texto dissertativo sobre tema/objeto específico em APGS;
- b) artigo científico publicado em periódicos ou capítulo de livro ou anais de eventos (artigo completo) de relevância para o campo interdisciplinar em parceria com seu orientador, fruto de pesquisa orientada;
- c) produção tecnológica, apresentado sobre o formato de objeto tangível e/ou tecnologia social desenvolvida a partir de pesquisa teórico-empírica, que possa ser aplicada na solução de problemas na APGS, gere impactos, inovações sociais e sustentabilidade.

A possibilidade de múltiplos formatos permitirá ao estudante realizar escolhas que respeitem suas habilidades e intenções profissionais. Estimula-se que a elaboração do TCC esteja vinculada com a experiência do estudante em projetos de iniciação científica ou tecnológica, atividades de extensão ou de estágio curricular.

Ao término do TCC, o estudante deverá defender em sessão pública, a versão final a uma banca examinadora, seguindo as normas do Regulamento de TCC. As questões atinentes à operacionalidade do TCC na dinâmica do curso, bem como as devidas atribuições do colegiado de APGS e dos estudantes, dos professores orientadores estão detalhadas no Regulamento do TCC. Quando observadas, as eventuais lacunas deverão ser dirimidas pelo Colegiado do Curso. O detalhamento das diferentes modalidades de TCC consta no Regulamento de TCC.



7. RELAÇÃO COM A PESQUISA E A PÓS GRADUAÇÃO

Conforme ressaltado na definição dos propósitos que orientam o projeto pedagógico deste curso, a função constitucional precípua da universidade é garantir a integração plena e qualificada entre ensino, pesquisa e extensão. A efetivação dessa ‘tríade’ cria o elo fundamental capaz de possibilitar às instituições de ensino superior, particularmente as públicas, responder com a qualidade exigida às demandas sociais.

Considerando esse conceito e contexto, ações que consolidem e aprofundem as interrelações entre o ensino de graduação e pós-graduação tornam-se estratégicas por possibilitar que as atividades de pesquisas acadêmicas e técnico-científicas atuem como fio condutor dessa articulação.

Nessa ‘tríade’, a extensão, conforme destacado na seção que trata da Curricularização da Extensão deste documento, assume papel destacado na difusão e socialização dos conhecimentos e tecnologias produzidas dentro da universidade. Certamente, integrar os estudantes de graduação como elementos centrais para a obtenção de relevância na produção intelectual e técnica, seja como aprendizes e futuros profissionais, seja como portadores de ações que permitam acelerar o processo imprescindível de socialização, é condição indispensável para uma efetiva geração de impactos sociais e econômicos.

Aliado a esses aspectos relevantes acima destacados, é fundamental considerar que a articulação entre ensino e pesquisa contribui para qualificar os desafios atuais da docência universitária, observando as profundas, aceleradas e constantes mudanças que tem permeado as interrelações entre sociedade-Estado-mercado.

Em outras palavras, a formação superior, assim como as demais etapas educativas, deve estar dirigida para a construção da autonomia intelectual de seus discentes e bases para uma postura crítica, assim como também assume relevante papel para que o estudante avance na sua capacidade de compreensão da realidade para além do senso comum.

Nesse contexto, consolidar uma proposta pedagógica com esse compromisso exige um grande empenho dos docentes. Sobre esse tema existem estudos que comprovam que obtêm mais sucesso na função de educador aqueles professores que estão ancorados em ações de pesquisas. Reafirma essa interpretação Demo (1997, p.16), ao defender que a “pesquisa é o processo que deve aparecer em todo o trajeto educativo”. Para o autor, essa integração contribui para reduzir ou superar as deficiências das competências de leitura, interpretação e elaboração de pensamento abstrato dos estudantes,



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

capacidades essenciais para que os estudantes possam se qualificar como profissionais e cidadãos.

Corroborando com essa interpretação, o Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB (BRASIL, 1996, *grifo nosso*) atribui à educação a finalidade de:

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; **incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;** promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

O vínculo do estudante com as atividades de pesquisa evidenciará, portanto, o elo que permitirá à universidade assegurar a qualidade do ensino superior, em consonância com a disposição da LDB citada acima e em convergência com o que defende o Art. 3º, II da Constituição Federal de 1988 ao ressaltar o papel social da educação como ação responsável pela produção de conhecimento e inovação dirigida para subsidiar projetos de desenvolvimento socioeconômico autônomos (BRASIL, 1998).

Sobre essa questão merece destacar a interpretação levantada por Cury (2004, p. 791) sobre os compromissos acadêmicos, científicos e pedagógicos da educação superior no sentido de fundamentar a cooperação entre os distintos saberes e práticas para assim qualificar a formação graduada.

Conforme descrito no Art. 1 da LDB, a educação [...] “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996). Sustentado nessa defesa constitucional, Cury (2004) reforça a essencialidade para



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

a excelência do ensino, de modo geral, e da educação superior, em particular, da integração com a pesquisa.

Essa inserção, conforme defendida por Demo (1996), Freire (1998), Masetto (1998), entre tantos outros, deve resultar em uma formação teórico-analítica e aplicada consistente. Com base nos argumentos epistêmicos, teóricos e legais, é possível reconhecer que o exercício da atividade de pesquisa não é ação exclusiva da formação pós-graduada. Conforme aludido por Cury (2004):

[...] a pesquisa, componente específico da pós-graduação, e o ensino, componente específico da graduação, devem caminhar juntos e articulados com o fim de permitir a mútua criatividade. De suas diferenças, de seu entrelaçamento planejado e dos respectivos produtos, a universidade poderá ganhar maior legitimidade e se beneficiar da socialização desses níveis de ensino, estendendo-os para o conjunto da sociedade.

Em concordância com os argumentos levantados, é preciso considerar o fato de que a tradição da pesquisa científica no Brasil é relativamente recente e ainda se encontra em processo de amadurecimento e consolidação.

Nesse contexto, considera-se a pesquisa como um elemento fundamental na formação acadêmica dos futuros profissionais de Administração Pública e Gestão Social, considerando o seu desenvolvimento em várias etapas do processo formativo na graduação, a sua vinculação com os programas de Pós-Graduação ofertados na Escola de Administração da UFBA e a participação nos Programas de Iniciação Científica (PIBICs).

. Para tanto, viu-se a necessidade da inserção de um conjunto de disciplinas voltadas para a pesquisa na matriz curricular do curso, pensadas para construir uma trilha formativa de conhecimentos em pesquisa que possibilitem o desenvolvimento do pensamento crítico, a ambientação com o universo do conhecimento científico, a realização de pesquisas nas áreas da gestão e a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs), descrita em detalhes na seção que trata sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Alguns exemplos dessa relação podem ser vistos nas atividades de ensino e aprendizagem e nos processos avaliativos (descritos em detalhes na seção METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM) utilizados nas disciplinas do curso, como o envolvimento com a pesquisa em vários níveis e aspectos para a resolução de problemas (Problem Based Learning – PBL), situações do dia a dia das organizações, estudos de caso, atividades de sala de aula invertida e outras situações



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

que permitam o envolvimento, mesmo que introdutório, com a pesquisa e com resultados de pesquisas e trabalhos científicos.

De outra parte, a relação do curso de Administração Pública e Gestão Social com os programas institucionais de pesquisa, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, se faz presente por meio da realização de projetos de pesquisa por parte dos professores do curso e o envolvimento de estudantes da graduação nessas pesquisas.

O PIBIC “visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica” (PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 2021, s/p.). Nesse sentido, os projetos de pesquisa proporcionam aos estudantes um vínculo institucional com o desenvolvimento de pesquisas e a sua aproximação com o universo da investigação científica. São possíveis, dentro dos critérios de cada edital do PIBIC, a presença de estudantes bolsistas e de estudantes voluntários, de forma que o quadro discente é incentivado e convidado a participar dos projetos institucionalizados participantes dos editais da UFBA.

Outros programas institucionais voltados para a pesquisa estão disponíveis para docentes e discentes, como (i) editais de bolsas do PIBIC-AF (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Ações Afirmativas), que além do objetivo de fomentar a pesquisa na graduação é voltado para estudantes que ingressaram na UFBA por meio de programas de ações afirmativas; e (ii) bolsas do PIBIT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica – que tem a finalidade de Introduzir os estudantes de graduação nas atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação e Incentivar o desenvolvimento de Soluções Tecnológicas que possam efetivamente ser aplicadas na sociedade baiana e brasileira. Essas e outras políticas institucionais voltadas para a pesquisa são conduzidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação – PROPCI – da UFBA. Além disso, os estudantes do Bacharelado em APGS poderão participar nas pesquisas institucionalizadas dos docentes do curso por meio do envolvimento em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.

De outra parte, o envolvimento de docentes e discentes da EAUFBA também se dá nos programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* da escola, como o Mestrado e Doutorado Acadêmicos em Administração, o Mestrado Profissional em Administração, o Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, e o Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Nesse sentido, uma característica que marca a identidade acadêmico-científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Escola é a integração da inter, multi e, em certa medida, transdisciplinaridade, própria do campo teórico e prático da Administração, campo central de estudos da Escola de Administração da UFBA.

Essa vocação natural desses programas assume papel central para a formação de profissionais qualificados para atuar, de forma crítica e contextualizada, em organizações públicas e/ou sociais. Nesse sentido, ao garantir o aprofundamento do necessário diálogo entre o ensino de graduação e de pós-graduação, fica garantida a possibilidade de ampliação dos diálogos com outros campos de conhecimentos, especialmente com as ciências humanas e as ciências sociais, fundamentais para dar sustentação teórico-analítica ao perfil do egresso que se pretende formar.

Ao assumir como estratégia fundamental promover políticas que consolidem e aprofundem as relações entre ensino de graduação e pesquisa, este documento sinaliza a convergência das ações de aproximação já estabelecidas entre os demais cursos de graduação e os núcleos de pesquisa formais existentes na EAUFBA.

Em síntese, reconhece-se que o diálogo entre os distintos níveis de formação e a pesquisa agrega qualidade tanto ao ensino como aporta insumos para o aprimoramento da produção científica e estímulo às ações de extensão. Ao construir bases consistentes que promovam uma efetiva articulação entre essas três atividades fundamentais da educação superior (ensino, pesquisa e extensão) esse projeto pedagógico admite como prioridade o investimento na qualificação e na ampliação da produção do conhecimento como estratégia para promover, de forma continuada, inovações nos métodos de ensino e auxiliar ações que garantam a democratização do ensino superior. Com esse compromisso institucional, será possível, portanto, evitar processos indesejáveis de segmentação e estratificação entre o ensino de graduação e de pós-graduação e entre ensino e pesquisa.

Com base nas reflexões preliminares sobre as bases epistemológicas, teóricas e legais que fundamentam a imperiosidade da articulação entre ensino e pesquisa na educação superior, destacam-se alguns princípios norteadores que deverão orientar a definição das políticas acadêmico-pedagógicas e institucionais a serem priorizadas para consolidar e ampliar, cada vez mais, a uniformidade necessária dessas duas dimensões, quais sejam:



- a) articulação dos temas norteadores da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Administração Pública e Gestão Social com as áreas de concentração e linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da EAUFBA de modo a ampliar as possibilidades de articulação entre essas últimas e os temas que sustentam a concepção pedagógica do curso de APGS, promovendo a convergência dos interesses ou do seu despertar entre os estudantes do curso de graduação;
- b) estímulo à participação dos estudantes de APGS em projetos de pesquisa coordenados por professores do curso e dos programas de pós-graduação da EAUFBA na qualidade de bolsistas de iniciação científica (IC), de iniciação tecnológica (ICT), dentre outras modalidades, ou como voluntários;
- c) ampliação da participação dos estudantes dos programas de pós-graduação como membros das bancas de TCCs dos estudantes de graduação, possibilitando também o papel de co-orientadores;
- d) realização de atividades de extensão integradas – por meio de diversas modalidades: seminários/workshops, oficinas e/ou painéis de pesquisa – que integrem os dois públicos estudantis (de graduação e de pós) com o objetivo de socializar conhecimentos, debater metodologias de pesquisa e resultados parciais ou finais dos estudos em desenvolvimento no âmbito dos programas de pós-graduação e compartilhar inquietudes em relação aos conhecimentos na área de gestão, permitindo que problematizações dos estudantes de graduação possam se tornar questões de pesquisa na pós-graduação;
- e) orientação aos professores orientadores da pós-graduação para que favoreçam e estimulem a integração das atividades de pesquisa com a formação acadêmica dos estudantes de graduação;
- f) estímulo aos estudantes de graduação, a partir do quinto semestre, a cursarem disciplinas oferecidas semestralmente pelos programas de pós-graduações *lato e stricto sensu* da Escola, aproveitando-as como disciplinas optativas;
- g) avaliação de potenciais pontos de intercessão entre as estruturas curriculares do curso de APGS e da pós-graduação, especialmente as que contribuam para qualificar a formação metodológica dos estudantes a exemplo das disciplinas de metodologia de pesquisa, métodos quantitativos e qualitativos, aplicadas aos campos da administração e do secretariado;



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

- h) incremento da circulação de informações relativas à gestão pedagógica e acadêmica dos cursos de graduação e de pós-graduação da escola, potencializando o uso dos canais formais de interlocução (gestão da Unidade de Ensino, colegiados dos cursos, departamento e núcleos de apoio), assim também como reconhecendo o papel relevante realizado pelas entidades estudantis;
- i) estímulo à publicização ampla dos resultados dos projetos que envolvam atividades de ensino e pesquisa sob a liderança dos professores/pesquisadores e envolvendo os estudantes que estejam exercendo funções de IC, ICT ou bolsista voluntário, podendo estender para a participação de outros estudantes que manifestem interesse em integrar esse movimento.
- j) promoção de diálogos entre as questões de pesquisa com as disciplinas de graduação, de modo que, sempre que possível, os trabalhos e atividades complementares das disciplinas possam incorporar questões e problemas de pesquisa e que a execução desses trabalhos e atividades possa contribuir com a pesquisa a partir da produção de resultados relevantes;
- k) promoção de Maratonas de Pesquisa com formações de equipes que envolvam graduandos e pós-graduandos promovendo a maior articulação entre os dois grupos de estudantes e criando uma familiarização lúdica com a agenda de pesquisa.

Essas e outras ações compõe as bases para uma articulação entre a pesquisa e o ensino na graduação em APGS, fomentando a participação de docentes e discentes em atividades acadêmicas nas disciplinas, nos programas institucionais de pesquisa, nas relações com a pós-graduação e em outras situações que se faça possível aplicar a pesquisa dentro das dinâmicas do curso.

Por fim, o colegiado do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social deve indicar um dos seus membros como articulador de TCC, Pesquisa e Integração, o qual atuará com os demais articuladores dos demais colegiados EAUFBBA, e que no seu conjunto constituirão o Núcleo de Pesquisa e Disseminação de Conhecimentos EAUFBBA.

8. INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA

A formação universitária coloca vários desafios em relação ao seu processo de constituição e um dos mais relevantes diz respeito ao seu caráter universalista. As universidades no Brasil já nascem



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

internacionalizadas. Entretanto, ainda nos dias de hoje, a inserção institucional no contexto internacional e a adoção de práticas que estimulem a integração em redes acadêmicas e a troca solidária de saberes – elemento fundamental na formação de uma cultura institucional e de uma formação universalista – não é uma tarefa fácil.

Conceitualmente a atividade de internacionalização consiste em incorporar a dimensão universalista e intercultural como elementos transversais ao ensino, pesquisa e extensão. É inegável que, nos tempos atuais, as universidades e o ensino estão cada dia mais internacionalizados e o processo de produção e disseminação de conhecimento nunca esteve tão globalizado.

Apesar da ampliação dos processos de intercâmbio ao longo dos anos, a internacionalização e mobilidade do ensino superior no país tem se dado de forma descontínua, pouco institucionalizada, envolvendo um número reduzido de docentes e discentes, sendo necessário constituir estratégias e espaços integrados de produção de conhecimento, formação e inovação. Isso significa produzir projetos articulados de formação, pesquisa e inovação de modo a superar a fragmentação das relações interinstitucionais e a pulverização de ações.

Tradicionalmente, a Universidade brasileira, em seu processo de internacionalização, mantém relações mais estreitas com as IES situadas no Norte (a Europa e os EUA). Precisamos descortinar novos horizontes (a exemplo da África, América Latina e Ásia) e voltarmos também para outras regiões do próprio país, inclusive o seu interior, por meio de programas de mobilidade acadêmica. O processo de globalização em curso coloca também a necessidade de repensar os nossos vínculos em relação aos territórios mais próximos (do local ao regional); os nossos distintos recortes territoriais que ganham os mais diferentes sentidos e significados econômicos, sociais, políticos e institucionais.

É preciso construir uma política de internacionalização e mobilidade acadêmica que articule ações individuais e pontuais inserindo-as e redefinindo-as em um contexto estratégico de internacionalização e regionalização da Escola de Administração.

Substancialmente pensar as atividades de internacionalização, regionalização e interiorização num projeto político pedagógico consiste na introdução das referidas dimensões no âmbito do processo de formação discente, assim como pensar na operacionalização que permita a sua efetiva concretização. Assim, o colegiado do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social deve indicar um dos seus membros como articulador de internacionalização e mobilidade do curso, o qual atuará com os demais articuladores dos demais colegiados EAUFBA, e que no seu conjunto constituirão o Núcleo de Internacionalização e Mobilidade EAUFBA.



Nesses termos, deve-se buscar a internacionalização e mobilidade acadêmica de diferentes formas, dentre as quais se destacam as seguintes:

- Criar componente curricular obrigatório que discuta os contextos políticos, sociais, culturais e econômicos Internacional e Nacional;
- Criar componente curricular optativo para estudantes que visa preparar e apoiar estudantes que desejem participar de programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica;
- Realizar, anualmente, a Semanas Internacional, em parceria com universidades estrangeiras, envolvendo a realização de atividades de intercâmbio, ensino, pesquisa e extensão;
- Oferecer componentes curriculares em língua inglesa, desde que os mesmos também sejam oferecidos em português;
- Participar e constituir redes estratégicas de IES nacionais e internacionais;
- Aprimorar a estrutura organizacional para lidar com o intercâmbio;
- Estimular ao intercâmbio e mobilidade acadêmica nacional e internacional;
- Elaborar projetos de pesquisa interinstitucionais;
- Estimular a proficiência em língua estrangeira do corpo discente, sobretudo o Inglês, orientando-os para buscar o acesso a cursos oferecidos pela UFBA como componente curricular e como extensão (NUPEL);
- Incorporar bibliografias complementares em outros idiomas, especialmente em inglês, em todas as disciplinas do curso;
- Incentivar a vinda de professores estrangeiros para ministrar disciplinas, cursos ou palestras;
- Ampliar nossos recursos audiovisuais para atividades à distância;
- Estimular a ida de estudantes e professores a eventos internacionais;
- Estimular os programas sanduíches, co-tutelas e intercambio internacional no âmbito da graduação e pós-graduação;
- Criar banco de relações de professores estrangeiros;
- Atrair estudantes estrangeiros para os nossos cursos regulares, como também para cursos de férias e de extensão EAUFBA, integrando-os com os nossos estudantes;



- A construção de uma estratégia de internacionalização, regionalização e interiorização no âmbito da EAUFBFA é uma forma de ampliar as possibilidades de acesso a uma formação universalista e ampliar as possibilidades de cooperação, inovação e de troca de saberes.

9. CORPO DOCENTE ATUANTE NO CURSO

Do corpo docente do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social podem participar todos os professores lotados na EAUFBFA, assim como docentes de outras unidades de ensino da universidade que tenham maior aproximação com conteúdos específicos trabalhados no curso (Direito, Economia, Psicologia etc.).

No quadro a seguir, são apresentados os docentes da Escola de Administração da UFBA, com as respectivas classes e regimes de trabalho. Como é possível observar, uma ampla maioria possui regime de dedicação exclusiva (cerca de 85%), havendo sete docentes com regime de 20 horas e um de 40 horas. Em relação à classe, são seis titulares, 32 adjuntos, dezessete associados e um assistente.

Quadro 05 – Corpo docente do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social - EAUFBFA

| CORPO DOCENTE | CLASSE (em 2021.2) | REGIME |
|--|--------------------|--------|
| Adriano Leal Bruni | TIT | DE |
| Ana Cristina Muniz Décia | ADJ | DE |
| Ana Rita Silva Sacramento | ADA | DE |
| André Luís Nascimento dos Santos | ASO | DE |
| Andrea Cardoso Ventura | ADA | DE |
| Antônio Francisco de Almeida da Silva Júnior | ADJ | 20h |
| Antônio Sergio Araújo Fernandes | ASO | DE |
| Ariadne Scalfone Rigo | ASO | DE |
| Bárbara Maria Dultra Pereira | ASO | DE |
| Carlos César de Almeida Federico | TIT | DE |
| Claudiane Waiandt | ASO | DE |
| Cleide Dantas Carneiro | ADJ | 20h |
| Daniela Campos Bahia Moscon | ADJ | DE |
| Denise Ribeiro De Almeida | ASO | DE |
| Dilson Cerqueira Da Silva | ASS | 20h |
| Diva Ester Okasaki Rowe | ASO | DE |
| Edgilson Tavares de Araújo | ADJ | DE |
| Eduardo Paes Barreto Davel | ASO | DE |
| Elizabeth Matos Ribeiro | ASO | DE |
| Ernani Coelho Neto | ASO | DE |



| | | |
|---------------------------------------|---------------|-----|
| Ernani Marques Dos Santos | ASO | DE |
| Fabio Almeida Ferreira | ASO | DE |
| Felipe Tumenas Marques | ADJ | DE |
| Fernando Antônio de Melo | ADJ | DE |
| Florianio Barboza Silva | ADJ | DE |
| Genauto Carvalho de França Filho | TIT | DE |
| Grace Kelly | ASO | DE |
| Guilherme Marback Neto | ASO | 20h |
| Horácio Nelson Hastenreiter Filho | ASO | DE |
| Isabel Sartori | ADJ | DE |
| Ivone Freira Costa | ASO | DE |
| Jair Sampaio Soares Jr | ADJ | 20h |
| Joao Dias de Queiroz | ASO | 40h |
| Joao Marcelo Pitíá Barreto | ADJ | DE |
| João Martins Tude | ADJ | DE |
| José Celio Silveira Andrade | TIT | DE |
| Karine Freitas Souza | ADJ | DE |
| Leandro José Silva Andrade | ADJ | DE |
| Lindomar Pinto da Silva | ADJ | 20h |
| Luciana Alves Rodas Veras | ADJ | DE |
| Luiza Reis Teixeira | ADJ | DE |
| Maria Carolina Santos de Souza | ADJ | DE |
| Maria Elisabete Pereira dos Santos | ASO | DE |
| Monica De Aguiar MacAllister da Silva | ASO | DE |
| Morgana Gertrudes Martins Krieger | ADJ | 20h |
| Paulo Soares Figueiredo | ADJ | DE |
| Raimundo Santos Leal | ASO | 20h |
| Renata Alvarez Rossi | ADJ | DE |
| Ricardo Coutinho Melo | ADJ | DE |
| Roberto Brasileiro da Paixão | ADJ | DE |
| Rodrigo Ladeira | ASO | DE |
| Rodrigo Muller | ADJ | DE |
| Sandro Cabral | ADJ (LICENÇA) | DE |
| Silvio Vanderlei Araújo Sousa | ADA | DE |
| Sergio Ricardo Góes Oliveira | ADA | DE |
| Tânia Maria Diederichs Fischer | TIT | DE |
| Tânia Moura Benevides | ADJ | 20h |

Fonte: elaboração própria

Em relação à formação, a Escola de Administração possui um corpo docente bastante diverso, com professores graduados nas áreas de Engenharia, Comunicação Social, Direito, Psicologia,



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Sociologia, Pedagogia, entre outros, além de Secretariado Executivo e Administração. Nessas duas áreas, muitos docentes, inclusive, graduaram-se na própria EAUFBA.

A partir do mapeamento de interesses e áreas possíveis de ensino, identificou-se a versatilidade dos professores da Escola de Administração, a qual permite uma oferta mais diversa e ampla de disciplinas, necessárias a propostas de cursos mais flexíveis e customizados aos interesses múltiplos dos estudantes.

10 SISTEMATIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PPC

O Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social utiliza-se dos insumos provenientes de processos de avaliação internos e externos à Universidade Federal da Bahia – UFBA para a realização das atividades de gestão do curso e organização acadêmica.

Os processos de avaliação dos cursos da UFBA obedecem a legislação educacional vigente e são realizados por meio das avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES – Lei 10.861/2004) e dos processos de avaliação interna realizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída por meio da Portaria UFBA no 140/2004.

O SINAES, formado por três componentes principais (a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes), fornece às Instituições de Ensino Superior (IES) indicativos importantes para corrigir percurso e oferecer ensino de qualidade. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE – coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, um dos pilares do SINAES, é um dos instrumentos de avaliação a serem utilizados para a avaliação do curso.

Tais resultados são utilizados pela gestão do curso como forma de acompanhamento da qualidade do ensino ofertado no curso de Administração Pública e Gestão Social da UFBA e como mecanismo de ajustes e correções das atividades e conteúdos ofertados no curso.

Ainda como mecanismo de avaliação interna, os cursos da UFBA contam com as análises e avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que se baseia nas diretrizes do SINAES para a realização de suas análises. A Comissão Própria de Avaliação da UFBA é composta por sete membros, sendo 3 especialistas em avaliação e os demais sendo representantes das instâncias estudantil, técnicos, docentes e comunidade externa.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Os resultados das avaliações da CPA auxiliam na identificação da aderência das atividades realizadas na instituição e na melhor compreensão dos resultados das avaliações externas, como o ENADE. São realizadas, para a avaliação institucional, análise documental, instrumento de avaliação docente pelo discente, acompanhamento das metas do PDI, avaliação diagnóstica realizada com os coordenadores de cursos e/ou NDE e composição de indicadores de avaliação institucional (CPA/UFBA, 2018).

Esses elementos auxiliarão a gestão do curso nas análises sobre a sua própria atuação. O Colegiado do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante - NDE, utilizarão de tais insumos para discussões acerca da necessidade de ajustes e correções tanto nas atividades e metodologias, como nos conteúdos abordados no curso.

Outrossim, o Projeto Pedagógico de Curso deve ser objeto de constantes debates entre os órgãos de gestão do curso. O PPC deve ser avaliado de acordo com sua atualização com relação aos componentes curriculares, adequação do perfil profissional do egresso, metodologias de ensino e aprendizagem, utilização de tecnologias da informação e comunicação no âmbito do curso, além de questões como políticas institucionais no âmbito do curso, corpo docente e infraestrutura.

Neste sentido, o processo de atualização do PPC, atividade a ser realizada com o envolvimento dos membros do Colegiado e do NDE, com o apoio da direção da EAUFBA e a participação discente, buscará inteirar-se dos processos de avaliação interna e externa para produzir um documento que seja capaz de acompanhar as transformações da sociedade e do mundo do trabalho, além de fornecer as bases para a condução do curso de forma dinâmica, crítica e atualizada.

Em relação ao Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social, o PPC foi construído após longas discussões no âmbito da reforma dos cursos da EAUFBA. Elementos normativos, pesquisas sobre a conjuntura e o mercado de trabalho, consulta e escutas à comunidade docente e à comunidade discente e egressos, além de ampla discussão entre professores do campo de públicas da EAUFBA, Direção da unidade e representações estudantis, foram as bases para a construção deste documento.

Desta forma, a gestão do curso será realizada de forma coletiva e considerando tanto os processos externos como os processos internos de avaliação. As decisões, colegiadas, são registradas em atas e servem como subsídio para consulta e para novas discussões por parte da coordenação do curso e dos órgãos competentes.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

11. ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

A Orientação Acadêmica (OA) deve possibilitar o desenvolvimento e inserção plena do estudante na vida universitária, além de atender as demandas individualizadas de cada educando. A orientação deve estimular a autonomia e estar fundamentada em uma concepção de aprendizagem ativa e autorregulada – efetivamente, a boa OA deve acolher, desafiar e estimular o estudante na sua inserção na vida universitária. Trata-se de articular as distintas ações e atividades – como aprendizagem em sala de aula, Estágio Não-Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso, além de ações no campo da pesquisa, extensão e das atividades complementares.

A Universidade Federal da Bahia defende uma política de apoio aos estudantes que inclui, além dos aspectos acadêmicos e pedagógicos, ações de natureza social e cultural, apoio à saúde e de infraestrutura. Nesse contexto, o acompanhamento acadêmico é um elemento-chave para a permanência do estudante e desempenho da formação universitária dirigida para garantir uma formação integral do estudante.

O Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* (REGPG), da Universidade Federal da Bahia, aprovado pela Resolução nº 01/2015 do Conselho Acadêmico de Ensino de 2014, avança na regulamentação da OA, com o objetivo de agregar novos elementos à formação do discente. A proposta é que esse instrumento possa “contribuir para a integração dos estudantes à vida universitária, contemplando aspectos pedagógicos, itinerário curricular e extracurricular (integrado como ação educativa), informações sobre políticas e normas da Universidade, assistência estudantil, participação em projetos e eventos, realização de estágios e aconselhamento acadêmico-profissional” (REG UFBA, 2014, p.33). Assim, a Escola de Administração da UFBA realiza suas ações de OA no que dispõe o Capítulo IX do referido Regulamento.

É importante ressaltar que a OA tem sido feita, tradicionalmente, pelos colegiados de cursos da EAUFBA, o que significa considerar que a atualização dessas ações obrigatórias de orientação dos estudantes, inspirada no atual REGPG da UFBA, tem como propósito ampliar, consolidar, aprofundar e dar maior visibilidade a essa ação. Nessa direção, a novidade da referida regulamentação está na defesa de, no âmbito do Colegiado, descentralizar e ampliar essas ações. Inicialmente, o Colegiado do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social deve indicar um de seus membros como articulador de OA, o qual irá atuar em conjunto com os articuladores de OA indicados pelos demais



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

colegiados da Escola, compondo o Núcleo de Orientação Acadêmica da EAUFBFA. Esse Núcleo deve buscar incorporar o conjunto de professores em regime de Dedicção Exclusiva às atividades de orientação.

Inspirado nesse esforço institucional, liderado pelas instâncias superiores da Universidade, esse projeto pedagógico reforça os objetivos da OA, definidos no âmbito do Regulamento de Orientação Acadêmica (ROA) e operacionalizados pelos seus respectivos instrumentos, quais sejam:

- **Acolher e estimular o estudante a participar da vida universitária;**
- **Apoiar a construção de itinerários curriculares**, apresentando o fluxo curricular ao estudante e promovendo o acompanhamento nas atividades de iniciação científica, estágio não-obrigatório, extensão, elaboração do TCC, durante todo o percurso de sua formação – estimulando a autonomia do estudante;
- **Estimular a formação acadêmica, artística, intelectual, técnico-científica e sociocultural dos estudantes** – sujeitos de processos formativos, críticos e reflexivos;
- **Atender as demandas do estudante relativas à sua formação profissional e cidadã** – desenvolvendo as competências e habilidades previstas no PPC, reforçando o percurso formativo no acompanhamento das atividades de estágio não-obrigatório, que devem estar dirigidas para sua inserção qualificada no mundo do trabalho;
- **Colaborar para a melhoria de desempenho no processo de aprendizado**, acompanhando as situações especiais de reprovação, trancamento parcial e total de matrícula, repetência, baixo rendimento, permanência, dilatação de prazo e evasão;
- **Apresentar as demandas atuais do mundo do trabalho** com enfoque nas competências da profissão estabelecendo a articulação entre teorias, contextos, técnicas e práticas profissionais;
- **Acompanhar e orientar a realização dos estágios não-obrigatórios**, em conformidade com as reais necessidades teórico-práticas para a formação acadêmica e profissional do estudante;
- **Estimular a melhoria das condições de convivência** entre os corpos discente, docente, técnico-administrativo e terceirizados;
- **Orientar** acerca das possibilidades de acesso à oferta de ações de **assistência estudantil**,



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

apoio psicoemocional e sobre infraestrutura disponível na Universidade;

- Apresentar informações sobre **políticas e normas da Universidade**, bem como sobre **valores que norteiam a convivência na comunidade UFBA**.

A operacionalização da atividade de OA requer a implementação dos seguintes instrumentos: Regulamento de Orientação Acadêmica (ROA), Manual de Orientação Acadêmica (MOA), Diário de Percurso Acadêmico (DPA), assim como a criação de uma agenda de trabalho e mecanismos efetivos de comunicação e disponibilização de espaços de convivência, de modo a criar condições adequadas de interação entre estudantes e professores-orientadores. Para atender a essa ampla e complexa demanda que a OA impõe à gestão acadêmico-pedagógica do curso, será implementada uma Plataforma Digital para o registro das ações, processamento, acompanhamento e avaliação do desempenho do estudante e registro dos conteúdos das reuniões dos grupos de orientação, em harmonia com os demais sistemas de acompanhamento dos estudantes existentes e em desenvolvimento na UFBA e na EAUFBFA.

Conforme já destacado anteriormente, a OA é uma atribuição do Colegiado do Curso e do Núcleo de Orientação Acadêmica EAUFBFA, e seu exercício requer a articulação com o Departamento, com o Corpo de Professores-Orientadores e com as estruturas políticas administrativas da EAUFBFA. Isso implica reconhecer que esta atividade fundamental está inscrita no princípio do compartilhamento de responsabilidades institucionais, organizacionais-administrativas e acadêmico-pedagógicas. Amparadas nessa compreensão, as atividades dos docentes-orientadores e o desempenho dos estudantes devem ser acompanhados pelo Colegiado, através tanto dos instrumentos de PIT/RIT (de responsabilidade do Departamento), como também por meio de reuniões sistemáticas realizadas entre os atores envolvidos nesse processo. Esse conjunto de elementos e processos dará suporte, portanto, aos esforços de acompanhamento do percurso acadêmico do estudante, além de resultar na qualificação da avaliação das ações de orientação, possibilitando, ainda, a realização dos ajustes e atualizações necessários ao pleno desenvolvimento dessa atividade.

Os indicadores de desempenho acadêmico produzidos ao longo da OA e do processo de formação do estudante deve contribuir para guiar as políticas de avaliação e capacitação continuada dos docentes, coordenadas pela EAUFBFA, em alinhamento com as orientações do Conselho Acadêmico de Ensino da UFBA e as políticas da PRODEP-UFBA. Essas ações de avaliação são fundamentais para estimular o corpo docente a realizar uma constante revisitação de suas práticas



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

pedagógicas, dando especial ênfase a uma perspectiva formativa que valorize a interdisciplinaridade e flexibilidade, de modo a contribuir para a criação de itinerários curriculares que integrem teoria-empíria-ação-reflexão e prática profissional. Essa abordagem integrativa, que será estimulada pelas ações de OA, permitirá reforçar a autonomia discente, a inserção qualificada no mundo do trabalho e potencializar o exercício de uma cidadania ativa e comprometida com a qualidade da vida, em suas dimensões individual e coletiva. Com esse conjunto de ações coordenadas e alinhadas, esse projeto pedagógico assume o compromisso de cumprir as diretrizes legais do ensino superior e atender as demandas da sociedade.

A Orientação acadêmica, sob a liderança do Núcleo de OA e em parceria com as demais instâncias político-pedagógicas da EAUFBA, pressupõe o desenvolvimento de atitudes favoráveis ao desenvolvimento de habilidades relacionais no trato com os estudantes, entre os professores e com as instâncias de gestão, além de um amplo conhecimento sobre os processos, políticas e estruturas da UFBA e da Escola de Administração. Por fim, a EAUFBA vem trabalhando na direção de articular as ações de Orientação Acadêmica com a Orientação de TCC, Pesquisa, Extensão e Estágio (não-obrigatório e obrigatório), de modo a oferecer ao estudante um suporte integrado que facilite sua adaptação, garanta sua permanência e qualifique seu progresso na vida universitária e potencialize sua inserção do mundo do trabalho.

12 RECURSOS MATERIAIS EXISTENTES

Os principais recursos materiais da EAUFBA estão relacionados ao seu espaço físico, abrangendo salas de aula, laboratórios de informática, auditório, biblioteca etc. Além desses espaços, a EAUFBA possui estrutura para as suas unidades de apoio, os seus núcleos de gestão e salas de professores. Essa estrutura está dividida em quatro pavimentos (térreo e mais três andares) com acessibilidade física de mobilidade, além de espaços, ambientes e equipamentos para apoio às pessoas com necessidades especiais, conforme orientações da Resolução nº 11/2013 do CONSUNI/UFBA. A seguir uma breve descrição da infraestrutura disponibilizada a discentes e docentes na EAUFBA.

- a) gabinetes de trabalho para professores do curso - A EAUFBA disponibiliza espaços de trabalho para os professores com DE ou 40 horas, equipados com mobiliário adequado,



- computadores e impressoras. Fisicamente, encontram-se distribuídas nos diferentes andares da escola;
- b) sala da coordenação e serviços acadêmicos - as instalações disponíveis para a coordenação do Curso e para os serviços acadêmicos são compostas de:
- sala para a Coordenação com mobiliário adequado, computador e impressora compartilhada, localizada no 2º andar da EAUFBFA. Neste local é feito o atendimento de natureza pedagógica e acadêmica aos discentes do Bacharelado. Conta com uma área de aproximadamente 8 m²;
 - sala da secretaria do curso com mobiliário adequado, computador e impressora compartilhada, localizada no 2º andar da EAUFBFA. Neste espaço de aproximadamente 23 m² é feito o atendimento de natureza operacional aos discentes e docentes do curso. Destaca-se que a coordenação do curso funciona em sala contígua às duas outras coordenações de colegiado - Administração e Secretariado Executivo - e próxima do espaço de funcionamento da secretaria dos cursos de graduação.
- c) sala de professores e sala de reuniões - os professores também dispõem de duas salas para a realização de reuniões de diferentes naturezas tanto entre docentes, quanto envolvendo discentes e representantes da sociedade em geral. Uma delas localiza-se no térreo, sendo equipada com projetor multimídia, com uma área total de 10 m²; a outra fica no 3º andar contando com área de 7,8 m². Destaca-se ainda a presença de computadores compartilhados nos espaços anexos a estes dois ambientes;
- d) salas de aula - a EAUFBFA possui 18 salas de aula (com capacidades média de 50 a 80 pessoas) e 01 sala de videoconferência. Todas as salas são climatizadas (ar condicionado tipo Split), têm lousas de vidro, projetores multimídia, tela de projeção, computadores com leitor de DVD e acesso à internet. 12 salas possuem lousa eletrônica, permitindo maior dinamicidade e interatividade nas aulas. Uma das salas, além da infraestrutura básica, possui iluminação cênica. Estas salas de aula encontram-se localizadas no 1º andar (11 salas), 2º andar (6) e uma no 3º andar. Considera-se que esta infraestrutura permite que docentes e discentes possam realizar as diferentes atividades do curso em um ambiente confortável e adequado ao atendimento de demandas diversas. A comunicação de docentes e discentes com o pessoal de apoio é facilitada pela presença de interfonos nos corredores das salas de aula;



- e) auditório - a EAUFBFA possui um Auditório, com capacidade para 120 pessoas com área total de 130,76 m², equipado com os seguintes recursos: projetor multimídia, tela de projeção, computador, ar condicionado tipo split, acesso à internet e sonorização. Este espaço é utilizado para diferentes eventos do curso;
- f) acesso dos estudantes a equipamentos de informática - a EAUFBFA possui dois laboratórios de informática disponibilizados para os discentes, com 68 estações de trabalho; Complementarmente, o parque de hardware da Escola de Administração inclui outros 165 computadores desktop distribuídos em salas de professores, secretarias, salas de reunião e na biblioteca (para uso discente e do público externo), 15 unidades de impressoras em redes; 5 impressoras gerenciadas pelo Windows; 25 switches e 1 DVR (Digital Vídeo Recorder). O Laboratório I possui 40 computadores (65,6 m²) e o Laboratório II com 20 computadores (51,5 m²). O uso destes equipamentos conta com a supervisão e a orientação de pessoal técnico- administrativo. Tem-se ainda, à disposição dos discentes, em todos os ambientes da unidade de ensino, a Tecnologia Wireless, assim como pontos elétricos para utilização de notebooks;
- g) biblioteca - a biblioteca da EAUFBFA possui um acervo composto por 40.891 livros, com 20.129 títulos; 49 periódicos nacionais correntes e acesso ao portal de periódicos da CAPES, sendo suas principais áreas de concentração: administração geral; administração pública; políticas públicas; administração de empresas e suas áreas funcionais. Além deste acervo, os discentes também têm acesso à Biblioteca Central da UFBA e das demais unidades, com destaque para o acervo da área de Filosofia e Ciências Humanas com 162.965 exemplares. O processo de empréstimo é on-line e o acervo pode ser consultado através de <http://www.pergamum.bib.ufba.br/pergamum/biblioteca>. A estrutura física da biblioteca da EAUFBFA conta com espaço climatizado para acomodar cerca de 70 pessoas distribuídas em 224,2 m², possuindo ainda 25 cabines de estudo individuais, 2 para grupos (5,5 m² cada). Os livros encontram-se distribuídos em 350,3 m² e a área administrativa em 32,2 m²;
- h) bibliografia básica e complementar - considera-se que o acervo disponível em relação à bibliografia básica e complementar atende às demandas dos discentes do bacharelado, notadamente em relação às referências mais tradicionais da área;



- i) Periódicos -ressalta-se que os discentes do bacharelado além dos periódicos disponíveis virtualmente em bases de acesso livre, a exemplo do Scielo e do Google Scholar, têm na biblioteca da EAUFBA cerca de 150 periódicos disponibilizados fisicamente para consulta. Dentre estes periódicos, destacam-se como mais relevantes à temática do curso: Cadernos ENAP, Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, Cadernos de Gestão Social, *Harvard Business Review Brazil*, *HSM Management*, Lua Nova, Organização e Sociedade, RAE Executivo, RAUSP, RAP, Revista do Serviço Público, Textos para discussão ENAP etc;
- j) ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - a Universidade Federal da Bahia garante a todas as unidades, departamentos e colegiados a manutenção de um ambiente virtual de aprendizagem, a fim de viabilizar as atividades de ensino, extensão, pesquisa e gestão, todos mediados pelas tecnologias. Foi justamente esse conjunto de ferramentas que nos permitiu migrar as atividades acadêmicas para o modelo virtual no auge da pandemia do corona vírus. Nesse sentido, para além do sistema moodle, dispomos, também da plataforma google escola no qual está a disposição a ferramenta o google meet, bem como a Universidade mantém, também, a plataforma nacional a distância. Todas essas ferramentas tecnológicas nos permite planejar o ensino à distância mesclado com atividades remotas;
- k) outros - Tem-se ainda no espaço físico da EAUFBA um restaurante/cantina, com capacidade para acomodar aproximadamente 120 pessoas (cozinha com 24,0 m², área para clientes com 122,1m² e almoxarifado com 8,0 m²) fornecendo almoço a quilo e lanches, no horário das 07h às 20h, nos dias úteis, e de 08h às 12, nos sábados; estacionamento com capacidade para 150 veículos, sendo 2 vagas para portadores de deficiências; serviço de reprografia em geral e rampa de acesso e elevador com capacidade para até 08 pessoas ou 600 kg para facilitar a circulação nas dependências da Escola.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edgilson T. “Caminho se conhece andando”. A importância da imersão cultural na Residência Social na EAUFBA/CIAGS. **Revista NAU Social**. v. 2, n.3, p. 232-238. Abr 2012a.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

ARAÚJO, Edgilson T. (In)Consistências da Gestão Social e seus processos de formação: um campo em construção. Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. **Tese**. São Paulo: PUC-SP, 2012b

ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

BRASIL, Resolução CNE/CES nº7/2018, Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira, 2018.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado e dá outras providências.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – p. 17-18.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Graduação/Pós-Graduação: A Busca de uma Relação Virtuosa. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial - Out. 2004.

DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Pesquisa: princípio científico e educativo. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

EAUFBA Site institucional da Escola de Administração da UFBA. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/> Acesso em: 06 de junho de 2020

FISCHER, T.; MELO, V. P. Gestão Social e Desenvolvimento: conceitos referenciais e elementos para um perfil. In: Asanmblea Anual del Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración, **Anais...**Porto Alegre: Cladea, 2002

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária**: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Organização: Edison José Corrêa. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24)

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática Educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996

GUERREIRO RAMOS, A. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

ITÃ, Iago; JESUS, Marlos; GUIDO, Pedro. Substantiva: Utopia discente na formação em Gestão Pública e Gestão Social. **Revista NAU Social**. v.2, n.3, p. 184-198. Abr 2012

MACEDO, R. S. **Compreender/mediar a formação**. O fundante da educação. Brasília: Líber Livro, 2010.

MASETTO, Marcos. **Docência Na Universidade**. São Paulo, Papirus. 1998.

PIRES, Valdemir; MIDLEJ E SILVA, Suylan de A.; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando de Souza. (2014), “Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais”, *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), jul-set 2014, 110-126.

SANTOS, Reginaldo Souza. **O Contexto da Criação e o Desenvolvimento Epistemológico da Escola de Administração da UFBA**. In: SANTOS, R.S. e BARRETO, G.P. e BARRETO, E.F. (Orgs.). **Escola de Administração da UFBA – Meio século de história (1959-2009)**. EAUFBA: Venture Gráfica e Editora, 2009.

SCHOMMER, P. C. **Comunidades de Prática e Articulação de Saberes. Uma relação entre a universidade e sociedade**. Doutorado em Administração. (Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas – Eaesp/FGV) Tese. São Paulo: FGV, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERPA, Bela. **Do UFBA EM CAMPO à ACC: um olhar crítico com toques de saudosismo**. Revista *entreideias*, Salvador, v. 7, n. 2, p. 91-104, jul./dez. 2018

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. **A Evolução das Atividades de Pesquisa da Escola de Administração: como fazer uma limonada com os limões que se tem** In: SANTOS, R.S. e BARRETO, M.G.P. e BARRETO, E.F (Orgs.). **Escola de Administração da UFBA - Meio século de história (1959-2009)**. EAUFBA: Venture Gráfica e Editora, 2009.

UFBA. **Escola de Administração. Regimento Interno**. 1993



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

UFBA, Resolução CAE, nº 02/2012. Salvador, 2012. Disponível em:
<https://www.ufba.br/Resolucoes> Acesso em: 06 de junho de 2020

UFBA, Resolução Consepe nº 01/2013, Salvador, 2013. Disponível em:
<https://www.ufba.br/Resolucoes> Acesso em: 06 de junho de 2020

UFBA. Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA). Projeto Pedagógico do Mestrado e Doutorado Acadêmico em Administração. 2019.

UFBA. Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social (CIAGS). Projeto Pedagógico do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social, 2019.



EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1º SEMESTRE

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Elementos de Ciências Sociais Aplicadas | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Auguste Comte, o pensamento positivo (a separação de fato e valor), a constituição da sociologia e da sociedade moderna (Comte). Conhecimento e ação. Conceitos de sociedade, estrutura, solidariedade orgânica e mecânica, ação social, relação social, classe e luta de classe. Epistemologias e métodos. Teoria e empiria em <i>O Suicídio</i> , <i>O Capital</i> e <i>A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo</i> (Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber). A sociedade contemporânea e temas estruturantes: pós-globalização, identidade, democracia iliberal, desigualdade, gentrificação, espoliação urbana, racismo, gênero, direitos humanos e cidadania (Raymond Aron; Michel Foucault; Anthony Giddens; Manuel Castells; Jürgen Habermas; Alain Touraine; Istvan Mészáros; Yascha Mounk; Achile Mbembe, Etienne Balibar, Angela Davis, Jessé de Souza, Ângela Alonso; Maria Gloria Gohn; Evelina Dagnino). A Política Clássica e o contratualismo (Locke, Hobbes, a inflexão de Rousseau, Kant), a concepção de Estado em Hegel, a política como revolução (Marx). A Política Contemporânea e as concepções elitistas de Weber e Schumpeter. A discussão de ação coletiva (Downs, Olson), a Poliarquia de Robert Dahl, a Democracia Participativa (Pateman), Direita e Esquerda (Bobbio) e as concepções recentes de ruptura da democracia (Levitisky e Ziblatt; Mounk; Castels). Teorias e análise da sociedade brasileira, reprodução e transformação social. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|----|---|-----------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Fundamentos da Administração Pública e Gestão Social | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| O século XX e as mudanças estruturais na economia e na sociedade: novos limites entre público e privado e as relações entre estado, mercado e sociedade civil. Conceito, origem e evolução da burocracia. Crises do capitalismo e a redefinições dos papéis do estado. Formação da sociedade brasileira, herança escravista, autoritarismo, patrimonialismo e efeitos sobre as organizações. A constituição da esfera pública no Brasil. Paradigma burocrático na Administração Pública. Modelo gerencial na administração pública. O caso brasileiro de reforma gerencial: impasses e avanços. Modelo de gestão no contexto Neodesenvolvimentista. Administração Pública e Gestão Social como campos do conhecimento e de práxis. A gestão social como gestão da sociedade, do interesse coletivo e segmentos excluídos. Os novos paradigmas da Administração Pública e da Gestão social, com base nos Direitos Humanos, nas relações étnico-raciais, na gestão da diversidade e nos elementos da sustentabilidade socioambiental. Relação entre modelos de gestão, modelo de desenvolvimento e projeto político na experiência brasileira. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – História do pensamento dos estudos organizacionais e gestão | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: A natureza do conhecimento organizacional, e a prática da gestão, significados de ontem e de hoje. Estudos organizacionais e a visão da gestão, três narrativas históricas: a) Fato associativo e gestão cooperativista para uma história da gestão com base na economia social e solidária; b) revisitando a história mais conhecida sobre organizações e gestão através da teoria geral da administração (TGA): dos clássicos da organização industrial aos enfoques contingencialistas; c) a história das organizações e gestão a partir de uma epistemologia do sul: a contribuição das culturas e povos ancestrais; o imperativo do contexto local na análise organizacional; de Guerreiro Ramos à gestão social. Por uma síntese integradora das três narrativas: diversidade da gestão e casos organizacionais na contemporaneidade – do local ao internacional. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|-------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Ética, Sociedade e Universidade | | | | | | | Departamento: Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Conceitos e fundamentos da ética. Ética e sociedade no século XXI. A Universidade como <i>locus</i> de produção e reprodução do conhecimento, de embate ente campos de saberes, de encruzilhadas paradigmáticas. Autonomia Universitária. A dimensão ética da necessária articulação entre conhecimento e ação. A solução de problemas (<i>problem solving</i>) e o compromisso sócio político de enfrentamento de dilemas éticos (<i>problem building</i>). A formação de centros de excelência voltados para a inserção no mundo do trabalho e a demanda por formação de indivíduos e coletividades críticas, éticas e engajadas capazes de exercer e reivindicar a cidadania plena. Ética e produção do conhecimento no contexto das epistemologias do Norte, historicamente consolidadas na geopolítica dos saberes, e as possibilidades emancipatórias suscitadas pelas epistemologias do Sul – a constituição de uma ecologia dos saberes. Debates contemporâneos acerca dos direitos humanos enquanto última fronteira ética da contemporaneidade. Ética, moral, responsabilidade pública e competência profissional na gestão da <i>res pública</i> . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|-------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| MAT019 – Elementos de Matemática | | | | | | | Departamento de Matemática | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | | | | | | 60 | 30 | | | | | |
| EMENTA: Conjuntos numéricos. Relações e funções. Funções do 1º e 2º graus, funções exponenciais e logarítmicas. Progressões Aritméticas e Geométricas. Razão e proporção, regra de três simples e composta. Capitalização simples e composta. Desconto. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| |
|---|
| <p>OBJETIVOS OBJETIVO GERAL: - Capacitar os estudantes a compreender o conteúdo quantitativo de textos oriundos das suas áreas de estudo. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - Esboçar os gráficos das funções elementares, identificando seu domínio e imagem; - Analisar o comportamento de uma função através do seu gráfico; - Resolver problemas utilizando as funções elementares (propriedades e gráficos) e progressões aritméticas e geométricas, utilizando para tanto recursos computacionais e calculadoras; - Resolver problemas utilizando as operações de capitalização e desconto com pagamento único, bem com problemas envolvendo taxas nominais, equivalentes, efetivas.</p> |
| <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 1. Conjuntos numéricos, intervalos. 2. Relação. Função: definição, domínio, imagem, gráficos. Função injetora, sobrejetora, bijetora. Função inversa. Composição de funções. 3. Função do 1º grau, equações, inequações, gráficos e resolução de problemas. 4. Função do 2º grau, inequações, gráficos e resolução de problemas. 5. Função exponencial e função logarítmica, equações, gráficos e resolução de problemas utilizando calculadora científica. 6. Progressão aritmética e geométrica. Resolução de problemas. 7. Razão e Proporção. Regra de três simples e composta. 8. Capitalização Simples e Composta. Taxas equivalentes, proporcionais, taxa nominal e efetiva, taxa real e taxa aparente. Descontos</p> |
| <p>METODOLOGIA Aulas expositivas, apresentando e discutindo o conteúdo sistematicamente, solicitando continuamente a participação dos estudantes. Sempre que possível procurar: - abordar aspectos gráficos; - utilizar recursos computacionais e calculadoras; - mostrar exemplos de aplicações dos conteúdos estudados na área de Secretariado. - estimular o estudante a buscar informações complementares por meio de trabalhos de pesquisa.</p> |
| <p>BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL 1. IEZZI, Gelson, Fundamentos de Matemática Elementar, Vol. 2 e 4. Ed. Atual 2. DANTE, Luiz Roberto, Matemática, Contexto e Aplicações. Vol. 1, Ed. Ática 3. VIEIRA SOBRINHO, J. D., Matemática Financeira, Ed. Atlas. 4. VERAS, Matemática Financeira, Ed. Atlas.</p> |
| <p>NATUREZA: OBRIGATÓRIA</p> |

2º SEMESTRE

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Tipos de conhecimento. Conhecimento científico, senso comum e filosofia. Ciências, ciências sociais e ciências sociais aplicadas. Questões epistemológicas e desafios teórico-metodológicos do processo de produção do conhecimento. Possibilidades e limites do conhecimento científico. Paradigmas científicos e métodos. Pressupostos teóricos e práticos do processo de produção do conhecimento. Conhecimento e Ideologia. Conhecimento e práxis. Pensamento decolonial. Epistemologias do Sul. O campo das ciências administrativas e a produção de conhecimento. Principais correntes epistemológicas nas ciências sociais e seus desdobramentos nas ciências administrativas. Conhecimento científico, método e conceito de objetividade. Dimensão pública e coletiva do processo de produção do conhecimento científico. Metodologias e Métodos. Relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Introdução ao processo da pesquisa científica (natureza, finalidades, tipos, etapas, produtos). Tipos e estilos de trabalhos científicos: resumo, resenha, relatório, pôster acadêmico, artigo científico, tese, dissertação, livro, trabalho de conclusão | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



de curso e técnicas, processos, produtos ou metodologias de gestão social. Normalização de trabalhos acadêmicos: ABNT. Ética e direitos humanos na pesquisa.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| CÓDIGO – Estado, Economia e Sociedade | Departamento de Administração | Pré-requisitos: Elementos de Ciências Sociais Aplicadas |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T 60 | T/P 60 | P 60 |
| PP 60 | Ext 60 | E 60 |
| Total 60 | T 60 | T/P 45 |
| | P 60 | P 45 |
| | PP 60 | PP 45 |
| | Ext 60 | Ext 45 |
| | E 60 | E 45 |

EMENTA:

Relações entre Estado, Economia e Sociedade. As distintas configurações que o Estado, a Economia e a Sociedade assumem em situações históricas e suas repercussões nas políticas públicas e estrutura administrativa. Estado e Modelo de Desenvolvimento: Burocrático-autoritário, Welfare State, Modelo Gerencial, Desenvolvimentismo, Modelo Neoliberal, Neodesenvolvimentista. Elementos estruturantes da ação estatal segundo as distintas perspectivas teóricas e relações com os processos econômicos, sociais e políticos. Estado, Classe, Raça e Etnia e Gênero no contexto de Globalização. Concepções de Estado, modelos de desenvolvimento e instrumentos de gestão no Brasil.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| CÓDIGO – Teorias da Administração Pública | Departamento de Administração | Pré-requisito: Fundamentos da Administração Pública e Gestão Social |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T 60 | T/P 60 | P 60 |
| PP 60 | Ext 60 | E 60 |
| Total 60 | T 60 | T/P 45 |
| | P 60 | P 45 |
| | PP 60 | PP 45 |
| | Ext 60 | Ext 45 |
| | E 60 | E 45 |

EMENTA:

Origem e evolução da Administração Pública como campo do conhecimento. O Paradigma Burocrático. A Burocracia na perspectiva dos estudos críticos em Administração: poder, dominação e controle. Poder, desigualdades e conflitos. Delegação e Capacidade de Implementação de Políticas Públicas. Perspectiva Pós-Burocrática e o modelo gerencial. Críticas ao gerencialismo e o Novo Serviço Público. O Paradigma Agente-Principal. Burocracia no nível de rua. Reformas Administrativas na experiência brasileira. Cultura Política Brasileira e Gramáticas Políticas no Brasil. Experiências de gestão da burocracia do nível de rua.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | |
|---|---------------------------------|---|
| ECOB42 - Teoria Macroeconômica I-A | Departamento de Economia | Pré-requisito: História do pensamento dos estudos organizacionais e gestão |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T 60 | T/P 60 | P 60 |
| PP 60 | Ext 60 | E 60 |
| Total 60 | T 60 | T/P 45 |
| | P 60 | P 45 |
| | PP 60 | PP 45 |
| | Ext 60 | Ext 45 |
| | E 60 | E 45 |

EMENTA:



Modelo macroeconômico clássico pré-keynesiano. Demanda efetiva, produção, emprego e renda em Keynes. Síntese Neoclássica e o modelo IS-LM. Ciclos econômicos e política macroeconômica: modelo de oferta e demanda agregada.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL Capacitar o aluno a conduzir análises básicas de conjuntura macroeconômica. OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Compreensão dos determinantes da produção, consumo, investimento, mercado monetário, produtividade, desemprego e inflação. - Avaliação do impacto de políticas fiscal e monetária sobre a economia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: Introdução 1. Tópicos estudados em Macroeconomia 2. Principais correntes do pensamento em Macroeconomia: Clássicos, Keynes e Keynesianos

Unidade 2: Desempenho Econômico de Longo Prazo 1. Agregados macroeconômicos 2. Produtividade e o mercado de trabalho 3. Consumo, poupança e investimento: economia fechada versus economia aberta

Unidade 3: Desempenho Econômico de Curto Prazo e Política Macroeconômica 1. Mercado Financeiro 2. Fatos estilizados sobre os ciclos econômicos 3. Os Modelos IS-LM e Demanda-Oferta Agregada: Síntese Neoclássica

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABEL, A. S.; BERNANKE, B. S.; CROUSHORE, D. Macroeconomia. São Paulo: Pearson, 6ª edição, 2008 (capítulos 1 – 5, 7 – 9).

MANKIW, G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 5ª edição, 2004.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. São Paulo: Pearson, 4ª edição, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, L.C.B. Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana. São Paulo, EAESP, FGV, 1976.

MANKIW, G. Introdução à Economia. Cengage Learning, 2009 (capítulos 21, 13 e 14).

SICSÚ, J. Keynes e os Novos Keynesianos. Revista de Economia Política, v. 74, n.2, 1999.

ANDRADE, R.P. Expectativas, Incerteza e Instabilidade no Capitalismo: uma Abordagem a Partir de Keynes. Revista de Economia Política, v. 7, n.2, 1987.

OREIRO, J.L. Economia Pós-Keynesiana: Origem, Programa de Pesquisa, Questões Resolvidas e Desenvolvimentos Futuros. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2008.

COLISTETE, R.P. Hyman Minsky: uma Visão da Instabilidade a partir de Keynes. Revista de Economia Política, v. 9, n.2, 1989.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-------|---|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Diversidades e Desigualdades | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Ética, Sociedade e Universidade | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diversidade, desigualdades e estrutura social. Relações interseccionais entre classe social, raça e etnia e de gênero. Identidades, estereótipos, preconceitos e formas de discriminação/segregação. Diversidades e justiça social: reconhecimento e redistribuição. Pobreza, exclusão e inclusão social. Cidadania e desigualdades | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



sociais e raciais. Violação de direitos humanos, risco e vulnerabilidade social. Pessoas com deficiência e acessibilidade. Ações afirmativas e políticas de reparação. Diversidade, desigualdade e estrutura social no Brasil – as diferenças regionais e territoriais.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

3º SEMESTRE

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|--|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Democracia, Sistemas de Controle e Participação Social. | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Estado, Economia e Sociedade | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | | | | | | 60 | 45 | | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Teoria democrática contemporânea: concepções e modelos de democracia. Questões Étnico-raciais, luta antirracista e a consolidação da democracia brasileira. A democracia iliberal. Democracia, participação, modelos de desenvolvimento e de gestão. O debate sobre representação, democracia deliberativa e participação. Democracia e seus diferentes arranjos institucionais: sistemas de governo, sistemas representativos. Conexões entre Democracia, <i>Accountability</i> e Controle. Controle, democracia e confiança nas instituições. As instituições formais de controle e seus diferentes tipos: Controle Interno; Controle Externo e Controle Social. Diferentes dinâmicas de controles sociais institucionalizadas enquanto instrumentos. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais etc. Participação, controle social e construção democrática no Brasil. Experiências de participação na gestão da res publica. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|---|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Abordagens contemporâneas de organização e gestão I | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: História do pensamento dos estudos organizacionais e gestão | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | | | | | | 60 | 45 | | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Paradigmas em estudos organizacionais como alicerces e fundamentos ao exercício da análise das organizações. Metáforas organizacionais como recurso analítico. Três fontes principais de abordagens contemporâneas das organizações em diálogo com a psicologia, a economia e a sociologia: a) cognitivismo, aprendizagem e comprometimento como novas tendências em psicologia organizacional; b) os enfoques contemporâneos em economia das organizações; c) teorias sociológicas das organizações na contemporaneidade: da análise estratégica crozieriana, passando pela sociologia industrial e da identidade no trabalho, até o institucionalismo sociológico, a sociologia econômica das organizações, a sociologia do trabalho na análise organizacional e a sociologia associacionista. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| MATF59 – Estatística Básica para Humanidades | | | | | | | Departamento de Estatística | | | | | | | Pré-requisito: MAT019 – Elementos de Matemática | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
|--|-----------|---|----|-----|---|-----------|---------------------------------------|-----------|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----------|---|----|-----|---|
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 60 | | | | | 60 | | 60 | | | | | 60 | | 30 | | | | |
| EMENTA: População e amostra; atributos e variáveis (qualitativas e quantitativas); coleta e apresentação dos dados (tabelas, diagramas e gráficos); distribuição de frequências simples e acumulada; medidas de tendência central e de dispersão. Noções de probabilidade e principais teoremas de probabilidade. Distribuições básicas: Binomial e Normal. Noções de números-índices. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVOS: OBJETIVO GERAL Proporcionar aos alunos o conhecimento teórico-prático relacionado aos tópicos do programa, para uso nas situações relacionadas com a sua área de estudo ou em disciplinas afins. OBJETIVOS ESPECÍFICOS Apresentar os conceitos básicos de Estatística, estabelecendo relações e discutindo a sua aplicabilidade na vida acadêmica e profissional do aluno | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: 1. Introdução à Estatística 1.1. População e amostra 1.2. Aplicações e divisões da Estatística 1.3. Fases do trabalho estatístico 1.4. Noções gerais de amostragem 1.5. Classificação de Variáveis 1.6. Séries Estatísticas 1.7. Representações tabular e gráfica 1.8. Distribuição de Frequências. Histograma 2. Estatística Descritiva 2.1. Medidas resumo 2.5.1. Medidas de tendência central (média aritmética, mediana e moda) 2.5.2. Separatrizes. Boxplot 2.5.3. Medidas de dispersão (desvio padrão, variância, coeficiente de variação, desvio interquartilico) 2.2. Análise Descritiva Bivariada: Diagrama de dispersão, Coeficiente de correlação linear de Pearson e Coeficiente de Yule 2.3. Taxa, razão e proporção 2.4. Aplicações em humanas 3. Probabilidade 3.1. Experimentos, Espaço Amostral e Eventos 3.2. Probabilidade: definições e propriedades 3.3. Probabilidade condicional e Independência 3.4. Aplicações 4. Variáveis aleatórias 4.1. Definição. Variáveis discretas e contínuas 4.2. Função de probabilidade de uma variável aleatória discreta 4.3. Esperança matemática e variância de uma variável aleatória discreta | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



5. Distribuições de Probabilidade
 5.1. Distribuição Binomial
 5.2. Distribuição Normal: propriedades e uso da tabela da normal reduzida
 5.3. Aplicações
6. Noções de números-índices
 6.1. Índice relativo simples.
 6.2. Índice ponderado de Laspeyres

BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 540 p.
 TRIOLA, Mario F. Introdução a estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 659 p.
 ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A.; PAIVA, Luiz Sérgio de Castro (Trad). Estatística aplicada à administração e economia. 2.ed São Paulo, SP: Cengage Learning, 2009. 597 p.
 SILVA, E. M.; SILVA, E.M.; GONÇALVES, V. MUROLO, A. C. Estatística para cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 3ª ed. vol 1 e 2. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2.ed. São Paulo: Atlas, c1985, 1994. 459 p.
 BRUNI, A. L. Estatística Aplicada à Gestão Empresarial: Editora Atlas, 2008.
 FREUND, John E; SIMON, Gary A. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 11. ed Porto Alegre: Bookman, 2006.
 MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade. 7. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
 STEVENSON, William J. Estatística aplicada a administração. São Paulo, SP: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|---|----|---|----|----|---|-----------|--|----|---|----|-----|---|
| DIRA84 – Direito Constitucional | | | | | | | Departamento de Estudos Jurídicos Fundamentais | | | | | | | Pré-requisito: Teorias da Administração Pública | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/ | P | PP | Ex | E | Total | T | T/ | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |

EMENTA:

Poder Legislativo. Senado Federal e Câmara dos Deputados. Mandato. Processo Legislativo. Orçamento. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Poder Executivo. Ministro de Estado. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça

OBJETIVOS

O objetivo geral de aprendizagem dos/as estudantes em relação aos conhecimentos/habilidades/atitudes ao longo do componente curricular é de compreender a estrutura da Organização dos Poderes na Constituição brasileira numa perspectiva crítica e transdisciplinar, percebendo as necessárias deficiências e correções das relações entre os poderes de Estado e a sua destinação à institucionalização do governo limitado e vinculado aos direitos fundamentais



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar a origem e compreender a dimensão institucional da Organização dos Poderes
- b) Analisar o entrelaçamento e o funcionamento dos poderes, a partir do sistema constitucional e da compreensão da separação de poderes como processo
- c) Identificar as funções do Poder Legislativo, sua importância e limites
- d) Identificar os elementos componentes do estatuto dos congressistas e suas limitações e vinculações
- e) Analisar a estrutura básica do processo legislativo conforme as distintas espécies legislativas
- f) Compreender as funções e o relevo do Poder Executivo
- g) Identificar as competências do Presidente e dos Ministros, bem como o regime jurídico de responsabilidade política e criminal
- h) Compreender as funções do Poder Judiciário e sua relevância
- i) Identificar a estrutura básica dos órgãos do Poder Judiciário, com suas respectivas competências
- j) Analisar as funções essenciais à Justiça, compreendendo o relevo de cada uma delas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo programático é o conjunto de conhecimentos específicos, envolvendo conceitos, procedimentos e atitudes, a serem abordados, a fim de que os estudantes alcancem os objetivos previstos. Pode ser organizado por unidade e, semestralmente, atualizados, desde que atendam à ementa prevista.

1. Poder Legislativo:

- a) Funções
- b) Estrutura, composição e mandato
- c) Legislatura e Funcionamento
- d) Competências
- e) Estatuto dos Congressistas
- f) Processo Legislativo
- g) Função de Fiscalização

.

2. Poder Executivo

- a) Funções
- b) Eleição, Mandato, Sucessão e Substituição
- c) Competências
- d) Ministros de Estado
- e) Responsabilidade política e impeachment
- f) Responsabilidade criminal

3. Poder Judiciário

- a) Funções
- b) Estrutura
- c) Regime jurídico da magistratura
- d) Supremo Tribunal Federal
- e) Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Superiores
- f) Justiça Estadual e Justiça Federal

4. Funções Essenciais à Justiça

- a) Ministério Público, funções e características
- b) Defensoria Pública, funções e características
- c) Advocacia Pública e Advocacia Privada

METODOLOGIA

A metodologia de ensino envolve um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados ao processo de aprendizagem dos estudantes no intuito de que eles alcancem os objetivos previstos. A Metodologia será centrada na aula expositiva, associada à sala de aula invertida, estudo de caso e seminários, com recurso a



livros indicados, filmes, literatura, artigos especializados e análise jurisprudencial, webconferências e recursos colaborativos, envolvendo atividades que permitam juízo crítico-reflexivo e a interação com a realidade. No caso do Semestre Letivo Suplementar, recomenda-se a adoção de abordagens metodológicas ativas, participativas, colaborativas e criativas que privilegiem o protagonismo dos estudantes como construtores de saberes, de conhecimentos e de produções autorais; que favoreçam aprendizagens colaborativas com uso de múltiplas linguagens e ambientes virtuais e que incluam mediação docente propositiva em termos de conteúdos e de acompanhamento da aprendizagem, em consonância com os princípios da Educação Online, Poderão ser propostas atividades síncronas e/ou assíncronas.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação será processual e formativa, abordando a avaliação da aprendizagem como um “processo contínuo de apreciação e verificação da construção de conhecimento dos alunos, bem como acompanhamento, diagnóstico e melhoria do processo de ensino-aprendizagem”. (REGPG Cap. VI, Art. 106 – UFBA, 2014). Utilizaremos formas e instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem que reflitam o acompanhamento do processo de construção de conhecimentos nas suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais pelo estudante, com estreita relação de coerência com os objetivos de aprendizagem e com a/s metodologia/s de ensino-aprendizagem adotadas.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de direito constitucional.
Silva Neto, Manoel Jorge. Curso de Direito Constitucional.
Tavares, André Ramos. Curso de Direito Constitucional.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Abranches, Sérgio. Presidencialismo de Coalização
Afonso da Silva, José. Curso de Direito Constitucional Positivo
Mendes, Gilmar e Branco, Paulo Gonet. Direito Constitucional
Vieira, Oscar Vilhena. A Batalha dos Poderes
Schwartz, Lilia Moritz. Sobre autoritarismo brasileiro.

FILMOGRAFIA

Frost/Nixon
Getúlio
O paciente
Separate but Equal
First Monday in October

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

4º SEMESTRE

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-------|---|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Métodos Qualitativos aplicados à gestão | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |



EMENTA:

Conceitos, características e exemplos de pesquisa qualitativa. Questões teóricas e metodológicas relativas a dimensão quali e quanti no processo produção de dados e indicadores para a gestão. Diferenças e semelhanças em metodologia qualitativa e quantitativa. Estratégias de investigação com foco em pesquisas qualitativas. Desenhos e detalhamento metodológico em pesquisa qualitativa. Técnicas de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Análise e interpretação qualitativas de dados. Processos, técnicas, instrumentos e softwares para análises de conteúdo qualitativo. Experiências de aplicação de método qualitativo na gestão.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|--|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Sociedade Civil, organizações, movimentos sociais e participação | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Democracia, Sistemas de Controle e Participação Social | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| <p>Conceitos e sentidos da participação. Participação, cultura política e instituições democráticas. Participação social, projeto político e modelo de gestão. Tipos e níveis de participação. Sociedade civil: conceitos e agentes estruturantes (movimentos sociais, ONGs, terceiro setor e novas redes de mobilização social). Arquitetura da participação no Brasil contemporâneo: instituições e instrumentos de participação e controle social (orçamento participativo, conferências, conselhos, consultas públicas, governo eletrônico etc.). Novas tecnologias, acesso as informações controle social e <i>accountability</i>. Experiências de participação em processos de gestão.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|---|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Abordagens contemporâneas de organização e gestão II | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Abordagens contemporâneas de organização e gestão I | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| <p>EMENTA: As contribuições relevantes da psicanálise e antropologia para o exercício da análise organizacional. Destacando a temática da cultura organizacional. Interculturalidade, gestão da diversidade e novas formas de empreendedorismo. Autoetnografia como recurso analítico privilegiado na formação do gestor. Abordando novas temáticas no estudo das organizações como o pragmatismo deweiano. Discutindo novas tendências da gestão e dinâmicas organizacionais contemporâneas: negócios sociais, cooperativismo de plataforma, gestão de bens comuns, inovação social e economia solidária.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|--|
| MAT191 – Matemática Financeira | Departamento de Matemática | Pré-requisito: MAT019 – Elementos de Matemática / Estatística Básica para Humanidades |
|---------------------------------------|-----------------------------------|--|



| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
|--|-----------|---|----|-----|---|-----------|---------------------------------------|-----------|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----------|---|----|-----|---|
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 60 | | | | | 60 | | 60 | | | | | 60 | | 30 | | | | |
| EMENTA: Capitalização simples e composta. Rendas certas. Sistemas de Amortização. Custo Efetivo de um Empréstimo. Inflação. Cálculo do fundo de depreciação. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVO Estudo geral de Matemática Financeira e Correção Monetária. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| METODOLOGIA Aulas expositivas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Capitalização simples e composta :1.1)Juro, montante, valor atual e valor nominal 1.2) Taxas equivalentes, proporcionais, implícita, efetiva e nominal 1.3) Desconto por dentro e por fora 1.4) Equivalência de capitais 2) Rendas Certas: 2.1) Série uniforme com termos vencidos e antecipados 2.1.1) Fator de acumulação de capital 2.1.2)Fator de formação de capital 2.1.3)Fator do valor atual 2.1.4)Fator de recuperação do capital 2.2) Séries de pagamentos variáveis em progressão aritmética 2.2.1)Com termos vencidos 2.2.2)Com termos antecipados 3) Sistemas de amortização: 3.1) Sistema Francês 3.2) Sistema de Amortização constante 3.3) Sistema de Amortização misto 3.4) Sistema Americano de Amortização e Fundo de Reserva 4) Custo Efetivo de um Empréstimo 4.1) Cálculo da taxa de retorno em série contínua 4.2) Cálculo da taxa de retorno em série variável 5) Inflação 5.1) Relação entre as taxas nominal, correção e real. 5.2) Inflação total em função de índices parciais 6) Métodos para o cálculo do fundo de depreciação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA 1. Mathias, W. Franco - Matemática Financeira 2. Sobrinho, Vieira - Matemática Financeira 3. Francisco, Walter de - Matemática Financeira 4. Ayres Jr., Frank - Matemática Financeira 5. Faro, Clovis de - Matemática Financeira e Correção Monetária 6. Lins, Geraldo E. - Matemática Financeira e Correção Monetária | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | |
|---|---|---|
| DIR031– Direito Administrativo I | Departamento Direito Público | Pré-requisito: DIRA84 – Direito Constitucional |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |



| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|-----------------------------|-----|---|----|----|---|-------|----------------------|-----|---|----|-----|---|
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Conceito. Campo de Aplicação. História. Fontes. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Serviço Público. Serviços de Relevância Pública. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Função Pública. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO – Gestão da Informação | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|-------------------------------|-----|---|----|----|---|-------|--|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Informação: conceitos e fontes. Organização, armazenamento e recuperação de informações. Gestão do conhecimento. Capital intelectual. Inteligência competitiva. Ferramentas aplicadas à gestão da informação. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

5º SEMESTRE

| CÓDIGO - Métodos Quantitativos aplicados à gestão | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Métodos Qualitativos | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|-------------------------------|-----|---|----|----|---|-------|-------------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Questões teóricas e metodológicas relativas a dimensão quali e quanti no processo produção de dados e indicadores para a gestão Preparação científica de decisões. Determinação racional de soluções mais eficazes ou mais econômicas na gestão através de métodos estatísticos ou matemáticos não lineares. Análise da decisão. Experiências de aplicação de método qualitativo na gestão. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO - Desenvolvimento Territorial e Poderes Locais | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Sociedade Civil, organizações, movimentos sociais e participação | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|-------------------------------|--|--|--|--|--|--|---|--|--|--|--|--|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |



| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------|-----|---|----|----|---|-----------|----------------------|-----|---|----|-----|---|
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Desenvolvimento territorial como expressão de poderes transescalares: do micro-local ao global. Gestão social como exercício de poder em contextos de crises e transformações na contemporaneidade. Conceitos estruturantes que fundamentam o desenvolvimento territorial em múltiplas esferas e escalas. Poder, gestão, participação, cidadania, democracia, projeto político, instituições e interorganizações. Diferentes dimensões de poderes transescalares: jurídica, política, cultural, econômica e social. Participação e cidadania. Dissensos e conflitos, consensos e convergências. O papel da mediação no exercício dos poderes locais. Governança territorial como construção coletiva e convergência estratégica de múltiplas ações de desenvolvimento integrado e sustentável. Experiências de gestão social de territórios e exercício de poderes territorializados da esfera local á global. Perfis de gestores do desenvolvimento territorial no governo e na sociedade em diferentes épocas e contextos territoriais. Mapeamento de problemas públicos nos territórios e políticas programas e projetos executados por órgãos públicos e organizações da sociedade civil no contexto local. Ações de pesquisa e extensão voltadas para interação com práticas de gestores públicos e sociais e problematização de experiências nos níveis local, estadual e nacional. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO – Gestão Tributária | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: DIR031 – Direito Administrativo | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|-------------------------------|-----|---|----|----|---|-----------|--|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modelos tributários – as distintas formas de tributação da renda, do patrimônio e do consumo. Estrutura e dinâmica da gestão tributária. Sistema Tributário Nacional: conceito e espécies de tributos, princípios constitucionais tributários, competência tributária; ICMS/IPI/ISS: campo de incidência, fato gerador, base de cálculo, alíquotas, contribuintes e responsável, obrigação principal e acessória, contabilização; PIS/COFINS: contribuinte, base de cálculo, alíquotas, sistema cumulativo e não cumulativo; IRPJ/CSLL: regime de tributação, lucro real, presumido, arbitrado, simples, opção pelo regime de tributação. Elisão e evasão fiscal: fundamentos para elaboração do planejamento tributário. Tributação e financiamento público no Brasil. Desonerações. Guerra Fiscal e questões regionais. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO – Comunicação nas Organizações | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Gestão da Informação | | | | | |
|---------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|-------------------------------|-----|---|----|----|---|-----------|--|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



Fundamentos da comunicação: conceito, campo, modelos e propósitos. Comunicação e percepção. Barreiras. Comunicação intra e interpessoal. Comunicação verbal e não verbal. Persuasão, argumentação e contra-argumentação. Fundamentos de comunicação estratégica. Comunicação em grupos e equipes. Identidade, Imagem e Reputação organizacional. Crise, comunicação e organizações. Comunicação e diversidade nas organizações. Técnicas e práticas de apresentação.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| CÓDIGO – Gestão de Tecnologias da Informação e da Comunicação | Departamento de Administração | Pré-requisito: Gestão da Informação |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T 60 | T/P P | P PP Ext E Total 60 |
| T 60 | T/P P | P PP Ext E Total 60 |
| T 45 | T/P P | P PP Ext E |

EMENTA:

Informação: conceitos e fontes. Organização, armazenamento e recuperação de informações. Gestão do conhecimento. Capital intelectual. Inteligência competitiva. Ferramentas aplicadas à gestão da informação. Informação como elemento estratégico na tomada de decisão. Sistema de computação: componentes básicos. Noções básicas de lógica de programação. Enfoque sistêmico. Noções de Sistemas de informação e sua utilização nas organizações. Banco de Dados. Redes de computadores e Internet. Tecnologias Emergentes. IA, BI e Big Data. Impactos da TIC nas Organizações. Aspectos Éticos e Sociais em TIC. Tecnologias para automação de processos.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| CÓDIGO - Comportamento Humano no Trabalho | Departamento de Administração | Pré-requisito: Diversidades e Desigualdades |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T 60 | T/P P | P PP Ext E Total 60 |
| T 60 | T/P P | P PP Ext E Total 60 |
| T 45 | T/P P | P PP Ext E |

EMENTA:

Estudos do comportamento humano no trabalho. Transformação no mundo do trabalho no Brasil e no mundo. O trabalho e seus impactos sobre a subjetividade. Influência das questões de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais no comportamento humano e interação nas organizações. Influência da cultura e da cultura organizacional no comportamento humano. Comportamento humano em organizações públicas.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

6º SEMESTRE

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| CÓDIGO - Teoria e Análise de Políticas Públicas | Departamento de Administração | Pré-requisito: Desenvolvimento Territorial e Poderes Locais |
|--|--------------------------------------|--|



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|-------------------------------|----|---|----|----|---|-----------|-----------------------------------|----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/ | P | PP | Ex | E | Total | T | T/ | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: <i>Politics, policy e polity</i> . Paradigmas, escolas e teorias: Análise Racional de Políticas Públicas, abordagens analíticas, abordagens argumentativas, estudos críticos. Políticas públicas como função de governo e da sociedade (ação pública). Tipologias de políticas públicas. Estruturação e análise de problemas públicos. Arenas e atores. Redes de políticas públicas (<i>policy network</i>) Modelos de decisão (<i>policy making process</i>). Instrumentalização de políticas públicas. Análise da experiência brasileira de formulação de políticas públicas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|----|---|----|----|---|-----------|---|----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Finanças Públicas | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Gestão Tributária | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/ | P | PP | Ex | E | Total | T | T/ | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: O Papel do Estado na Visão dos Clássicos aos Neoclássicos. Necessidades e Interesses públicos. As Falhas de Mercado e as Falhas de Governo. As Funções do Governo. Instrumentos de Política Econômica. O Federalismo Brasileiro. A Atividade Financeira do Estado. O Financiamento dos Gastos Públicos no Brasil. Os Sistemas Tributário e Previdenciário. A dinâmica da Dívida Pública no Brasil. Experiências Recentes na Gestão das Finanças Públicas no Brasil. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|----|---|----|----|---|-----------|-----------------------------------|----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Gestão de Serviços Públicos | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/ | P | PP | Ex | E | Total | T | T/ | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Serviços públicos: conceitos, princípios e tipologias. Prestação de serviço público e modelo de gestão. Políticas universalistas e focalizadas de prestação de serviço. Gestão integrada e intersetorial na implementação de serviços públicos. Formas de Prestação de Serviços públicos: concessão, monopólio estatal, privatização, Parcerias público-privadas, contratos de gestão. Serviços Urbanos – transportes/mobilidade urbana, Tratamento e abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos. Consórcios Intermunicipais de Serviços Públicos. Regulação e Agências reguladoras. Compras e Licitações no setor público. Experiências de prestação de serviço público no Brasil. Análise da formação e atuação das | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



burocracias para a gestão dos serviços públicos. Coordenação e intersetorialidade. Ações de pesquisa e extensão voltadas para a gestão de serviços públicos.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|--|-----------------|------------------|----------------|--------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|--------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| CÓDIGO - Administração de Sistema de Informação | Departamento de Administração | Pré-requisito: Tecnologias da Informação e da Comunicação para a Gestão | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| T 60 | T/P 60 | P 60 | PP 60 | Ext 60 | E 60 | Total 60 | T 60 | T/ 60 | P 60 | PP 60 | Ex 60 | E 60 | Total 60 | T 45 | T/ 45 | P 45 | PP 45 | Ext 45 | E 45 |

EMENTA:

Fundamentos dos Sistemas de Informação. Tipologia dos Sistemas de Informação. Visão sistêmica e dinâmica das organizações, estruturas organizacionais e sistemas de informação. Relação entre os SI, os processos de organizações públicas, privadas e políticas públicas e o desempenho organizacional. Sistemas de Informação Gerencial - SIG no contexto do planejamento estratégico das organizações. Operação de Sistemas de Informação em contextos organizacionais. Sistemas de informação automatizados: Planejamento, Aquisição, Desenvolvimento, Implantação, gerenciamento de riscos, Segurança, Controle e Gerência.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|---|-----------------|-----------------|-----------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|--------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| CÓDIGO – Estágio Curricular Obrigatório | Departamento de Administração | Pré-requisito: componentes curriculares do 1º ao 5º semestre | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade: Estágio | Submodalidade: Turma (TPE) | Sistema de avaliação: nota | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Carga Horária (estudante): | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| T 30 | T/P 30 | P 30 | PP 30 | Ex 30 | E 105 | Total 135 | T 30 | T/ 30 | P 30 | PP 30 | Ex 30 | E 30 | Total 30 | T 30 | T/ 30 | P 30 | PP 30 | Ext 30 | E 30 |

EMENTA:

Concepções e práticas de estágio como oportunidade de complementação obrigatória da formação acadêmica. Ementário original) Desenvolvimento de competências teórico-prática-reflexivas, analíticas, interventivas e transformadoras da realidade organizacional e social. Orientação do estudante em sua prática profissional no campo específico de estágio obrigatório. Apresentação de normas e metodologias científicas para a elaboração de projetos, planos e relatórios de estágios. Elaboração de um projeto de intervenção na organização onde o estudante desenvolve o estágio ou outro tipo de vínculo reconhecido pelo orientador do estágio.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

7º SEMESTRE



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|--|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Problemática Ambiental, Política e Gestão do Meio Ambiente | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Teoria e Análise de Políticas Públicas | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Relação entre natureza e sociedade e constituição da problemática ambiental no século XX. Marcos históricos da crise ambiental internacional, nacional e regional. O eco desenvolvimento, a sustentabilidade e seus dilemas. Globalização, pós globalização e crise ambiental. A crise ambiental – o comprometimento da qualidade dos recursos ambientais, a escassez e a transformação das condições de produção e reprodução da vida – a engenharia genética e a biotecnologia. A sócio e a biodiversidade. Justiça ambiental, exclusão social e racismo ambiental. Estado, Mercado e Política e Gestão Ambiental. A evolução e operacionalização das políticas ambientais no Brasil: esferas pública e privada. Os interesses privados, corporativos, coletivos e difusos. Os papéis da União, governos subnacionais (estados, regiões e cidades) e atores não-estatais (ONGs, empresas, mídia etc.). Relação entre os Instrumentos de Comando e Controle (C&C), Instrumentos Econômicos de Gestão Ambiental (I&E) e Instrumentos de Auto Regulação Ambiental. Fundamentos de capitalismo ecológico e de cidadania corporativa. Sustentabilidade, vulnerabilidade e resiliência. Interesses coletivos, difusos e corporativos e apropriação de bens e recursos ambientais. Mudança climática, escassez das águas e gestão de bens comuns como exemplos de implementação de instrumentos de C&C e de I&E. Instrumentos e mecanismos das políticas ambientais: as dimensões legal, moral e ética – a complexa relação entre economia e ambiente no século XXI. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|---|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Planejamento e Orçamento Público | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Finanças Públicas | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Teoria Orçamentária. Os Instrumentos de Planejamento Orçamentário no Brasil – integração e componentes. O Processo Orçamentário Brasileiro. <i>Accountability</i> na Gestão Orçamentária. Tópicos de Análise Financeira Governamental. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|---|--|--|--|--|--|
| CÓDIGO - Gestão e Implementação de Políticas Públicas | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Gestão de Serviços Públicos | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |



| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|----------------------|-----|---|----|-----|---|
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Abordagens e teorias de implementação de políticas públicas. Variáveis que influenciam a implementação. Implementação <i>top-down e bottom up</i> . Teoria dos jogos e modelos de comportamento de “agente principal Implementação como <i>policy design</i> . Estudos de burocracia de nível de rua: discricionariedade, condições de trabalho, rotinas, simplificações, representatividade burocrática e desigualdades. Sistemas federativos de políticas públicas no Brasil..s. Políticas Econômica, Ambiental, Habitacional, Saneamento e Seguridade Social no Brasil (Saúde - SUS, Assistência Social - SUAS e Previdência Social . Articulação e coordenação intergovernamental, intra e intersetorial. Instrumentos de implementação. Interseccionalidade na gestão e implementação de políticas públicas. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|----------------------|-----|---|----|-----|---|
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | | | | | | 60 | 45 | | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Planejamento e organização de recursos humanos nas organizações públicas. Gestão por Competências no setor público. Subsistemas de gestão de pessoas: recrutamento e seleção, recepção e incorporação, período pós-estágio probatório e avaliação do desempenho. Profissionalização e Carreiras na Gestão Pública e Gestão Social. Cotas no serviço público. Diversidade de perfis profissionais e contextos econômico, social e político. Discriminação de gênero, raça/etnia, classe social e outras desigualdades. Saúde, saúde mental, bem estar, qualidade de vida no trabalho e assédio moral. Ética e o papel do profissional de gestão de pessoas frente à demanda pelo controle social e transparência. Experiências contemporâneas de gestão de pessoas no setor público no nível local, estadual e nacional. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
|---|-----|-----------|----|-----------|---|-----------|-----------------------------|-----|-----------|----|-----------|---|-----------|----------------------|-----|-----------|----|-----------|---|
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | | 15 | | 15 | | 30 | | P | 15 | P | 15 | | 30 | | P | 10 | | 10 | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| O projeto como necessidade vital, oportunidade cultural, desafio existencial e perspectiva pragmática. Políticas, planos, programas, projetos e ações. Ciclo dos projetos sociais. Metodologias participativas para elaboração de planos, programas, projetos (METAPLAN, ZOOP, Marco Lógico, PES etc.). Etapas do planejamento e formulação de projetos. Aspectos éticos na elaboração de projetos. Ações de pesquisa e | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



extensão voltadas para elaboração de projetos para organizações da sociedade civil e/ou organizações públicas.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

8º SEMESTRE

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|----|----|---|-------|---|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Elaboração de Projeto de TCC | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Métodos Quantitativos aplicados à gestão / Métodos Quantitativos aplicados à gestão | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| O papel do pesquisador em administração pública e na gestão social. Temas de interesse da APGS. O administrador público como usuário dos resultados de pesquisas científicas. Natureza e tipos de pesquisa em organizações públicas e sociais. Técnicas e instrumentos de coleta e de análise de dados. Elaboração do roteiro básico de pesquisa. Implicações teóricas e práticas no processo de produção da pesquisa e da proposta de intervenção. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|----|----|---|-------|--|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Administração Política | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Teoria e Análise de Políticas Públicas | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A Administração como processo sócio histórico. A emergência da Administração como Ciência: contribuições e limitações da Administração Científica. Bases epistemológicas, sociológicas e políticas da Administração como campo científico. Contribuições da teoria da Administração Política para a consolidação da ciência administrativa. Um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto: gestão ou organizações. Bases teórico-epistemológicas e metodológicas da Administração Política. Desafios da formação em Administração. A Administração Política como método de análise: a Administração Política do capitalismo moderno e contemporâneo e a Administração Política brasileira. Metodologia para o desenvolvimento de estudos conjunturais em Administração Política. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------------|---|---------|---|----|---------|---|---------|--|---------|---|----|-----|---|
| FCC050 - Contabilidade Governamental | | | | | | | Departamento de Ciências Contábeis | | | | | | | Pré-requisito: Planejamento e Orçamento Público | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T 60 | T/P | P | PP | Ext | E | Total 60 | T 60 | T/ P | P | PP | Ex t | E | T 60 | T 45 | T/ P | P | PP | Ext | E |
| EMENTA: Processo Histórico da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Princípios de Contabilidade sob a Perspectiva do Setor Público. Patrimônio e Sistemas Contábeis. Transações no Setor Público. Registro Contábil. Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis. Consolidação das Demonstrações Contábeis no Setor Público. Prestação de Contas, Controle Social e Transparência no Setor Público. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVOS: Possibilitar a reflexão do aluno quanto ao objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público de fornecer informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (NBC T 16.1). | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: <ul style="list-style-type: none">• Contabilidade Aplicada ao Setor Público<ol style="list-style-type: none">1. Processo Histórico da Contabilidade Aplicada ao Setor Público<ul style="list-style-type: none">• Criação do Erário Régio;• Lei 4.320/64;• Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF/2000)• Resoluções CFC: 1.111/2007/ 1.367/2011• Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público- NBCASP;2. Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.<ul style="list-style-type: none">• Conceito;• Objeto de estudo;• Objetivo;• Regime<ul style="list-style-type: none">○ Contabilidade em debate: Recorrendo à pesquisa- REGIME ORÇAMENTÁRIO MISTO X REGIME PATRIMONIAL (CONTÁBIL) Qual o mais útil para a tomada de decisão no âmbito do setor público? Análise do artigo: DE SOUSA, R.G. et al. Accrual Basis Accounting in the Brazilian Public Sector: Empirical Research on the Usefulness of Accounting Information. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 24, n. 63, p. 219-230, Sep 2013.• Registro de Atos e Fatos• Campo de Aplicação;• Unidade Contábil; | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



3. Princípios de Contabilidade sob a Perspectiva do Setor Público

- Entidade;
- Continuidade;
- Oportunidade;
- Registro pelo Valor Original;
- Competência;
- Prudência

4. Subsistemas Contábeis

- Subsistema Orçamentário;
- Subsistema Patrimonial;
- Subsistema de Custos;
- Subsistema de Compensação;

5. Transações no Setor Público -Procedimentos Contábeis Patrimoniais

- Composição do Patrimônio Público
- Transação econômico-financeira;
 - Variações Patrimoniais Quantitativas
 - ✓ Variações Ativas
 - ✓ Variações Passivas
 - ✓ Superveniências
 - ✓ Insubsistências
 - Variações Patrimoniais Qualitativas;
- Transação administrativa;
- Transações que envolvem valores de terceiros;

6. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

- Objetivos;
- Mudanças do Plano de Contas: Lei 4320/64 para PCASP/2012.
- Estrutura (níveis e dígitos)
- Diretrizes;
- Classes de Contas;
- Natureza das Informações das Contas;
- Composição;
- Atributos da conta contábil;
- Relação de Contas
- Lançamentos Contábeis Padronizados;

7. Registro Contábil no Setor Público

- Formalidades do Registro Contábil;
- Características e Elementos do Registro Contábil (NBCT 16.5)
- Fórmula de Lançamento
- Lançamentos Contábeis

8. Consolidação das Demonstrações Contábeis no Setor Público.

- Definições;
- Procedimentos para Consolidação



- Divulgação das Demonstrações: Consolidadas e Não-Consolidadas

9. Instrumentos de Evidenciação Contábil no Setor Público

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas;

10. Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

- Fundamento Legal
- Definições;
- Elementos Patrimoniais: Disponibilidades, Créditos e Dívidas, Estoques, Investimentos Permanentes, Imobilizado, e Intangível.
- Reavaliação
 - Do Ativo Imobilizado
 - Do Ativo Intangível
 - Divulgação de Informações
- Redução ao Valor Recuperável
 - Mensuração do Valor Recuperável
 - Variação Patrimonial decorrente de uma perda por irrecuperabilidade
 - Divulgação de Informações

11. Prestação de Contas, Controle Social e Transparência no Setor Público.

- Responsabilidade Fiscal;
- Acesso a Informação no Setor Público;
 - **Tópico Especial: Custos nas Entidades Públicas** Controle Social: Será que existe? Recorrendo à pesquisa. **As informações contábeis são compreendidas pelos seus usuários?** Análise do artigo: **Práticas de gestão de custos do setor público na Holanda** Frank H.M. Verbeeten, (2011) "Public sector cost management practices in The Netherlands", **International Journal of Public Sector Management**, Vol. 24 Iss: 6, pp.492 – 506, Emerald Group Publishing Limited

METODOLOGIA:

Aula expositiva participada com exemplos e aplicação de exercícios (questões para reflexão e questões práticas, análise de pesquisas e debate posterior). Recursos quadro branco, caneta piloto e projetor multimídia.

AVALIAÇÃO:

Avaliação I- Escrita- valor 10 pontos

Avaliação II- Seminários (apresentação oral de equipes de trabalho) – valor 10 pontos

Avaliação III (2 partes)- Prova Escrita- Valor 5 pontos/ Artigo (individual ou grupo com no máximo 3 componentes)- Valor 5 pontos.

BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica



1. BRASIL. **Lei Federal 4.320/64**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos de balanços da União, dos estados, dos municípios e do distrito federal.
2. _____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 05 de maio de 2000.
3. _____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 5. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, Partes I, II e IV, 2012.
4. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). Disponível em: <http://www.cfc.org.br>.
5. _____. **Resolução CFC nº 1.111, de 29 de novembro de 2007**. Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>.
6. _____. **Resolução CFC nº 1.367, de 25 de novembro de 2011**. Altera o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, aprovado pela Resolução CFC nº 1.111/2007. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>.
7. _____. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137, de 21 de novembro de 2008.. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>.
8. ROSA, Maria Berenice Rosa. **Contabilidade do Setor Público**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2013.
9. SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Uma Abordagem Prática**. 2 ed. São Paulo. Atlas. 2013.
10. SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública**. 9 ed. São Paulo. Atlas. 2011.

Bibliografia Complementar

1. BRASIL. Constituição (1988): **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
2. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE .**Normas Internacionais de Contabilidade para o setor Público – IPSAS** - traduzidas, 2010.
3. DE SOUSA, R.G. et al. Accrual Basis Accounting in the Brazilian Public Sector: Empirical Research on the Usefulness of Accounting Information. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 24, n. 63, p. 219-230, Sep 2013.
4. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade et. al. **Técnicas de Pesquisa**. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2012.
5. **Práticas de gestão de custos do setor público na Holanda**. Frank H.M. Verbeeten, (2011) "Public sector cost management practices in The Netherlands" ,**International Journal of Public Sector Management**, Vol. 24 Iss: 6, pp.492 – 506, Emerald Group Publishing Limited.
6. Artigos diversos a serem indicados no decorrer do curso.

NATUREZA: OBRIGATÓRIA

| | | |
|--|--------------------------------------|---|
| CÓDIGO - Logística, suprimentos e patrimônio no Setor Público | Departamento de Administração | Pré-requisito: Estatística Básica para Humanidades |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |



| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|----------------------|-----|---|----|-----|---|
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Gestão do Patrimônio público. Gestão de demanda. Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Gestão de compras de recursos materiais e patrimoniais. Legislação relativa a compras públicas. Controle de estoques. Classificação e padronização de materiais. Organização da função compras: Compras e fornecedores. Transporte e Armazenagem. Experiências de gestão de compras. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO – Laboratório de Avaliação de Políticas Públicas | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Gestão e Implementação de Políticas Públicas | | | | | |
|---|-----|-----------|----|-----------|---|-----------|-----------------------------------|-----|-----------|----|-----------|---|-----------|---|-----|-----------|----|-----|---|
| Modalidade: Atividade | | | | | | | Submodalidade: Laboratório | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | | 30 | | 30 | | 60 | | P | 30 | P | 30 | | 60 | | P | 10 | | | |
| EMENTA: Fundamentos conceituais, metodológicos e axiológicos de avaliação das políticas públicas como campo de estudos e práticas. Avaliação e pesquisa avaliativa. Tipologias de avaliação. Pré-requisitos, técnicas e métodos. Sistemas de monitoramento e avaliação. Dimensões operacionais, indicadores e índices. Comunicação e usos da avaliação. Ética, posicionalidade e reflexividade na avaliação: papel e perfis dos(as) avaliadores(as). Ações de pesquisa e extensão voltadas para a construção e execução de projetos de avaliação de políticas públicas. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

9º SEMESTRE

| CÓDIGO - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Elaboração de Projeto de TCC | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|-------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|--|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso sob a forma de monografia, de artigo científico ou de tecnologia social. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO - Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Problemática ambiental, política e gestão do meio ambiente | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|-------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|-------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Problemática ambiental, sua multidimensionalidade e o paradigma da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Globalização, Pós-Globalização e crise ambiental. Biodiversidade, Sociobiodiversidade, escassez e comprometimento da qualidade dos recursos ambientais. O desenvolvimento sustentável como paradigma de desenvolvimento. A emergência de novas tecnologias, biotecnologia e engenharia genética e a redefinição das condições de produção da vida. Exclusão social, justiça e racismo ambiental. Conflito socioambiental e movimento de justiça ambiental. Experiências internacionais e nacionais de política, gestão e responsabilidade corporativa e socioambiental. Estado, Política, Gestão Ambiental, Interesse comum e difuso. Instrumentos de Comando e Controle (C&C), Instrumentos Econômicos (IE), escassez, mercantilização de bens de uso coletivo e universalização do acesso aos elementos ambientais. A evolução e operacionalização das políticas ambientais no Brasil: esferas e interesse público e privado. Os papéis da União, governos subnacionais (estados, regiões e cidades) e atores não-estatais (ONGs, empresas, mídia, etc.). Instrumentos e mecanismos das políticas ambientais: esferas legal, moral e ética. Empresa e programas de qualidade e de auto regulação ambiental. Taxação, impostos e cobranças pelo uso de recursos naturais ou emissão de poluentes. Subsídios e compensação por dano ambiental. Criação de mercado de recursos ambientais através de licenças e permissões. Rotulagem e certificação ambiental: obtenção de vantagem competitiva e legitimidade organizacional. O princípio do poluidor ou usuário pagador. Política das águas e mudanças climáticas como exemplos de problema de governança ambiental: estratégias de mitigação, adaptação e transformação.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-----------|--|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Contexto Social Político e Econômico Mundial e Brasileiro | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Diversidades e Desigualdades | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 60 | | | | | | 60 | 60 | P | | | t | | 60 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>A análise da sociedade global, da complexidade do mundo contemporâneo a partir de uma abordagem interdisciplinar (política, administrativa, sociológica, geo-histórica, ambiental, jurídica e econômica), a fim de refletir sua dimensão sistêmica no campo político, social e econômico no qual regulações, agendas, instituições e atores se entrecruzam forjando narrativas, discursos, intencionalidades e disputas. Temas como democracia, marcos regulatórios do capitalismo, direitos humanos, meio ambiente, identidades, migrações, racismos, pandemias e catástrofes. Trajetória econômica, política e social do Brasil nos séculos XX e XXI. Condicionantes e determinantes estruturais do desenvolvimento da economia brasileira, relacionando com os contextos internacionais. Concepções teóricas de políticas econômicas de curto prazo e as estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo que pautaram a gestão pública.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-----------|--------------------------------------|----------|---|----|----------|---|-----------|-----------------------------------|----------|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Negociação e Mediação de conflitos | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Comunicação | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: Estrutura social, conflito e negociação. Natureza e característica dos conflitos e dos processos de negociação; Contexto real de processos de negociação; Interesses públicos e privados, conflito e regulação; Modelos e procedimentos de negociação; Liderança negociadora. Modelos mentais e estratégias em interações negociais. Gestão dos conflitos socioambientais. As formas não adversariais de solução de conflitos: mediação e arbitragem. Experiências de gestão de conflitos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OBRIGATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|---|----|-----|---|-----------|---------------------------------------|-----------|---|----|----------|---|-----------|-----------------------------------|-----------|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Estudos Conjunturais em Administração | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | t | | 30 | | 30 | | | | |
| EMENTA: Definindo o marco teórico-lógico para análise de ‘conjuntura em administração’ a partir das contribuições dos estudos críticos em administração e da administração política. Co-construindo variáveis e indicadores de análise de ‘conjuntura em administração’, a partir da definição dos conceitos de ‘gestão’ e ‘gerência’. Identificando, coletivamente, temas relevantes para a construção da matriz de análise de conjuntura em administração, a partir dos seguintes aspectos prioritários: (i) políticas governamentais; (ii) empreendimentos de micro e pequeno porte; (iii) médias e grandes corporações empresariais; (iv) movimentos sociais e organizações sociais; e (v) novas abordagens teóricas e/ou práticas em administração. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|-----------------------------------|--|--|--|--|
| CÓDIGO - Gestão de Riscos, Imprevistos e Catástrofes | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | |



| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|----|-----|---|----|-----|---|-------|----|-----|---|----|-----|---|
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Definição dos conceitos de Risco, Imprevisto, Catástrofe e Vulnerabilidade. Marcos conceituais e legais da gestão de riscos e catástrofes. Risco e vulnerabilidade. Vulnerabilidades territoriais perante as mudanças climáticas globais. Compreensão de situações de risco ou catástrofe: exemplos práticos. Estratégias e instrumentos de prevenção e gestão de situações críticas. Análise de situações de risco e de prevenção na realidade brasileira. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO - Auditoria e Controle | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante): | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | | t | | 30 | 45 | P | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Democracia, Controle e Transparência. Princípios, organização e funcionamento dos sistemas de controle – Interno e Externo - na administração pública brasileira. Auditoria Interna e Externa na Administração Pública. Tipos, normas e etapas da Auditoria Governamental. Experiências de uso de instrumentos de controle na gestão pública brasileira. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO – Inteligência Analítica | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|---------------------------------------|-----|---|----|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante): | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 60 | | | t | | 60 | | 60 | | | t | | 60 | | 30 | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Conceito de inteligência analítica, os benefícios de sua aplicação e o processo de tomada de decisão nos diferentes setores da administração pública e gestão social. Os principais tipos de análises como modelagem estatística, previsão (Forecasting), data mining, text mining, otimização, delineamento de experimentos, entre outros. Tecnologias Emergentes. IA, BI e Big Data (vindo de Tecnologias da Informação e da Comunicação para a Gestão) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO - Laboratório de Práticas de Ensino e Aprendizagem Inovadoras (LAPEI) | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|------------------------|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|-----------|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----|-----------|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----|-----------|----|-----|---|
| Modalidade: Atividade | | | | | | | Submodalidade: Laboratório | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | | 30 | | | | 30 | | | 30 | | | | 30 | | | 10 | | | |
| EMENTA: Tecnologias digitais aplicadas ao ensino e à pesquisa em administração. Estratégias de ensino ativas mediadas pela tecnologia. Inovações tecnológicas no ensino de administração. Ética e tecnologia no ensino. Pesquisas relacionadas à discussão, análise e aplicação de casos para ensino bem como outros métodos de ensino. Implicações em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem no desempenho dos estudantes. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|---|----|-----|---|-----------|---------------------------------------|-----------|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----------|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Criatividade, Gestão e Organizações | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | |
| EMENTA: Fundamentos do conceito de criatividade. Processos criativos e gestão da criatividade nas organizações. Liderança, cultura, ambiente e gestão da criatividade. Ferramentas, técnicas, métodos e modelos para a gestão da criatividade. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|---|----|-----|---|-----------|---------------------------------------|-----------|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----------|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Indústrias Criativas | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | |
| EMENTA: Conceito de Indústrias Criativas. Criatividade, indústrias criativas e gestão. Casos de gestão nas indústrias criativas. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------|---|----|-----|---|-----------|---------------------------------------|-----------|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----------|---|----|-----|---|
| CÓDIGO - Gestão de cidades e territórios criativos | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | |
| EMENTA: Conceito de cidades e territórios criativos. Gestão de cidades e territórios criativos. Casos de gestão de cidades e territórios criativos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|---------------------------------------|-----|---|---|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|--|
| CÓDIGO - Estado e Governança Eletrônica | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | P | | | 30 | | 30 | | | | | |
| EMENTA: Perspectivas da gestão de informações no setor público: infraestrutura, legislação e políticas. Informação, tecnologia, cidadania e democracia. Experiências de governo eletrônico. Plataformas digitais e prestação de serviços. Transparência e acesso à informação. Transparência. Interoperabilidade. E-Gov, Virtualização e compartilhamento dos controles de gestão. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|---------------------------------------|-----|---|---|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|--|
| CÓDIGO - TIC e Sociedade | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | P | | | 30 | | 30 | | | | | |
| EMENTA: Aspectos sociais: Formação de Redes, Cultura e Identidade. Aspectos Políticos: Instituições, Normas e Legislação, Vocação Nacional. Aspectos Econômicos: Renda, Desenvolvimento Industrial e Econômico, Divisão Internacional do Trabalho. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|---------------------------------------|-----|---|---|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|--|
| CÓDIGO - Tópicos em TIC I | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | P | | | 30 | | 30 | | | | | |
| EMENTA: Editor de Texto. Planilha Eletrônica. Aplicativo de Apresentações e Gerenciador de Projetos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|---------------------------------------|-----|---|---|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|--|
| CÓDIGO - Tópicos em TIC II | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | P | | | 30 | | 30 | | | | | |
| EMENTA: Gerenciamento eletrônico de documentos - GED: conceitos e fundamentos. O processo de digitalização. Tecnologias para o GED. Autenticidade e validade legal do documento eletrônico. Aplicações com GED: estudos de caso. Projeto de GED em unidades de informação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|---------------------------------------|-----|---|---|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|--|
| CÓDIGO - Tópicos em TIC III | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | P | | | 30 | | 30 | | | | | |
| EMENTA: Ferramentas da Web para apoio a gestão: comunicação, colaboração, aprendizado e mobilidade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|----|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|----|---|-----|---|-------|--|-----|----|----|-----|---|--|
| CÓDIGO – Laboratório de Mobilização de Recursos | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: Laboratório Programas e Projetos Sociais | | | | | | |
| Modalidade: Atividade | | | | | | | Submodalidade: Laboratório | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | |
| | | 30 | | | | 30 | | P | 30 | P | | | 30 | | P | 10 | | | | |
| EMENTA: Conceitos e histórico da mobilização de recursos: da ajuda / caridade à profissionalização e investimento social. Sustentabilidade e auto sustentabilidade: desafios, mitos e dimensões no contexto da gestão social e desenvolvimento. Papéis dos agentes provedores e mobilizadores de recursos: cenários em (re)construção frente aos processos de desenvolvimento, poder e política. ONGs e cooperação internacional: a “indústria da ajuda” para o desenvolvimento. Estratégias e instrumentos de captação e geração de recursos em diferentes organizações (ONGs, fundações, organizações de economia solidária, governos etc.). Parcerias e alianças estratégicas. Mobilização de recursos, desenvolvimento institucional e legitimidade. Planos de mobilização de recursos. Ações de pesquisa e extensão voltadas para a construção e execução de projetos de avaliação de políticas públicas. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|---|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|--|
| CÓDIGO - Gestão das Cidades | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | |
| | | | | | | 30 | | 30 | P | P | | | 30 | | | | | | | |
| EMENTA: Processo de urbanização. Segregação socioespacial, racial, de gênero e de classe. Cidade e Território. Direito à Cidade. Periferização e Gentrificação. Instrumentos de Gestão: Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano Setorial, Plano e Projeto Urbanístico. Orçamento Municipal, Planejamento Urbano-Ambiental e Agenda Ambiental. Participação na gestão municipal. Experiência de gestão de cidades no Brasil. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|-----------------------------------|--|--|--|--|--|
| CÓDIGO - Políticas Públicas para Mulheres | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |



| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|----|-----|---|---|-----|---|-------|----|-----|---|----|-----|---|
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | P | | | 30 | 45 | | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gênero e políticas públicas. Eixos de políticas públicas para mulheres: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres. Movimento de mulheres e espaços de participação. Organizações feministas da sociedade civil. Interseccionalidade de gênero, raça, classe social, sexualidade e outros marcadores sociais. Experiências de Políticas para Mulheres (OEPM) nas escalas municipal, estadual e nacional. Instrumentos de gestão de políticas para mulheres. Bases de Dados sobre políticas públicas para mulheres e OEPM. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| CÓDIGO - Políticas Públicas de Ordenamento Fundiário | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|---|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | P | | P | | | 30 | 45 | | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura agrária brasileira. Marcos regulatórios da questão fundiária no Brasil. Instrumentos de gestão fundiária nas escalas estadual e nacional. Regularização fundiária de terras públicas. Direito à terra. Terra e acumulação. Regularização fundiária de territórios ocupados tradicionalmente por comunidades Quilombolas, Indígenas, de Fundos e Fechos de Pasto e demais comunidades tradicionais. Conflitos no campo. Sistemas de informações fundiárias. Experiências de políticas fundiárias no Brasil. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| ADMH48 - Lugares de Memória do povo negro | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
|---|-----|----|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|----|----|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|----|----|-----|---|
| Modalidade: Atividade | | | | | | | Submodalidade: ACCS | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | | 30 | | | | 30 | | P | 30 | | | t | 30 | | | 14 | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objetivo dessa disciplina é contribuir para reflexões propositivas acerca dos processos de renovação, ressignificação e readequação das estratégias de sobrevivência e sustentabilidade das organizações negras que adentram ao século XXI com as suas vicissitudes, oportunidades e limitações. Nesse sentido, a tríade memória, poder e redes de solidariedade é justamente o eixo de análise que permitirá a mediação coletiva entre o que foi vivenciado no passado, o que é experimentado no presente, bem como, o que se demanda para o futuro nessas organizações negras que historicamente coordenam a ação coletiva, à exemplo dos terreiros de candomblés, as irmandades negras, os movimentos sociais negros, bem como, o governamental e o não governamental que tem a temática negra como razão de existência. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objetivo geral: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contribuir para reflexões propositivas acerca dos processos de renovação, ressignificação e readequação das estratégias de sobrevivência e sustentabilidade das organizações negras que adentram ao século XXI com as suas vicissitudes, oportunidades e limitações. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objetivos específicos: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Sensibilizar a comunidade acadêmica quanto à importância da memória nos processos de ressignificação das estratégias de luta e superação do povo negro baiano; | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



- Estimular membros das organizações negras da cidade a realizarem coletivamente um processo de reflexões propositivas para a manutenção e atualização do legado ancestral;
- Ampliar os espaços de intercâmbio de saberes entre a Universidade e as organizações negras da Bahia.

METODOLOGIA

A primeira parte dessa disciplina se dará através do balizamento teórico acerca das interconexões possíveis entre Memória, Poder e Redes de Solidariedade do povo negro no passado, presente e futuro. Esses primeiros encontros se darão no espaço da Universidade, quais sejam, o CEAO e a Escola de Administração. No segundo momento, a disciplina focará suas atividades de campo a partir de uma temática previamente definida e visitas e interações junto a organizações estratégicas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- REIS, João e SILVA, Eduardo. Conflito e negociação: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- REGINALDO, Lucilene, Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista (São Paulo: Alameda, 2011).
- HAMA, Boubou e KI-ZERBO, Joseph, “Lugar da história na sociedade africana”. In: ki-zerbo, Joseph (Org.). História geral da África. Metodologia e Pré-história da África. São Paulo: Ática; Unesco, 1982
- SANTOS, Edmar Ferreira. O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador, BA: EDUFBA, 2009
- CONNERTON, Paul. How Societies Remember. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- SHAW, Rosalind. Memories of the Slave Trade: Ritual and the Historical Imagination in Sierra Leone. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

COMPLEMENTAR

- BALANDIER, G., Antropologia política, São Paulo: EDUSP, 1969
- HALBWACHS, Maurice. La Mémoire collective. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1950
- NASCIMENTO, Íris S. S. O Espaço do Terreiro e o Espaço da Cidade. Cultura Negra e Estruturação do Espaço de Salvador nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1989.
- NASCIMENTO, Luiz Cláudio. Bitedô onde moram os Nagôs. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- PARÉS, Luis Nicolau. A Formação do Candomblé – História e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Deoscoredes M.; SANTOS, Juana E. O Culto dos Ancestrais na Bahia: O Culto dos Eguns. In: MOURA, Carlos E. M. (org.), Olorisa, escritos sobre a Religião dos Orixás. São Paulo: Ed. Agora, 1981.
- SANTOS, Deoscoredes M. Festa de Mãe d’Água em Ponta de Areia, Itaparica. Revista Brasileira de Folclore, Rio de Janeiro, Ed. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, vol.6, nº14, p.65-74, 1976.
- SANTOS, Deoscoredes. História de um Terreiro Nagô. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1988.
- SODRE, Muniz. O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1988.
- VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos dos Séc. XVIII a XIX. São Paulo: Ed. Corrupio, 1987.
- CARNEIRO, Edson. Religiões negras e negros bantos: notas de etnografia religiosa e de folclores. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- DOURADO, Odete. Sobre a preservação dos terreiros de candomblé – Algumas considerações. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; Lage, Claudia Marcia Freire. (Org.). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. 1 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1.p. 201-217.

NATUREZA: OPTATIVA

| | | |
|---|--------------------------------------|-----------------------------------|
| ADMJ86 Políticas Públicas de Cuidados para as Diversidades | Departamento de Administração | Pré-requisito: não tem |
| Modalidade: Atividade | Submodalidade: ACCS | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |



| T | T/P | P 30 | PP | Ext 30 | E | Total 60 | T | T/P | P 30 | P P | Ext 30 | E | Total 60 | T | T/P | P 14 | PP | Ext | E |
|--|-----|---------|----|-----------|---|-------------|---|-----|---------|--------|-----------|---|-------------|---|-----|---------|----|-----|---|
| EMENTA: <p>As políticas públicas de cuidado dizem respeito a diretrizes para a ação pública, que de modo multiatorial e intersetorial, criem instrumentos para diminuir os níveis de dependência das pessoas com suas consequentes vulnerabilidades, buscando ampliar a autonomia e independência por meio da oferta de bens e serviços públicos que gerem proteção social. Esta ACCS tem como finalidade desenvolver reflexões de modo indutivo e propor ações voltadas para o cuidado enquanto direito, construto social e analítico, dando especial atenção para a análise dos problemas de pública relevância que envolvem pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social. As vulnerabilidades, os riscos, a dependência e os danos são compreendidos, neste sentido, de modo interseccional e intersetorial. A cada semestre a ACCS pode tratar de públicos específicos que demandam cuidados tais como pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas idosas, crianças e adolescentes, entre outros.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVOS: <p>Objetivo geral Desenvolver reflexões críticas e aprendizagens nos estudantes da UFBA, professores do ensino fundamental, trabalhadores do SUAS e adolescentes sobre as diversas manifestações do capacitismo nas escolas e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, criando estratégias para combater tal preconceito e violência contra as pessoas com deficiência.</p> <p>Objetivos específicos: a) sensibilizar e ofertar formação básica para docentes e trabalhadores do SUAS sobre capacitismo; b) analisar as diferentes visões sobre cuidados, buscando estimular à mudança da lógica caritativa e assistencialista para a do direito, da inclusão e promoção da autonomia; c) compreender a dependência como fator de agravamento de riscos e vulnerabilidade da pessoa com deficiência e suas famílias; d) desenvolver processos de formação anticapacitista para adolescentes matriculados no ensino fundamental ou assistidos pelo SCFV, por meio de metodologias participativas e lúdicas. e) elaborar e disponibilizar produtos audiovisuais e podcasts que possam ser usados como materiais educacionais.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO <ol style="list-style-type: none">1. Políticas públicas de cuidados: aspectos conceituais, posicionalidade e reflexividade.2. A ética do cuidado, as relações de interdependência e autonomia e o direito ao cuidado.3. Interseccionalidade do cuidado e marcadores sociais de diversidades: classe, gênero, raça, orientação sexual, faixa etária e deficiência na população em situação de rua.4. Vulnerabilidades, riscos e danos sociais.5. Modelo biomédico e modelo social da deficiência: aspectos históricos, educacionais, socioassistências e políticas públicas6. Capacitismo e corponormatividade e suas implicações nas práticas de cuidado.7. Metodologias integrativas e ludicidade em processos de aprendizagem interseccional voltados para o anticapacitismo.8. Anticapacitismo e temas transversais no Ensino Fundamental.9. A oferta do SCFV no SUAS e a convivência com pessoas com deficiência. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM <p>Ao longo dos semestres trabalhamos na ACCS com os temas políticas públicas, ética do cuidado, (inter) dependência, interseccionalidades, corponormatividade, capacitismo, gordofobia, aporofobia, obesidades, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, cuidadores familiares e profissionais. Buscaremos trabalhar questões relacionadas ao capacitismo considerando que este tem por base a produção de poder relacionada ao ideal de padrão corporal funcional que cria uma rede de crenças, processos e práticas que</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



idealizam um tipo particular de identidade, corpo perfeito, típico de uma espécie, plenamente humano. Logo, a deficiência é considerada um estado diminuído do ser humano, sendo definida pela negatividade. Importante ressaltar que tais opressões passam a ser internalizadas pelas próprias pessoas com deficiência desde que nascem a partir das próprias famílias, que trazem em si dores, medos e confusões decorrentes de autoimagens negativas. Isso mantém tais pessoas em condição de subalternidade reforçada pela lógica centrada na “ajuda” e do assistencialismo para separar a população “problemática” da população “normal” (CAMPBELL, 2009, ARAÚJO, 2017, 2018).

Identificaremos as várias manifestações do capacitismo que por ser algo estrutural, assim como o racismo, faz com que sejamos “programados” para sermos capacitistas. Assim, além de reconhecê-lo é importante ser anticapacitista. Para o exercício da função de cuidador(a) social, sem dúvidas esse é um pré-requisito essencial e, por isso, cabe nos educarmos nesse sentido, percebendo como manifestamos o capacitismo no cotidiano e muitas vezes sequer percebemos. Nesse caso, o nosso foco será com adolescentes, professores e trabalhadores do SUAS.

Parafrazeando Moraes (2020) que defende a ideia de “PesquisaCom”, ao se referir a pesquisa com pessoas cegas, tentamos evidenciar como uma pedagogia crítica é necessária. Para isso, defendemos que a ACCS se aproxime de uma lógica de “AprenderCom” as diversidades, de modo a ativar e mobilizar a dimensão do aprender com o cotidiano de todes/as/os atores que participarem da ACCS. Significa, assim, uma lógica para além de situada, de processos de ensino-aprendizagem implicados com as realidades das pessoas com diferentes marcadores sociais de diversidades. Um exercício ontológico e deontológico de produção de realidades na interação entre universidade e sociedade. As atividades a serem desenvolvidas no semestre 2022.2 são:

- a) Realização de 12 (doze) encontros presenciais para alinhamento de aspectos teóricos com carga horária média de 03 (três) horas cada, com bibliografia previamente ofertada, totalizando 34h de atividades. Alguns encontros serão ofertados, em sua maioria, no formato de oficinas, podendo contar com convidados externos.
- b) Realização de 34h atividades de campo nas atividades de campo, sendo dividida a turma em equipes de estudantes que possam vivenciar as diferentes ações, de acordo com suas áreas de interesse e de formação. Serão sempre formadas equipes compostas por estudantes de diferentes cursos matriculados na atividade.
- c) Desenvolvimento de jogos educacionais sobre capacitismo para aplicação em oficinas nas escolas e SCFV.
- d) Realização de 03 oficinas com equipes em escolas e 03 em SCFV para formação e reflexões sobre capacitismo.

Nas oficinas utilizaremos além dos jogos educacionais, debates sobre os filmes desenvolvidos em semestres anteriores.

Cada estudante matriculada/e/o terá um cronograma geral para as atividades (c) e (d) e deverá indicar a disponibilidade conforme suas condições, devendo participar de pelo menos três atividades de campo. Os trabalhos serão realizados em equipe.

Nesse semestre trabalharemos com: escolas de ensino fundamental II da rede pública estadual, Ciclo de Consolidação, 8º e 9º ano; Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) que possuem SCFV. Os SCFV são realizados em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. O serviço amplia trocas culturais e vivências - sentimento de pertença e de identidade - fortalece vínculos familiares e incentiva a socialização e a convivência comunitária, possuindo caráter preventivo e proativo.



Pretendemos trabalhar com a incorporação de oficinas e cine-debates sobre capacitismo nas atividades escolares e do SCFV, com a perspectiva de participação de 120 adolescentes de 10 a 14 anos e 12 professores das escolas; 60 usuários do SCFV e 15 trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A ACCS será amplamente divulgada para as escolas e SCFV devendo haver livre adesão destas para engajamento no projeto que será ofertado gratuitamente.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem privilegiará a dimensão formativa/processual, tendo os produtos tecnológicos refletidos como consequências da qualidade das atividades da ACCS. Assim, a ACCS será avaliada considerando os seguintes pesos das atividades: a) participação nas 34h destinadas as oficinas de formação e realização de atividades no Moodle (PESO 2,0 – avaliação individual) b) participação nas 34h de atividades de campo demonstrada por meio da entrega de diários de campo (PESO 3,0 – avaliação individual) b) desenvolvimento e testagem de jogos educacionais anticapacitistas (PESO 5,0 – avaliação em grupo)

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAÚJO, E. T. Políticas de cuidados como afirmação de direitos para a pessoa com deficiência e seus cuidadores: desafios para o sistema de proteção social brasileiro. In: OLIVEIRA, Ilzver Matos; SILVA, Tagore Trajano Almeida; ALVES, Maria Zenaide (orgs). (Org.). Democracia, meio ambiente e desenvolvimento: experiências brasileiras. Aracaju: EDUNIT, 2017, v. 1, p. 100-125.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007). Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Decreto legislativo nº. 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009, 4 ed., ver e atual. – Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

CASTRO, A. L.; LANDA, M. I. (org.). Corpos, poderes e processos de subjetivação. Discursos e práticas na cultura contemporânea. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

DINIZ, D. O que é deficiência. 2007 Brasiliense (Coleção Primeiros Passos)

TAMANINI, Marlene; HEIDEMAN, Francisco G.. VARGAS, Eliane P.; ARAÚJO, Sandro M. C. (orgs). O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos Florianópolis: UDESC, 2018

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, E. T. Os desafios da interseccionalidade e intersetorialidade na formulação e implementação das políticas de cuidados para pessoas com deficiência no Brasil. Anais. In: IX Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP. (Madrid, España) del 24 al 27 de septiembre de 2018.

ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. F. Avaliação da implementação dos Centros-dia de Referência para Pessoas com Deficiência e suas Famílias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). In: LIMA, L. L.; RODRIGUES, M. I. A. Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

BOFF, L. Saber Cuidar. Ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CRENSHAW, K. A. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Curso Educação, Relações Raciais e Direitos Humanos (1ª ed). 27 de setembro de 2012. Disponível em:
<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1533> Acesso em 30 dez. 2017. (2012a) _____. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos de Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Tradução: Liane Schneider. Revisão: Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. Estudos Feministas. Ano 10, v. 1, p. 171- 188, 2002b

CEPAL, Dialogos sobre Políticas de Cuidado en Argentina. Documento de cierre. Buenos Aires: CEPAL, 2015.

DEBERT, G. G. Arenas de conflito em torno do cuidado. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, São Paulo, jun. 2014, p. 35-45. ENRIKEZ, Corina R. La reorganización social del cuidado en



América Latina: ¿ahora o nunca? . 16 ago. 2018. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/la-reorganizacion-social-del-cuidado-en-america-latina-ahora-o-nunca> Acesso em 01 jan. 2020.

GESSER, M. Gênero, deficiências e a produção de vulnerabilidades. In: 13º Mundo de Mulheres e 11º Fazendo Gênero, UFSC: Florianópolis, 2017. GESSER, M.; BÖCK, G. L.. K.; LOPES, P. H. (org). Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014

KARSH, U. M. Cuidados familiares e assistência domiciliar. In: GUILHOTO, L. M. F. F. Envelhecimento e deficiência intelectual. Uma emergência silenciosa. 2 ed. São Paulo: Instituto APAE, 2013.

KOUMROUYAN, E. A pesquisa do indizível: a escuta do outro. In: MARTINELLI, M. L (Org.) Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. 2 ed. São Paulo: Veras, 1999 (Núcleos de Pesquisa)

MANGILI, A. R. P. A cultura do capacitismo. Disponível em: <https://dyskinesis.com/2016/08/16/a-cultura-docapacitismo/> Acesso em: 20 out. 2016

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciênc. saúde coletiva, 21(10), 2016a, p.3265-3276

_____. O que é capacitismo? Equipe Inclusive. 02 de dezembro de 2016 Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/29958> Acesso em 20 dez. 2016b

MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MOARES, M., KASTRUP, V. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010

ROJAS, J. E. A. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, M. L (Org.) Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. 2 ed. São Paulo: Veras, 1999 (Núcleos de Pesquisa)

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MOARES, M., KASTRUP, V. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010

SERPA, F. Rascunho digital. Diálogos com Felipe Serpa. Salvador: EDUFBA, 2011.

VENTURIELLO, Maria Pia. La trama social de la discapacidad. Cuerpo, redes familiares y vida cotidiana. Buenos Aires: Biblos, 2016.

NATUREZA: OPTATIVA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|----|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|----|----|-----|---|-------|-----------------------------------|-----|----|---|-----|---|
| ADMK24 - ACCS – Apoio e Fomento ao Ecosistema de Negócios de Impacto Socioambiental em Salvador | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Atividade | | | | | | | Submodalidade: ACCS | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E |
| 30 | | 30 | | | | 60 | 30 | P | 30 | | t | | 60 | 45 | P | 14 | P | | |

EMENTA:

Desenvolvimento de ações de apoio e fomento para os diferentes grupos de atores do ecossistema de Negócios de Impacto Socioambiental em Salvador. As ações ocorrem por meio do desenvolvimento de cursos de formação de acordo com o perfil e as demandas de diferentes grupos da comunidade, voltados para o desenvolvimento de planos de negócio, planos de desenvolvimento territorial, ou outro produto tecnológico



que possa contribuir para alterar a realidade local. Também há o desenvolvimento de ações de mentoria por grupos de alunos de diferentes cursos, coordenados pelos professores da disciplina

OBJETIVOS

Objetivo geral: Promover ações de apoio e fomento aos diferentes grupos de atores integrantes do ecossistema de Negócios de Impacto Socioambiental em Salvador.

Objetivos específicos: a) Realizar oficinas de formação para os diferentes grupos do ecossistema; b) Apoiar grupos por meio de mentorias; c) Desenvolver planos de negócios, planos de desenvolvimento, ou outro tipo de produto, a depender da demanda do grupo trabalhado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Olhar para o mundo:

- A1. Definir o problema;
- A2. Definir o posicionamento;
- A3. Definir o modelo operacional.

B. Escolher oportunidades:

- B1. Validar o mercado;
- B2. Definir o modelo operacional;
- B3. Divulgar a proposta de valor.

C. Multiplicar impactos:

- C1. Estruturar processo de vendas;
- C2. Estruturar plano de comunicação;
- C3. Estruturar cadeia de valor.

D. Evoluir continuamente:

- D1. Fortalecer esforço de vendas;
- D2. Ouvir o consumidor;
- D3. Desenvolver inteligência de mercado

METODOLOGIA

No semestre 2022.2 a ACCS será desenvolvida com: 1. Atividades presenciais na Eaufba para o planejamento das ações junto aos grupos apoiados; 2. Encontros presenciais na comunidade para atividades coletivas de fortalecimento dos grupos, apresentação de avanços, e também, para a abertura e o encerramento da disciplina; 3. Atividades remotas, síncronas e assíncronas, para desenvolvimento de atividades e acompanhamento dos grupos. Os estudantes da UFBA se reunirão semanalmente com os professores da disciplina para orientação e planejamento de interações e atividades junto aos grupos. Os alunos da UFBA ficarão responsáveis por se reunir com os grupos, em horário a combinar, para o desenvolvimento das atividades. Serão realizados eventos presenciais, com a participação de todos os grupos nas comunidades, ou em outros locais. Esse momento será reservado para atividades de fortalecimento e formação dos grupos, como também para apresentações dos avanços realizados pelos grupos. Ao longo do semestre serão propostas algumas sessões de mentoria, com especialistas nos temas que estiverem sendo abordados.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem privilegiará a dimensão formativa e processual, tendo os produtos tecnológicos desenvolvidos no decorrer do semestre como consequências da qualidade das atividades da ACCS. Assim, os alunos matriculados na ACCS e os participantes da comunidade serão avaliados considerando as seguintes atividades: ATIVIDADE NOTA Assiduidade e participação nas aulas presenciais, acompanhamento dos grupos e atividades na comunidade 3,0 Caderno de bordo de (elaboração de diário de campo mensal com relato das atividades desenvolvidas ao longo do mês) 7,0 São ainda apresentados enquanto indicadores quantitativos e qualitativos para avaliar a melhoria no desenvolvimento de competências previstas para os estudantes participantes: • Quantidade e qualidade das orientações aos grupos; • Qualidade das atividades desenvolvidas junto aos grupos e cumprimento de cronograma de



atividades proposto. São indicadores de avaliação da melhoria prevista para a atuação docente, tendo em vista o processo dialógico e de trocas com comunidades/grupos/segmentos da sociedade: • Qualidade didática proposta na atividade a partir da avaliação dos discentes e comunidade participante ao docente e equipe do projeto; • Possibilidade de participação em editais pelos grupos apoiados.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS PIPE SOCIAL. O que são negócios de impacto: características que definem empreendimentos como negócios de impacto. Pipe Social, Instituto de Cidadania Empresarial: ICE: São Paulo, SP, 2019 Disponível em: https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2019/11/ICEEstudo_Neg%C3%B3cios-de-Impacto-2019_Web.pdf (acesso em 29/04/2020). PÁGINA 22. A lógica de somar: investimentos e negócios de impacto vêm avaliar lucro e propósito. Eskenazi Indústria Gráfica: São Paulo, SP. Número 109, maio 2019. Disponível em: <http://ice.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/P22-109-FINAL-V2-simples.pdf> (acesso em 29/04/2020). BARKI, Edgard. Negócios de Impacto: tendência ou modismo? GVEEXECUTIVO, Rio de Janeiro:, v. 14, n. 1, Jan/Jun 2015. BARKI, Edgard; COMINI, Graziella; TORRES, Haroldo. Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019, Introdução, p. 11-16. OXFAM INTERNACIONAL. Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade (DOCUMENTO INFORMATIVO DA OXFAM), janeiro de 2020. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. (acesso em 29/04/2020). HART, Stuart L. Capitalismo movido por propósito. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella; TORRES, Haroldo. Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019, cap. 1, p. 19-24. CRUZ, Célia; QUITÉRIO, Diogo; SCRETAS, Beto. O ecossistema de fomento aos investimentos de impacto: rompendo fronteiras. Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019, cap. 2, p. 25-56. FIIMP (Fundações e Institutos de Impacto). FIIMP: Nossa jornada de aprendizado em Finanças Sociais e Negócios de Impacto. Relatório de Pesquisa, 2018. PIPE SOCIAL. 2º Mapa de Negócios de Impacto. Relatório de pesquisa, 2019.

NATUREZA: OPTATIVA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|---|----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Tópicos Especiais em Teorias da Administração Pública e Gestão Social I | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | | | P | t | | 30 | 30 | | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Teorias e debates contemporâneos no campo de da Administração Pública e Gestão Social com enfoque na compreensão teórico-crítica. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|-----|---|-------|--------------------------------------|-----|---|---|----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Tópicos Especiais em Teorias da Administração Pública e Gestão Social II | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| 30 | | | | | | 30 | 30 | | | P | t | | 30 | 30 | | | | | |



| |
|---|
| EMENTA: Teorias e debates contemporâneos no campo de da Administração Pública e Gestão Social com enfoque na compreensão teórico-crítica. |
| NATUREZA: OPTATIVA |

| | | |
|---|---|-----------------------------------|
| CÓDIGO – Tópicos Especiais em Contextos da Administração Pública e Gestão Social I | Departamento de Administração | Pré-requisito: não tem |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórica | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T T/P P PP Ext E Total 30 30 | T T/P P P Ex E Total 30 P t 30 | T T/P P PP Ext E 30 |
| EMENTA: Perspectivas e debates contemporâneos no campo de da Administração Pública e Gestão Social com enfoque na compreensão contextual. | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | |

| | | |
|---|---|-----------------------------------|
| CÓDIGO – Tópicos Especiais em Contextos da Administração Pública e Gestão Social II | Departamento de Administração | Pré-requisito: não tem |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórico-prática | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T T/P P PP Ext E Total 30 30 | T T/P P P Ex E Total 30 P t 30 | T T/P P PP Ext E 30 |
| EMENTA: Perspectivas e debates contemporâneos no campo de da Administração Pública e Gestão Social com enfoque na compreensão contextual. | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | |

| | | |
|---|---|-----------------------------------|
| CÓDIGO – Tópicos Especiais em Práticas da Administração Pública e Gestão Social I | Departamento de Administração | Pré-requisito: não tem |
| Modalidade: Disciplina | Submodalidade: Teórico-prática | Sistema de avaliação: nota |
| Carga Horária (estudante) | Carga Horária Docente/Turma | Módulo de Estudantes |
| T T/P P PP Ext E Total 30 30 | T T/P P P Ex E Total 30 P t 30 | T T/P P PP Ext E 30 |
| EMENTA: Práticas e debates contemporâneos no campo de da Administração Pública e Gestão Social com enfoque na compreensão técnico-instrumental. | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | |

| | | |
|---|--------------------------------------|-------------------------------|
| CÓDIGO – Tópicos Especiais em Práticas da Administração Pública e Gestão Social II | Departamento de Administração | Pré-requisito: não tem |
|---|--------------------------------------|-------------------------------|



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|---------------------------------------|-----|---|---|----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | t | | 30 | | 30 | | | | |
| EMENTA: Práticas e debates contemporâneos no campo de da Administração Pública e Gestão Social com enfoque na compreensão técnico-instrumental. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|----|-----|---|-------|--|-----|---|----|----|---|-------|-----------------------------------|-----|---|----|-----|---|
| LETE48 - LIBRAS I- LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NIVEL I | | | | | | | Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórica e prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ex | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 60 | | | | | 60 | | 60 | | | t | | 60 | | 60 | | | | |
| EMENTA: Estudo das características biológicas, socioculturais e linguísticas do surdo através do exame de seu desenvolvimento linguístico e sua inserção na sociedade e dos aspectos educacionais envolvidos em sua formação. Prática das estruturas básicas da Libras | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVOS: Objetivo geral: compreender os aspectos e implicações históricas, sociais, políticas, linguísticas e pedagógicas relacionados à surdez e seus desdobramentos na vida dos surdos. Objetivos específicos: 1. compreender os diferentes usos da Libras em situações cotidianas; 2. conhecer o vocabulário necessário à comunicação básica com o surdo. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| METODOLOGIA Aulas teóricas. Aulas práticas a partir do uso da Libras: diálogos curtos com vocabulário básico. Atividades em grupos, trios e pares para solução de exercícios, dramatizações, jogos, troca de informações, entrevistas e sessões de vídeos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I 1. Breve histórico sobre a educação de surdos; 2. Saudações – Apresentações – Nomes próprios – Soletração/Datilografia; 3. Numerais cardinais, ordinais e de quantidade; 4. Pronomes interrogativos; 5. Pronomes demonstrativos; 6. Pronomes possessivos. Unidade II 7. Legislação e políticas públicas na área; 8. Aspectos linguísticos das línguas de sinais; 9. Pronomes pessoais; 10. Advérbios de lugar e de tempo; 11. Calendário; 12. Estações do ano; 13. Meios e recursos de comunicação; 14. Transportes; Unidade III 15. Tópicos em Literatura Surda; 16. Família; 17. Profissões; 18. Verbos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA Bibliografia Básica CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. São Paulo: EDUSP, 2008. FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do Estudante. Rio de Janeiro: Wallprint Gráfica e Editora, 2007. GESSER, A. LIBRAS?: Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004. SKLIAR, C. Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Interfaces entre Pedagogia e Linguística. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. Bibliografia Complementar BRITO, I. dos A.; MEDEIROS, J. R.; BENTO, N. A.; RODRIGUES, N. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. Odeere – Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, v. 6, n. 1, p. 209-232, 2021. DOI: 10.22481/odeere.v6i01.8533. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/8533> FERNANDES, E. (org.). Surdez e Bilinguismo. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. FERREIRA-BRITO, L. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. MACHADO, P. C. A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: UFSC, 2008. QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 1997. QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. TEIXEIRA, E.; MARINHO, E. O letramento de surdos em escolas especiais em Salvador, Bahia. In: MIRANDA, T. (org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

NATUREZA: OPTATIVA

| LETB36 – LÍNGUA ESPANHOLA EM NÍVEL BÁSICO | | | | | | | Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
|--|-----|------------|----|-----|---|------------|--|-----|------------|---|-----|---|------------|-----------------------------------|-----|-----------|----|-----|---|
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | P | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | | 102 | | | | 102 | | | 102 | | | | 102 | | | 30 | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estudo de estrutura da língua espanhola que levem à comunicação oral e escrita em nível básico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVOS: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objetivo Geral: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Desenvolver as quatro competências/habilidades escritas e orais em nível básico, bem como a competência/habilidade socio/intercultural do aprendiz. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objetivos Específicos: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecer o input necessário através de atividades didáticas eficazes para o desenvolvimento da interlíngua; | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estimular a reflexão metalinguística dos estudantes quanto a sua L1 em comparação com a L2, para que possam gerenciar conscientemente os seus conhecimentos linguísticos; | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Desenvolver a autonomia de aprendizagem mediante o uso de estratégias variadas; e incentivar o espírito investigativo para o (re)conhecimento do espanhol em suas variedades, de maneira que se possa explorar efetivamente uma perspectiva de estudo intercultural, atentando para a heterogeneidade das línguas e culturas hispânicas. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elaborar discursos simples em língua espanhola coerentes, coesos e adequados aos contextos comunicativos dados, sabendo cooperar na produção de sentido em situações comunicativas autênticas; | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Abordar diversos aspectos fonéticos, fonológicos e ortográficos do espanhol em nível básico; | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Conhecer e aprender as estruturas sintáticas simples da língua espanhola de forma contextualizada; | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Desenvolver o repertório léxico-gramatical do discente em língua espanhola (nível básico) para poder, assim, potencializar capacidades e habilidades orais e escritas. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Conteúdos discursivos: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Descritivo (Seleção lexical para enumeração, detalhamento). | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Injuntivo/prescritivo. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dar conselhos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dar ordens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recomendações | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



Conteúdos textuais:

Histórias em quadrinhos
Postais
Carta de apresentação
Correio eletrônico
Blog/diário
Agenda
Receita
Anúncios publicitários
Manuais de Instrução

Conteúdos fonéticos, fonológicos e ortográficos:

Nível Segmental: palavras e frases.
Sons (distintivos e não distintivos)
Líquidas (vibrantes e laterais)
A abertura/nasalização das vogais orais
Oclusivas sonoras intervocálicas.

Conteúdos gramaticais:

Verbos ser/estar, tener/haber
Artigos, Preposições, Numerais, Apócope
Acentuação
Verbo gustar
Presente do indicativo, (formas regulares e irregulares)
Imperativo
Perífrase de futuro, Perífrase de gerúndio.
Verbos pronominais
Pronomes Sujeito, Demonstrativos e Possessivos
Pronomes complemento, Complemento de pessoa

Conteúdos lexicais:

Nacionalidades, Países, Numerais, Partes do corpo, Cômodos, Objetos escolares, Profissões, Alimentos, Esportes, Natureza, Viagem, Festividades, Adjetivos, Advérbios, Falsos amigos.

Conteúdos socioculturais:

Alimentação e hábitos alimentares no âmbito hispânico
Festividades e eventos de diversos países

METODOLOGIA

As aulas serão expositivo/dialogadas, integralmente em espanhol, atentando para as quatro habilidades/competências, ficando a cargo do docente a seleção da perspectiva didática a ser empregada.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica
BOSQUE Ignacio; DEMONTE, Violeta (Org.). Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Tomo I. Madrid: Espasa Calpe, 2000
FANJUL, Adrian (org.) Gramática y práctica de español. São Paulo: Santillana/Moderna, 2005.
GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Gramática didáctica del español. São Paulo: SM, 2005.
MATTE BON, Francisco. Gramática Comunicativa del Español. Madrid: Edelsa, 2000.
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Nueva gramática de la lengua española. Madrid: Espasa Libros, 2010



Bibliografia Complementar
 CASSANY, D. (1995): La cocina de la escritura. Barcelona: Anagrama, 1995
 FUENTES, Carlos. El espejo enterrado. México: FCE, 1993.
 FUENTES RODRÍGUEZ, Catalina. El comentario Lingüístico-Textual. Madrid: Arco/Libros, 1998.
 ORLANDI, Eni. Discurso & Leitura. Campinas: Unicamp, 1997.
 REYES, Graciela. Cómo escribir bien en español. Madrid: Arco/Libros, 1999.

NATUREZA: OPTATIVA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|---|----|-----|---|-----------|---------------------------------------|-----------|---|----|-----|---|-----------|-----------------------------------|-----------|---|----|-----|---|
| CÓDIGO – Mobilidade, Internacionalização e Intercâmbio Universitários | | | | | | | Departamento de Administração | | | | | | | Pré-requisito: não tem | | | | | |
| Modalidade: Disciplina | | | | | | | Submodalidade: Teórico-Prática | | | | | | | Sistema de avaliação: nota | | | | | |
| Carga Horária (estudante) | | | | | | | Carga Horária Docente/Turma | | | | | | | Módulo de Estudantes | | | | | |
| T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E | Total | T | T/P | P | PP | Ext | E |
| | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | | 30 | | 30 | | | | |
| EMENTA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cultura e competência intercultural para a realização de intercâmbios. Programas e formas de mobilidade acadêmica e internacionalização universitárias. A Assessoria de Relações Internacionais da UFBA. Mobilidade entre IFES. AIESEC e outras entidades de promoção de intercâmbio. Programas públicos de intercâmbio (CAPES, CNPQ, FAPESB, etc.). Bolsas de intercâmbio promovidas por sistemas de representação internacional. A preparação para um processo de mobilidade ou intercâmbio: hospedagem, alimentação, transporte, matrícula, vestuários etc. A questão do domínio da língua em processos de intercâmbio. Bolsas e outras estratégias de financiamento de gastos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NATUREZA: OPTATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

ANEXOS



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO E ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de normatizar as atividades de orientação e supervisão das práticas de **Estágio Não-Obrigatório** e **Estágio Obrigatório** exigidas pelo currículo deste curso, resolve:

Art. 1º - Ficam regulamentadas as atividades de orientação e supervisão do **Estágio Não-Obrigatório** e do **Estágio Obrigatório**, respeitadas a legislação nacional vigente de estágio (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelados. CNE. RESOLUÇÃO Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, a Resolução nº 03, de 13 de novembro de 2019, do CAE-UFBA e o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social.

DOS PRINCÍPIOS, CONCEITUAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 2º - Os **Estágios Não-Obrigatório** e **Obrigatório** são vínculos educativo-profissionalizantes, orientados, supervisionados e desenvolvidos que integram o projeto pedagógico do curso, interligados por um conjunto de atividades de aprendizagens profissionais relacionadas às áreas de formação desejadas nas quais o estudante será orientado a participar como parte fundamental do itinerário formativo que integralizam o curso.

§ 1º - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, mas o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada entre as partes, ressalvando o que dispuser a Legislação Previdenciária nacional, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar com matrícula e frequência regular no curso, além dos requisitos previstos neste Regulamento.



§ 2º - A jornada das atividades dos **Estágios Não-Obrigatório** e **Obrigatório** poderá ser realizada em mais de uma organização concedente, desde que não exceda o limite acumulado de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, conforme definido na legislação em vigor.

§ 3º - A duração do contrato dos **Estágios Não-Obrigatório** e **Obrigatório**, na mesma instituição concedente não poderá ultrapassar 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 3º - O **Estágio Não-Obrigatório** é atividade opcional, complementar à formação do acadêmico e realizada por livre escolha do estudante regularmente matriculado no curso.

§ 1º - Para efeitos de integralização da carga horária, o **Estágio Não-Obrigatório** poderá ser realizado a partir do 2º semestre letivo, respeitando as competências profissionais a serem desenvolvidas nos períodos formativos.

§ 2º - O estudante que optar pela realização do **Estágio Não-Obrigatório** será orientado por um Professor Orientador, indicado pelo Colegiado do Curso, que será responsável pelo acompanhamento das atividades, procedimentos e instrumentos previstos neste Regulamento.

§ 4º - É assegurado ao estudante que optar por realizar Estágio Não-Obrigatório, o gozo de recesso, preferencialmente, durante as férias escolares, de um período de 30 dias após o período igual ou superior a 1 (um) ano de atividades de estágio ou um período proporcional aos dias trabalhados, caso a duração do estágio seja menor do que 01 (um) ano.

Art. 4º - O **Estágio Obrigatório** é atividade indispensável para a conclusão do curso, sendo integralizado ao currículo do estudante por meio de matrícula no componente Estágio Curricular a partir do 6º semestre letivo.

§ 1º – Para matricular-se no componente Estágio Curricular, o estudante deverá ter cursado componentes curriculares associados às dimensões formativas previstas neste Projeto Pedagógico.



§ 2º - O estudante matriculado no componente Estágio Obrigatório será orientado pelo Professor Orientador que corresponderá ao docente da disciplina.

§ 3º – A integralização da carga horária prevista no componente **Estágio Curricular** envolve 135 horas divididas em dois momentos integrados ao longo de 01 (hum) semestre letivo, quais sejam: as atividades em campo (105 horas) e as atividades em sala de aula (30 horas).

§ 4º - Caso o estágio seja interrompido no decorrer do curso do componente Estágio Curricular, o estudante poderá integrar-se a outra organização para que cumpra a carga horária prevista.

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES DO ESTÁGIO

Art. 5º - A realização das práticas de **Estágios Não-Obrigatório** e **Obrigatório** tem por objetivo garantir a efetiva participação do estudante em situações reais do mundo do trabalho em organizações que desenvolvam atividades relacionadas ao conteúdo teórico e prático previsto no Projeto Pedagógico do curso e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, visando a aplicação dos conhecimentos teóricos, contextuais e técnicos adquiridos na formação acadêmica, assim como estimular o aperfeiçoamento e complementação das aprendizagens práticas e o desenvolvimento pessoal, social, profissional e cultural do educando, devendo, ainda:

- I - Ampliar os conhecimentos acerca da natureza, desafios e perspectivas das mudanças que incidem sobre os processos e políticas de gestão e gerenciamento das organizações;
- II - Proporcionar oportunidades de inserção no mundo do trabalho em aderência aos diferentes níveis de conhecimento e práticas desenvolvidas nos itinerários formativos que integralizam o curso;
- III - Oportunizar que conheçam, por meio da vivência pessoal e profissional, como as organizações estabelecem suas relações internas e externas;
- IV - Desenvolver competências para atuar em diferentes organizações considerando as áreas técnico-instrumentais do curso para seu desempenho profissional, contribuindo também para o desempenho de sua própria carreira;



- V - Possibilitar a compreensão do comportamento das organizações, a partir do entendimento de suas funções sociais, considerando, em especial, as singularidades e correlações existentes entre as organizações nas quais poderá atuar;
- VI - Aperfeiçoar sua capacidade como gestor por meio do domínio de abordagens teóricas consistentes e do uso de técnicas administrativas adequadas que o capacitem a realizar atividades de investigação, análise e avaliação de processos de gestão e/ou gerenciamento;
- VII - Desenvolver hábitos de estudos e de pesquisa aplicada dirigidas para guiar processos contínuos de aprendizagem individual, profissional e organizacional;
- VIII - Desenvolver outras competências correspondentes, em convergência com os princípios e diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso.

DAS COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Art. 6º - As atividades de **Estágios Não-Obrigatório** e **Obrigatório** devem contribuir para o desenvolvimento de competências profissionais convergentes com o perfil do egresso definido neste Projeto Pedagógico e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, dentre as quais, destacam-se:

- I. Articulação de conhecimentos teóricos, contextuais e técnicos que qualifique sua atuação profissional, mediante a utilização de generalizações de conhecimentos e técnicas administrativas e/ou de desenvolvimento/transferência de tecnologias em gestão;
- II. Desenvolvimento de raciocínio lógico, crítico e analítico que o capacite a trabalhar com valores e formulações objetivas e subjetivas que o qualifique a estabelecer inter-relações formais e causais entre fenômenos organizacionais complexos;
- III. Reconhecimento, definição e/ou equacionamento de problemas e conflitos organizacionais e sociais que afetam, direta ou indiretamente, a dinâmica dos processos institucionais, organizacionais e administrativos que envolvem negociação e adaptabilidade;
- IV. Pensamento estratégico dos fenômenos institucionais, organizacionais e administrativos, de modo a se preparar para uma atuação profissional qualificada e efetiva como gestor;
- V. Autoconhecimento e autonomia para desenvolver e estabelece métodos próprios de estudos e práticas profissionais, de modo a administrar adequadamente seu tempo e espaço de trabalho;



- VI. Atuação em equipes multidisciplinares em busca de soluções institucionais, organizacionais e administrativas criativas que propiciem uma maior integração das pessoas nas organizações;
- VII. Compreensão dos ‘fenômenos administrativos’ (gestão e gerência) como integrados, de forma indissociada, revelando-se como ações sistêmicas e estratégicas que envolvem aspectos políticos e técnicos bem como internos e externos;
- VIII. Reconhecimento da necessidade que o gestor público e gestor social tem de investir, continuamente, no seu aperfeiçoamento pessoal e profissional;

DAS MODALIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 7º - Para que seja integralizada como carga horária prevista no componente Estágio Curricular, o **Estágio Obrigatório poderá ser** desenvolvido nas seguintes modalidades:

I - **Estágio Organizacional** – abrange as atividades profissionais desenvolvidas em um contexto de trabalho relacionado às linhas de formação do curso que proporcionem aprendizagem profissional ao estudante a serem realizadas em organizações públicas, sociais e/ou empresariais (desde que atuem, diretamente, em ações públicas);

II - **Iniciação Científica (Pesquisa)** – abrange a prática de iniciação científica desenvolvida em grupos de pesquisa e sob a orientação de professor vinculado a grupos/projetos de pesquisa relacionados às linhas de formação previstas neste Projeto Pedagógico;

III - **Monitoria** – programa pedagógico, remunerado ou voluntário, com a finalidade de assegurar e intensificar a cooperação entre estudantes e professores nas atividades básicas de ensino;

IV - **Extensão** - Atividades Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), Programas, Projetos, Cursos e Oficinas, Eventos, Residência Social, Prestação de Serviços, Laboratórios e outras atividades de extensão conforme descritas na respectiva seção que integra o Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo Único - As atividades previstas nos incisos II, III e IV serão integralizadas como Estágio Obrigatório desde que não sejam integralizadas como carga horária de extensão ou atividades



complementares e desde que correspondam aos objetivos, finalidades e às competências a serem desenvolvidas pelo Estágio.

Art. 8º- Os estudantes que são funcionários de organizações ou microempreendedores individuais com atuação nas linhas de formação previstas no Projeto Pedagógico do Curso, podem convalidar as atividades desenvolvidas como **Estágio Obrigatório**, desde que atendam os procedimentos para a realização do componente Estágio Curricular e as orientações do respectivo professor.

Art. 9º - Na modalidade Iniciação Científica o estudante poderá entregar, ao concluir seu período de **Estágio Obrigatório**, um Relatório Final na forma de Artigo Científico ou Tecnologia de Gestão Social:-

Parágrafo Primeiro - Não serão aceitos como Relatório de **Estágio Obrigatório** na modalidade Iniciação Científica artigos ou tecnologias com o mesmo conteúdo apresentado por dois ou mais alunos.

DOS TIPOS/CAMPOS DE ORGANIZAÇÕES E ÁREAS/TEMAS DE ATUAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO

Art. 10º - As linhas de formação previstas no Projeto Pedagógico do Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social serão a base de definição do campo e das atividades dos **Estágios Não-Obrigatório e Obrigatório**.

Art. 11º - São partes constituintes do campo de **Estágios Não-Obrigatórios e Estágios Obrigatórios** entidades que integrem um dos seguintes tipos de organizações:

I - **Organizações Públicas** - nesse conjunto diversificado encontram-se organizações que representam entidades da Administração Pública Direta (circunscritas aos poderes executivo, legislativo e judiciário e as instâncias governamentais que integram a União, Estados-Membros e



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Municípios); as entidades que integram a Administração Pública Indireta (circunscritas às autarquias, fundações, Bancos Públicos, Empresas Mistas, entre outras);

II - Organizações Não-Governamentais/Organizações da Sociedade Civil – nesse conjunto diversificado encontram-se organizações que representam os interesses sociais e políticos da sociedade civil que podem ser instituições filantrópicas, fundacionais, cooperativas, associativas, entre outras;

III - Organizações Empresariais– nesse conjunto diversificado encontram-se organizações privadas que prestam serviços concessionários e permissionários de serviços públicos que representam interfaces com os instrumentos próprios do setor público e/ou da gestão social. A escolha do estudante por uma organização concedente que integre esse grupo está condicionada à manifestação prévia do orientador-acadêmico ou professor orientador que verificará a pertinência do estágio, em acordo com as atividades desenvolvidas pela empresa e o perfil da formação desenhado no curso.

DOS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

Art. 12º - Em conformidade com os normativos vigentes são os seguintes os instrumentos que regulam as atividades de Estágios Não-Obrigatório e Obrigatório:

I – Termo de Compromisso de Estágio (TCE) a ser celebrado entre estudante (ou seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz), a parte concedente do estágio e o Professor Orientador, representando a instituição de ensino;

II - Plano de Atividades de Estágio contendo identificação do estagiário, da instituição concedente em que pretende realizar o estágio, do professor orientador e do supervisor de estágio, local, período e número total de horas do estágio, justificativa da escolha da área de atuação e da instituição em que pretende realizar o estágio e descrição das atividades a serem desenvolvidas e suas expectativas quanto ao estágio;

III – Relatório de Atividades desenvolvidas pelo estudante.

§ 1º - Na modalidade Iniciação Científica o vínculo do **Estágio Obrigatório** é com a Unidade de Ensino onde o Projeto de Pesquisa está alocado, o que implica que o Termo de Compromisso de



Estágio (TCE) será assinado pelo(a) Diretor(a) da referida Unidade, que assume o papel de parte concedente do estágio.

§2º - Caso haja o descumprimento do Termo de Compromisso do Estágio (TCE) ou manifestação de desejo de interrupção de estágio por qualquer uma das partes, a organização concedente e o estagiário deverão entregar ao Professor Orientador o Relatório de Atividades juntamente com o Termo de Distrato.

DA ESTRUTURA DE GESTÃO, ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Art. 13º - A gestão dos **Estágios Não-Obrigatório e Obrigatório** envolverá a seguinte estrutura organizacional que atuará de forma articulada para garantir os objetivos das referidas atividades:

- I - Colegiado do Curso;
- II - Núcleo de Apoio Acadêmico e Profissional ao Estudante (NAAPE);
- III - Professor Orientador;
- IV - Supervisor do Estágio da Organização Concedente;

Art. 14º - Caberá ao **Colegiado do Curso** assumir as seguintes atribuições e responsabilidades:

- I – Designar os Professores Orientadores que serão responsáveis pelo acompanhamento do Estágio Não-Obrigatório;
- II - Definir e acompanhar a execução da política de **Estágios Não-Obrigatório e Obrigatório** do curso de Administração Pública e Gestão Social, de acordo com os objetivos da formação;
- III - Articular-se com as instâncias superiores da Universidade e da Escola de Administração para tratar de assuntos relativos ao Estágio;
- IV - Coordenar a atualização deste Regulamento, quando couber, submetendo-o à aprovação da congregação;
- V - Estimular a troca de experiências de estágio entre as disciplinas e corpo docente do curso;



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

EAUFBFA

VI - Designar um docente que integra o quadro do Colegiado para ser responsável em acompanhar as atividades de Estágio.

Parágrafo Único - Fica limitado o número máximo de 30 (trinta) estudantes por professor orientador por semestre letivo, segundo resolução 02/2009 do CONSEPE/UFBA.

Art. 15º - Compete ao **Núcleo de Apoio Acadêmico e Profissional ao Estudante (NAAPE)** da EAUFBFA:

I - Proporcionar, formalizar e acompanhar as experiências práticas de estágio dos estudantes da EAUFBFA;

II - Atuar como responsável pela gestão das atividades dos estágios, em consonância com a proposta pedagógica dos cursos de graduação.

III - Articular-se com as instâncias superiores da Universidade e da Escola de Administração para tratar de assuntos relativos ao Estágio;

IV - Fazer a gestão da documentação de estágio, assumindo a responsabilidade pela análise, tramitação, anuência, registro e arquivamento dos documentos de formalização, acompanhamento e encerramento dos estágios sejam eles Obrigatórios ou Não- Obrigatórios;

V - Orientar a organização concedente, o supervisor, o estudante e os professores orientadores sobre os processos de estágio estabelecidos pelo NAAPE, em conformidade com a legislação de estágio vigente, Lei 11.788/2008;

VI - Produzir e atualizar modelo de Plano de Atividades de Estágio e de Relatório de Atividades de Estágio.

VII - Participar de discussões junto a outras Instituições de Ensino Superior, Agências de Integração e Concedentes de Estágio, com o objetivo de conhecer as inovações tecnológicas referentes às práticas de acompanhamento e avaliação dos estágios;

VIII - Receber, analisar e divulgar na EAUFBFA informações sobre oportunidades de estágio compatíveis com os Projetos Pedagógicos dos cursos de Bacharelado oferecidos pela Escola;



IX - Elaborar e manter atualizado o Cadastro do Perfil e Interesses dos Estudantes com dados sobre as áreas de preferência para a realização dos estágios e outras informações relevantes sobre o perfil acadêmico e profissional dos discentes;

X - Manter Cadastro dos Estudantes em Estágio, com o objetivo de apoiar as atividades de acompanhamento pelo Orientadores Acadêmicos e Professores Orientadores, privilegiando as seguintes informações: informações da concedente, supervisor, atividades desenvolvidas, períodos de entrega de relatórios semestrais e finais, previsão contratual de encerramento, dentre outras;

XI - Manter Cadastro das Organizações Parceiras e das Agências Integradoras atualizado para subsidiar a política de identificação de possibilidades de estágios nas áreas de interesse dos cursos oferecidos pela EAUFBA;

XII - Disponibilizar aos estudantes, bem como às organizações concedentes, quando solicitado, os modelos de documentos de estágio adotados pela EAUFBA para celebração e acompanhamento dos estágios;

XIII – Ofertar, com apoio do colegiado do Curso e sob demanda dos Professores Orientadores, atividades dirigidas à preparação dos estudantes para as práticas de Estágio Não-Obrigatório.

Parágrafo Único – O NAAPE será coordenado por docentes designados pela Congregação da Escola e terá, na sua composição, os docentes do componente Estágio Curricular.

Art. 16º - O **Professor Orientador**, terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

I - Auxiliar os estudantes na seleção de oportunidades de estágio que melhor atenda às linhas de formação e competências esperadas no perfil de egresso do curso;

II - Assinar, na condição de representante da Instituição de Ensino, o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) celebrado com a organização concedente e o estudante;

III - Orientar a elaboração do Plano de Atividades de Estágio e do Relatório de Atividades de Estágio;

IV – Monitorar o cumprimento do Plano de Atividades de Estágio, durante a vigência do Termo de Compromisso;

V - Definir agenda de orientação, bem como acompanhar o desenvolvimento das atividades e desempenho nos estágios, entrando em contato com a Organização Concedente sempre que necessário;



VI - Visitar, realizar entrevistas remotas ou aplicar formulários de avaliação junto ao Supervisor do Estágio da Organização Concedente, ao menos uma vez em cada semestre, para verificar as condições de desenvolvimento do Estágio pelo estudante, assim como para estabelecer vínculos institucionais com a organização concedente como forma de fortalecer a inserção dos nossos estudantes no mundo do trabalho;

VII – Avaliar para aprovação ou para a recomendação de alterações o Relatório Semestral de Atividade produzido pelo estudante, e encaminhá-lo ao Colegiado do Curso com vistas ao NAAPE.

§1º - Havendo correções ou complementações a serem feitas pelo estudante na estrutura do Relatório de Atividades de Estágio, o professor orientador deverá informar o estudante para conhecimento e alterações;

§2º Para além dos instrumentos previstos no Art. 10º deste Regulamento, o Professor Orientador, no curso do componente Estágio Curricular, poderá desenvolver atividades convergentes com as linhas de formação do curso, como atividades de análise e proposição de soluções para problemas de gestão, elaboração de memorial profissional , dentre outras atividades.

Art. 17º - Compete ao **Supervisor da Organização Concedente** dos Estágios Não-Obrigatório e Obrigatório:

I - Atuar diretamente com o para o desenvolvimento do estudante;

II - Supervisionar a elaboração do Plano de Estágio no que diz respeito ao conteúdo técnico e em convergência com as competências que o estudante necessitará desenvolver para qualificar sua inserção no mundo do trabalho;

III - Acompanhar o estudante quanto à adoção de posturas éticas e técnicas adequadas para a execução das atividades de Estágio e qualificação profissional;

IV - Orientar e dirimir dúvidas de caráter técnico e comportamental, referentes às atividades previstas no Plano de Atividades aprovado;

V - Avaliar o desempenho do estudante durante o desenvolvimento das atividades práticas, por meio de preenchimento de formulário recomendado pelo NAAPE.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Parágrafo Único – O Supervisor e a ser designado pela Organização Concedente deverá ter experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso, conforme definições apresentadas no Projeto Pedagógico.

Art. 18º – É de responsabilidade do **Estudante/Estagiário**:

I - Selecionar a modalidade, área, campo, tema e o local de realização do estágio, considerando as orientações do Projeto Pedagógico do Curso e as determinações deste Regulamento;

II - Observar todos os requisitos para cada modalidade de **Estágio Obrigatório** presente neste Regulamento;

III - Providenciar os documentos constantes nesse Regulamento referentes aos requisitos e procedimentos para a realização dos **Estágios Não-Obrigatório e Obrigatório**, bem como as declarações e/ou comprovações exigidas para cada modalidade, quando couber;

IV - Elaborar e entregar os Relatórios de Atividades de Estágio, assim como proceder às revisões solicitadas pelo Professor Orientador.

Parágrafo Único - O estudante que não cumprir adequadamente o cronograma de trabalho e/ou não apresentar desempenho condizente com o esperado para um estágio consistente (por meio da presença constante nas reuniões de orientação e, principalmente, pela apresentação de resultados intermediários, com a qualidade e profundidade determinadas pelo Professor Orientador) deverá mudar de modalidade de estágio ou, em casos mais graves, reiniciar o processo.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19º - Os casos omissos do presente regulamento serão analisados e resolvidos pelo Colegiado do curso em conjunto com o Professor Orientador e a coordenação do NAAPE.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Nos termos do Art. 92 do Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da UFBA, de 10/12/2014, atualizado pelo Conselho de Ensino por meio da Resolução CAE nº 03/2017; na Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração Pública, o Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia resolve:

Art.1º - A elaboração, apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é **requisito obrigatório** para obtenção do diploma de bacharel em Administração Pública e Gestão Social do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Art. 2º - O TCC é uma atividade que visa o desenvolvimento, de forma articulada e crítica, de reflexão teórico-prática sobre os conteúdos trabalhados ao longo de todo e será realizado **individualmente pelo estudante** com a orientação de um professor orientador.

Art. 3º - Para subsidiar a elaboração do TCC e, como requisito para a integralização da carga horária prevista para esta atividade, serão ofertados os componentes curriculares Elaboração de Projeto de TCC e TCC sendo, o cumprimento do primeiro componente curricular, pré-requisito para o segundo, salvo em casos excepcionais deliberados pelo Colegiado do Curso.

§1º - Os componentes curriculares Elaboração de Projeto de TCC e TCC integram a trilha formativa intitulada *Produção e Disseminação de Conhecimentos e Inovações* prevista no Projeto pedagógico do curso e que também envolve os seguintes componentes curriculares: Teoria do Conhecimento e Iniciação Científica, Métodos Qualitativos e Quantitativos aplicados à Gestão, Elaboração de Projeto de TCC e Trabalho de Conclusão de Curso.

§2º - Por ser uma atividade educacional que envolve a compreensão e articulação sistemática do conhecimento desenvolvido no decorrer do curso, apesar da existência de componentes curriculares



específicos (Elaboração de Projeto de TCC e TCC), entende-se que o tema e modalidade do TCC devem ser despertados no estudante ao longo da sua trajetória acadêmica, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º - O TCC deve versar sobre **temas de interesse da APGS** inseridos na dinâmica da realidade local, regional, nacional e global e deve conter **reflexões teórico-prática-metodológicas e/ou apresentação de proposições para soluções de problemas públicos e sociais** enfrentados no âmbito das organizações públicas (estatais e não-estatais) e das políticas públicas.

Parágrafo único - O TCC poderá ser apresentado na forma de **monografia, de artigo científico ou de tecnologia social**, de acordo com o perfil do estudante e seus objetivos e vivências pessoais, e de acordo com o tema e objeto de estudo escolhidos e, em todos os casos deve conter, no mínimo:

- I. Tema da pesquisa
- II. Objetivos
- III. Formulação de problema, hipóteses e/ou questões de pesquisa
- IV. Justificativa
- V. Literatura que constitui o embasamento teórico
- VI. Procedimentos metodológicos
- VII. Fontes bibliográficas, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 5º - O estudante que optar pela modalidade de TCC Monografia, em consonância com os requisitos apresentados no art. 4º, deverá contemplar a seguinte composição textual:

- I. Elementos pré-textuais: capa; folha de rosto; termo de aprovação; parecer da Banca Examinadora; agradecimentos (opcional); dedicatória (opcional); lista de gráficos e tabelas (opcional); sumário; resumo; abstract;
- II. Elementos textuais: Introdução; Desenvolvimento ou corpo do trabalho, dividido em capítulos; Conclusão ou Considerações finais;
- III. Elementos pós-textuais: referências bibliográficas, de acordo com os critérios da Associação



Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); anexos (opcional).

Parágrafo único - O TCC deverá ter, no mínimo, 30 (trinta) páginas e, no máximo, 80 (oitenta) páginas.

Art 6º - O estudante que optar pela modalidade de TCC artigo científico, em consonância com os requisitos apresentados no art. 4º, deverá contemplar as seguintes condições:

- I. O artigo deverá atender ao objetivo do TCC, conforme disposto no Art. 2º deste Regulamento, especialmente, o objetivo de articulação dos conteúdos teórico-práticos desenvolvidos ao longo do curso;
- II. Não serão aceitos artigos publicados em período que antecede o ingresso do estudante no curso;
- III. O artigo deverá conter o nome do aluno como primeiro autor;
- IV. Ser submetido à avaliação por pares em periódico que conste no Qualis da Capes (Classificação B, no mínimo), JCR (Journal Citation Report), Scielo ou Scopus ou, ser submetido à avaliação de Conselho Editorial, se publicado como capítulo de livro;
- V. A publicação do artigo não dispensará o estudante da apresentação do TCC perante uma banca de avaliação que emitirá parecer atestando o atendimento aos requisitos previstos no Art. 4º desde Regulamento, além dos requisitos aqui enumerados.

Art 7º - O estudante que optar pela modalidade de TCC tecnologia social, em consonância com os requisitos apresentados no art. 4º, deverá apresentar documento técnico com os resultados do trabalho, o que poderá se dar no formato de nota técnica, relatório ou outro formato de texto comum a essa modalidade de experiência.

§1º – Por tecnologia social compreende-se todo resultado de trabalhos desenvolvidos por atores tais como o estado, a sociedade civil e o próprio mercado, tendo como objetivo a diminuição de dramas sociais a partir das interações e apropriações de artefatos e tecnologias por parte de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, minorias sociais, grupos sociais objeto de discriminação e exclusão social visando transformação social.



§2º - A tecnologia social pode tomar a forma de técnicas, processos, produtos ou metodologia de gestão social e deve atender ao requisito da replicabilidade, de modo a ampliar a possibilidade de apropriação e socialização de seus resultados.

Art 8º - As atividades que envolvem o TCC serão **organizadas pelo Colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social** ao qual compete:

- I. garantir o planejamento da matrícula dos estudantes nos componentes curriculares Elaboração de Projeto de TCC e TCC;
- II. elaborar cronograma semestral de atividades de TCC;
- III. garantir a orientação de um professor orientador para cada estudante matriculado nos componentes TCC considerando aderência entre eles quanto aos temas ou abordagem metodológica;
- IV. monitorar o número de alunos orientados por professor orientador e divulgar, a cada semestre letivo, os nomes dos professores em condições para orientar.
- V. aprovar a alteração de orientadores em casos especiais;
- VI. aprovar a designação de membros para as bancas examinadoras dos TCCs;
- VII. divulgar a realização das bancas de defesa do TCC visando, inclusive, estimular os demais estudantes à participação;
- VIII. providenciar os documentos necessários à formalização da avaliação, aprovação e cumprimento do TCC;
- IX. providenciar locais e horários destinados às apresentações públicas dos TCCs;
- X. providenciar cópia impressa do TCC caso requerido por algum integrante da banca avaliadora;
- XI. providenciar o arquivamento, em meio digital, dos TCCs aprovados;
- XII. elaborar e manter atualizadas as atas e demais registros das apresentações e avaliações dos TCCs;
- XIII. encaminhar a versão final dos TCCs aprovados para o Repositório Institucional da UFBA.

Parágrafo Único – o Colegiado do Curso deve indicar um dos seus membros como articulador de TCC visando compartilhar as obrigações atinentes ao componente de TCC, mobilizando assim



estudantes e professores em prol das defesas públicas dos referidos trabalhos e os respectivos encaminhamentos pós defesa.

Art. 9º Como atividade de formação articuladora do processo de aprendizagem, o estudante será supervisionado por um professor orientador, a quem compete:

- I. elaborar, em conjunto com o estudante, uma agenda de atividades que deve prever encontros para escuta e discussão sobre o objeto de trabalho escolhido, discussão sobre referencial teórico e metodológico e indicação de referenciais adicionais e/ou alternativos, discussão sobre a modalidade de TCC escolhida pelo estudante visando avaliar a adequação ao objeto estudado, o interesse e potencial do estudante para realizá-lo, além do cronograma de entregas do texto, revisão e correção;
- II. organizar a banca de avaliação (identificar e contatar docentes, definir data e horário) e submetê-la à aprovação do Colegiado;
- III. Enviar ao(s) avaliador(es) da banca a versão final do TCC e, caso seja requerido uma cópia impressa, solicitar providências junto à Secretaria do Colegiado do Curso.
- IV. garantir o registro da nota final no Sistema Acadêmico após a apresentação e avaliação do TCC;

Parágrafo único – em caso de necessidade de interrupção dos trabalhos, o orientador deverá comunicar ao Colegiado do curso e solicitar imediatamente a designação de outro professor orientador.

Art. 10º - São condições para a realização das atividades previstas no TCC e, conseqüentemente, para que o estudante esteja apto a obter diploma de Bacharel em Administração Pública e Gestão Social:

- I. Estar em condições de obter todos os créditos de disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como de integralizar carga horária de atividades complementares e de comprovar a realização de estágio obrigatório, necessários para a conclusão do curso no semestre;
- II. Matricular-se no componente Curricular TCC e informar ao Colegiado do Curso sobre escolha de professor-orientador de acordo com a aderência à linha de pesquisa integrada pelo mesmo;
- III. Escolher um tema para pesquisa alinhado às linhas de pesquisa previstas no Projeto



- Pedagógico do curso e, preferencialmente, articulado com experiências vivenciadas nas Atividades Curriculares em Comunidades, atividades de Extensão realizadas durante o curso ou ainda, Atividades Complementares, Estágio (obrigatório ou não-obrigatório).
- IV. Participar da produção da agenda de atividades, comprometer-se com as mesmas e respectivos prazos mantendo permanente contato com o professor orientador;
 - V. Enviar para o Colegiado do Curso cópia digital em formato PDF, da versão final do TCC aprovado, com os eventuais ajustes sugeridos pela banca examinadora, no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias após a apresentação pública do trabalho.
 - VI. Comprometer-se com a originalidade do conteúdo do TCC e em não praticar plágio, além de atender às regras de normalização indicadas pela ABNT.

Art. 11º A aprovação do TCC como requisito para a obtenção, pelo estudante, do diploma de bacharel em Administração Pública e Gestão Social ocorrerá caso o estudante obtenha média igual ou maior que 5,0 (cinco vírgula zero) calculada a partir da média aritmética das notas atribuídas pelos docentes que integram a banca avaliadora.

§1º - A banca avaliadora será composta pelo professor orientador, que a presidirá, e por, pelo menos, mais um avaliador convidado.

§2º - A nota final do estudante será inserida no Sistema de avaliação pelo professor orientador após a entrega da versão final do texto pelo estudante se, porventura, houver recomendação, pela banca, de reparos ao TCC.

§3º - Caso o estudante não obtenha a nota necessária à aprovação do TCC deverá refazer o percurso de matrícula no componente curricular e designação de professor-orientador.

Art. 12º - Os dispositivos deste Regulamento só poderão ser modificados em reunião do Colegiado do Curso de Administração, especificamente convocada para esse fim.

Art. 13º - Os casos omissos referentes ao TCC serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social.



REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

1. A Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública informa que as Atividades Complementares “deverão possibilitar ao estudante reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão”.

2. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública e Gestão Social da EAUFBA, as atividades complementares compreendem as seguintes modalidades:

- I. Atividades de Integração Formativa;
- II. Atividades Acadêmicas;
- III. Atividades de extensão (desde que a carga horária seja integralizada **exclusivamente** como Atividade Complementar).

2.1 Atividades de Integração Formativa referem-se aos componentes que apoiem a formação do(a) estudante em consonância com os princípios inscritos no Projeto Pedagógico do curso como participação em projetos sociais e serviços voluntários, de caráter educativo, cultural, literário, artístico, científico ou tecnológico de caráter compatível com o curso; participação em atividades culturais como música, artes plásticas, cinema, teatro, literatura; cursos para aperfeiçoamento de idiomas (português e estrangeiras).

2.2 Na modalidade Atividades Acadêmicas serão consideradas disciplinas de graduação que não fazem parte do fluxograma do curso de Administração Pública e Gestão Social da EAUFBA, oferecidas em outros cursos da UFBA ou por outras instituições de ensino superior, bem como disciplinas de pós-graduação na EAUFBA ou em outras unidades e instituições.



Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

2.3 Na modalidade Extensão serão consideradas as atividades relacionadas na Resolução nº 02/2012 Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX) da Universidade Federal da Bahia, a saber, Projetos, Curso, Evento, Trabalhos de Campo, Prestação de Serviços (que não pode ser confundido com o estágio em nenhuma das suas modalidades), Publicação e outros produtos acadêmicos (quando oriundos das ações de extensão universitária) e **cuja carga horária não tenham sido aproveitada como atividade de Extensão.**

3. Para a integralização da carga horária como Atividades Complementares, o estudante deverá apresentar documentos emitidos e assinados por quem as forneceu (p. ex. certificado de aproveitamento, declaração de frequência).

4. As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas pelo/a estudante desde o primeiro até o último semestre do Curso de Administração Pública e Gestão Social.

4.1 As Atividades Complementares devem ser realizadas pelo/a estudante a partir de seu ingresso no curso, não sendo reconhecidas atividades desenvolvidas anteriormente.

4.2 As Atividades Complementares poderão ser realizadas nos períodos de férias, respeitando os critérios e modalidades previstos neste regulamento.

5. O(a) estudante deverá participar de atividades previstas nas diferentes modalidades s, dentre as descritas no item 2 em diálogo com a Orientação Acadêmica e com o Colegiado do Curso.

6. Para integralização curricular, será exigida uma carga horária total de 105 (cento e cinco) horas de Atividades Complementares:

6.1 Cada hora de atividade equivale a 1 (um) ponto. Portanto, para completar cem (105) horas, o estudante deverá somar 105 (cento e cinco) pontos.



6.2 A carga horária de atividades que supere o total de 100 (cem) horas previstas neste Projeto Pedagógico não poderá ser validada como crédito para outro tipo de componente curricular, mas apenas registrada no histórico, mediante solicitação e comprovação pelo(a) estudante.

6.3 A carga horária de atividades **quando realizadas no âmbito dos componentes curriculares do curso** não poderá ser considerada para efeitos da integralização como Atividades Complementares.

6.4 Sob nenhuma hipótese será computada mais de uma vez uma mesma atividade que possa ser classificada em modalidades diferentes.

7. O estudante que ingressar no Curso de Administração Pública e Gestão Social por meio de transferência (interna ou externa), deverá cumprir a carga horária das atividades complementares especificadas no projeto pedagógico do curso.

7.1 O estudante transferido(a) poderá solicitar ao Colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social da UFBA que considere a carga horária aceita pela Instituição de origem, nas seguintes condições:

- a) as Atividades Complementares devem ser compatíveis com as estabelecidas nesta resolução;
- b) a carga horária atribuída no curso da instituição de origem não poderá ser superior à conferida por essa Resolução à atividade idêntica ou congênere.

8. Até o término do penúltimo semestre do curso, no período determinado pelo Colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social, o estudante deverá protocolar os comprovantes das Atividades Complementares realizadas, a fim de que seja verificado o percentual de cumprimento de carga horária exigida.

8.1 Os comprovantes de Atividades Complementares deverão conter: timbre da instituição, assinatura do responsável pela instituição que promoveu ou patrocinou a atividade, descrição das atividades realizadas com data e término, carga horária total.



8.2 Todas as solicitações serão avaliadas no mérito e poderão ser auditadas na origem.

9. A Coordenação do Colegiado do curso de Administração Pública e Gestão Social designará, entre os seus membros, articulador de atividades complementares que, dentre outras atividades, será responsável pela análise dos documentos comprobatórios e emissão de parecer conclusivo sobre o aproveitamento das experiências como Atividades Complementares.

9.1 O parecer será encaminhado ao Colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social que providenciará registro do parecer no SIAC, no semestre seguinte à entrada dos documentos.

9.2 Os membros designados pela Coordenação do Curso poderão recusar a Atividade Complementar apresentada pelo estudante, se considerar insatisfatória a documentação comprobatória ou o desempenho do estudante, bem como a pertinência da atividade.

9.3 Da decisão da Comissão de Atividades Complementares caberá recurso ao Colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social.

9.4 No histórico escolar apenas será registrada a carga horária total integralizada como Atividades Complementares e não serão atribuídas notas ou menções de aprovação ou reprovação nessas atividades.

10. Os casos omissos nesta Resolução serão analisados pela Plenária do Colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social da EAUFBA.